



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS  
ÉTNICOS E AFRICANOS

ANA PAULA CONCEIÇÃO OLIVEIRA

**DIPLOMATAS NEGROS (AS):**

AÇÃO AFIRMATIVA NO INSTITUTO RIO BRANCO E TRAJETÓRIAS DE  
DIPLOMATAS (EX) BOLSISTAS

**Salvador  
2011**

ANA PAULA CONCEIÇÃO OLIVEIRA

**DIPLOMATAS NEGROS (AS):**

AÇÃO AFIRMATIVA NO INSTITUTO RIO BRANCO E TRAJETÓRIAS DE  
DIPLOMATAS (EX) BOLSISTAS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestra em Estudos Étnicos e Africanos.  
Orientador: Prof. Dr. Jocélio Teles dos Santos

**Salvador  
2011**

**DIPLOMATAS NEGROS (AS): AÇÃO AFIRMATIVA NO INSTITUTO RIO  
BRANCO E TRAJETÓRIAS DE DIPLOMATAS (EX) BOLSISTAS**

**ANA PAULA CONCEIÇÃO OLIVEIRA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestra em Estudos Étnicos e Africanos.

Banca Examinadora:

Prof.º Dr.º. \_\_\_\_\_  
Jocélio Teles dos Santos (Orientador) – CEAO/UFBA

Prof. Dr. \_\_\_\_\_  
Hélio de Souza Santos – Fundação Visconde de Cairu

Prof. Dr.ª. \_\_\_\_\_  
Paula Cristina da Silva Barreto

**Salvador  
2011**

À minhas azeviches:  
Odete Maria da Conceição e Patrícia Maria Conceição de Oliveira

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de demonstrar toda a minha gratidão primeiramente ao guia maior desta jornada, a maestria que tanto me guarda espiritualmente e que sempre me mostra que “depois do maremoto vem a bonança”.

À minha mãe e irmã, a vida segue. Está perto o tempo em que tudo ficará mais do que bem.

Ao Professor Jacques Depelchin e sua companheira Paulyne Wynter que estiveram do meu lado desde o início, são pessoas incríveis que merecem muito mais do que a minha gratidão.

Ivo Santana, o meu muito obrigada é pouco demais para descrever o quanto foi importante ter lhe conhecido e ter tido a oportunidade de contar com as suas orientações iniciais.

César Leiro, Pedro Abib, Ângela Figueiredo, Paula Cristina Terezinha Fróes, Álamo Pimentel, Hélio Santos, Lorelei Williams, Viviane de Jesus, Maria de Lourdes, Marley pelo incentivo e estímulo para seguir.

Oficiala de Chancelaria Tânia, Marco Aurélio, Amintas Cardoso, André Pacheco, Bruno Oliveira, Durval de Oliveira, Jackson Oliveira, Leonardo Onofre, Luciana Magalhães, Marcus Vinícius, Marise Guebel, Mayara Nascimento, Paula Cristina, Rafael Luz, vocês foram extraordinários. Obrigada por acreditarem neste trabalho, espero corresponder à altura.

Secretário Márcio Rebouças, Embaixador João Almino, Conselheiro Geraldo Tupynambá e Doutor Ivair Augusto dos Santos tão disponíveis, dispostos, interessados, mesmo com suas agendas lotadas me atenderam com prontidão, obrigada.

Agradeço a Primo e Margareth Maldonado por compreenderem o meu momento acadêmico e por me prestarem apoio imenso. Agradeço a todos os meus companheiros e companheiras da LDM Livraria Multicampi. Meus agradecimentos especiais aos funcionários do CEAO.

Agradeço a Serginho do Instituto Pedra do Raio por ter acreditado e emanado ótimas energias e a Ires Brito, Heloísa Ferreira e Ramaiana Maria pela acolhida.

Francisco Igor, obrigada pelo apoio e leveza. Você que me amparou e mesmo sem entender direito a dimensão do que estava acontecendo comigo não saiu do meu lado e nem deixou de tentar me entender.

Agradeço ao meu orientador Jocélio Teles dos Santos por ter acreditado nesta pesquisa e me aceitado como sua orientanda.

E por fim, agradecer a CAPES por ter financiado os meus estudos durante esta fase da minha vida. Para pessoas como eu, que tenho tanta vontade de vencer os obstáculos e seguir com a vida acadêmica, a bolsa de estudos foi fundamental ferramenta para a concretização dos nossos objetivos.

Obrigada a tod@s!

## RESUMO

O Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco Bolsa Prêmio de Vocação para a Diplomacia surge da constatação de que o Ministério das Relações Exteriores não refletia em seus quadros diplomáticos a diversidade étnico-racial do Brasil. Fruto da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban – África do Sul – durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o programa completou oito anos em 2010 e até então, não haviam sido publicados resultados que versassem sobre esta iniciativa de política afirmativa ainda pouco difundida e conhecida pela sociedade brasileira. Esta pesquisa conta com as trajetórias e avaliações de diplomatas ex-bolsistas e depoimentos de dirigentes do programa para refletir sobre quais os resultados obtidos com esta ação afirmativa dentro deste período que vai de 2002 a 2010.

Palavras chaves: ação afirmativa; diplomacia; negros.

## **ABSTRACT**

The Scholarship Award for Diplomacy Vocation, is the Affirmative Action program of the Rio Branco Institute. This initiative arose from the fact that the composition of the diplomatic staff of Ministry of External Affairs did not reflect the Brazilian ethno racial diversity. This program, which is a response to the Conference against Racism, Racial Discrimination, Xenophobia and Related Intolerance in Durban - South Africa – happened during the government of Fernando Henrique Cardoso. In 2010, the program has completed eight years, and even then, there have been no published results that address this affirmative policy that is not well widespread and known by Brazilian society. This research is supported by paths and testimonials of alumni and reports of the program leaders, in order to reflect what were the results obtained with this affirmative action within the period from 2002 to 2010.

Key words: affirmative action; diplomacy; blacks.



## LISTA DE ANEXOS

Anexo I..... Questionário  
– Entrevista com Diplomatas Ex-Bolsistas

Anexo II .....  
Questionário – Entrevista com Dirigentes e Responsáveis pelo Programa

Anexo III ..... Matérias de  
jornais da época em que o PAA foi implementado

Anexo IV ..... Primeiro  
Edital do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata com a  
implementação das cotas para afrodescendentes na segunda fase do  
Concurso – Ano 2011

## LISTA DE SIGLAS

CACD – Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata  
CAE – Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CEAO – Centro de Estudos Afro Orientais  
CESPE/UnB – Centro de Seleção e Promoção de Eventos/Universidade de Brasília  
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CPCD – Curso de Preparação à Carreira de Diplomata  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial  
IBCT – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações  
IRBr – Instituto Rio Branco  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
MJUS – Ministério da Justiça  
MEC – Ministério da Educação  
MRE – Ministério das Relações Exteriores  
NEN – Núcleo de Estudos Negros  
PAA – Programa de Ação Afirmativa  
PROFA-I – Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase  
PROUni – Programa Universidade para Todos  
SCIELO – Scientific Electronic Library Online  
SEDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos  
SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial  
SERE – Secretaria de Estado das Relações Exteriores  
Sudam – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia  
Sudene – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste  
TPS – Teste de Pré-Seleção  
UFBA – Universidade Federal da Bahia  
UFC – Universidade Federal do Ceará

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Dados gerais do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD) – 2005 à 2010 CACD – Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata.....	60
<b>Tabela 2:</b> Tentativas para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD) – Diplomatas (ex) bolsistas.....	62
<b>Tabela 3:</b> Dados gerais do Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco (IRBr) por ano.....	68
<b>Tabela 4:</b> Como souberam do Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco – Diplomatas (ex) bolsistas.....	70
<b>Tabela 5:</b> Gênero – Diplomatas (ex) bolsistas.....	92
<b>Tabela 6:</b> Relação idade e gênero quando ingressaram na carreira de diplomatas – Diplomatas (ex) bolsistas.....	94
<b>Tabela 7:</b> Diplomatas (ex) bolsistas por região de origem.....	95
<b>Tabela 8:</b> Educação escolar (Educação infantil ao nível médio) – Diplomatas (ex) bolsistas.....	99
<b>Tabela 9:</b> Formação universitária – Diplomatas (ex) bolsistas.....	101
<b>Tabela 10:</b> Instituição em que se graduou – Diplomatas (ex) bolsistas.....	102
<b>Tabela 11:</b> Maior titulação – Diplomatas (ex) bolsistas.....	102
<b>Tabela 12:</b> Experiências profissionais anteriores à Carreira – Diplomatas (ex) bolsistas.....	103
<b>Tabela 13:</b> Cargo que ocupa no Itamaraty – Diplomatas (ex) bolsistas.....	107
<b>Tabela 14:</b> Aprovação de candidatos (as) bolsistas por ano no CACD.....	113

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>27</b>
Metodologia Aplicada.....	30
<b>CAPÍTULO I – NA ORDEM DO DIA. AÇÃO AFIRMATIVA NO BRASIL .....</b>	<b>35</b>
1.1 Origens e conceitos de ação afirmativa .....	40
1.1.1 A que servem tais políticas? .....	46
1.2 Aplicações à realidade brasileira.....	49
1.2.1 Modalidades de ação afirmativa.....	54
<b>CAPÍTULO II – PROGRAMA DE AÇÃO AFIRMATIVA DO INSTITUTO RIO BRANCO .....</b>	<b>59</b>
2.1 Sejam bem-vindos (as) à “casa da diplomacia brasileira” .....	64
2.1.1 Composição hierárquica da carreira.....	67
2.1.2 Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD) .....	70
2.2 Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia .....	75
a) Orçamento e candidatos à bolsa que desistiram no meio do percurso .....	80
b) Divulgação.....	82
c) Acompanhamento de bolsistas .....	85
d) Cotas ou não, eis a questão .....	89
<b>CAPÍTULO III – TRAJETÓRIAS DE DIPLOMATAS NEGROS (EX) BOLSISTAS .....</b>	<b>93</b>
3.1 Percursos e percalços nas entrevistas com diplomatas (ex) bolsistas.....	98
3.1.1 Percepções de gênero e idade .....	101
3.1.2 Origens que fortalecem a caminhada.....	105
3.1.3 Formação Educacional e Profissional .....	109
3.1.4 Expectativas com a carreira diplomática .....	114
3.2 Avaliação do Programa por seus atores .....	117

<b>(IN) CONCLUSÃO .....</b>	<b>126</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>132</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>137</b>

## INTRODUÇÃO

**N**o Brasil, o início do século XXI traz polêmicos avanços no que tange as discussões raciais e um desses avanços diz respeito a implementação das ações afirmativas como política que visa combater as desigualdades persistentes em nossa sociedade.

Recebida com certo estranhamento e com grande aversão, por alguns estudiosos das relações raciais brasileiras, - principalmente por aqueles que aderem à linha “não existe racismo no Brasil” -, tais políticas vêm ganhando fôlego com o passar dos anos. Marcadamente, as universidades públicas se tornaram o centro das atenções com a implementação de cotas para afrodescendentes e indígenas no ensino superior brasileiro. Reserva de vagas em concursos públicos para deficientes físicos têm se tornado prática também no sistema de políticas sociais do País, mas, as cotas são apenas uma das modalidades de ação afirmativa.

Nesta pesquisa, desenvolvo investigação a respeito do Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco. A ação afirmativa para diplomatas é orientada por um programa que completou oito anos em 2010 e que, mesmo com a inovação e singularidade da iniciativa, não se tornou centro nos acalorados debates sobre o tema. Por que o “Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco – Bolsas-Prêmio de Vocação para a Diplomacia” não é alvo de críticas na sociedade?

Ao buscar respostas a essa indagação, percebi que os estudos sobre as elites brasileiras deixam lacunas. A procura em bases de dados, como o Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) ou a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (IBICT), identificou que as publicações sobre as elites são escassos, e os estudos sobre órgãos governamentais ainda possuem pouco destaque.

As obras de Figueiredo (2002) e Viana *et al.* (1997) ganham ênfase por apresentarem reflexões sobre parte das elites brasileiras. Figueiredo (2002) constata que nos diversos estudos que tratam das relações raciais, poucos têm se empenhado em estudar a ascensão social do negro na contemporaneidade.

Nesse sentido, a autora empreende uma pesquisa sobre a classe média negra baiana.

Outra pesquisa, dessa vez encomendada pela Associação de Magistrados do Brasil, traz notoriedade ao citado ramo das elites que está em constante mobilidade social. Os juízes brasileiros são o foco do trabalho de Viana *et al.* (1997), e mostra a atmosfera de heterogeneidade em que tem se envolvido os magistrados, enquadrando-os em dois grande eixos – Mercado e Estado – perpassando pela origem familiar.

Tomo por base essas pesquisas e compreendo que é árdua a tarefa de pesquisar as elites e ainda mais sobre as elites negras. Os fatores contrários, quando se opta pelo estudo de caso, como é o caso desta dissertação, são mais sobressalentes do que os positivos. Recordo-me de ter escutado opiniões cuidadosas quando abordava entre colegas do meio acadêmico que iria pesquisar a diplomacia. Alguns me alertaram sobre o caráter conservador do Itamaraty e de como seria complicado entrevistar os diplomatas por causa do acesso dificultado. Procurei não dar muita atenção, pois acreditava na pesquisa.

No ano de 2008, levei como proposta de pesquisa ao Pós-Afro o projeto: “Ação Afirmativa no Instituto Rio Branco: os negros na diplomacia brasileira”. O presente trabalho trouxe como principal categoria de análise a expressão *ação afirmativa*, recortando o Instituto Rio Branco (IRBr) como campo empírico, criado em 18 de abril de 1945 como parte da comemoração do centenário do nascimento de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira.

Segundo dados do próprio Instituto, pela instituição já passaram mais de hum mil, duzentos e cinqüenta diplomatas brasileiros e cento e quarenta estrangeiros. O curso de formação para diplomatas só foi estabelecido em março de 1946, quando constituída a obrigatoriedade de concurso público para o acesso à carreira de diplomata.

O concurso de admissão é bastante rigoroso. Além de cumprir com os critérios pessoais da legislação brasileira, como ter bons antecedentes, votar e prestar o serviço militar, o candidato é submetido a uma sequência de provas de português, história, geografia, política internacional e línguas estrangeiras. Após a aprovação, o diplomata ingresso como secretário de terceira-classe



deve passar dois anos fazendo o Programa de Formação e Aperfeiçoamento – Primeira Fase (PROFA-I), curso estruturado como um mestrado em diplomacia.

O Programa de Ação Afirmativa no Instituto Rio Branco<sup>1</sup> constitui-se em uma “Bolsa-Prêmio”<sup>2</sup>, com duração de dez meses, para que estudantes afrodescendentes portadores de diplomas de nível superior possam se dedicar aos estudos preparatórios ao ingresso na carreira diplomática.

O PAA surgiu no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Santos (2005) afirma que, no ano de 1996, o presidente Fernando Henrique Cardoso reconheceu oficialmente a existência de preconceito racial na sociedade brasileira e instituiu, através de decreto, o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), com a finalidade de desenvolver políticas para a valorização da população negra. Essa atitude do presidente é descrita como parte do marco das políticas afirmativas, pois foi a primeira vez, e não por acaso haja vista a pressão internacional e dos movimentos negros e sociais brasileiro, que um presidente no Brasil assumiu publicamente a existência do racismo.

Está expresso no site do Instituto Rio Branco que o Programa de Ação Afirmativa, no âmbito da diplomacia, nasceu da constatação de que o Ministério das Relações Exteriores (MRE) não refletia em seus quadros diplomáticos a diversidade étnico-racial do Brasil, salientando-se que a participação de negros entre diplomatas “era nula”. Pinheiro (2004, p.19) explica essa ausência ao revelar que, durante o Império, servir ao Estado como representante diplomático não implicava uma distinção explícita entre a arena pública e privada.

Ao longo de oito anos já foram mais de sete mil o número de inscritos no Programa de Ação Afirmativa do IRBr que tem acontecido todos os anos desde 2002. Aproximadamente 309 bolsistas se beneficiaram dessa iniciativa e foi dezesseis o número de candidatos que chegaram ao objetivo final de se tornarem diplomatas com o suporte da Bolsa. Esses dados foram colhidos em documentos que me foram concedidos diretamente dos arquivos do Instituto, e dos relatos orais.

---

<sup>1</sup> Todas as informações contidas nesta dissertação relativas ao Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco podem ser encontradas em: [http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/programa\\_de\\_acao\\_afirmativa.xml](http://www.institutorio Branco.mre.gov.br/pt-br/programa_de_acao_afirmativa.xml) > Acesso em 18 de julho de 2010.

<sup>2</sup> A *bolsa-prêmio* refere-se ao investimento financeiro que é feito para o candidato que é aprovado na seleção do Programa.

## Metodologia Aplicada

O percurso teórico-metodológico o que realizo neste trabalho fundamenta-se na pesquisa bibliográfica apresentada por Gil (2006), baseada em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Acompanhada da pesquisa documental, juntamente aos recursos da história oral, concretizo o Instituto Rio Branco como um estudo de caso. Trata-se de uma investigação que aborda em primeiro plano o desenrolar da ação afirmativa no Brasil e, em seguida, apresenta o Instituto e o seu Programa de Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia para, por fim, refletir sobre o funcionamento e os resultados do Programa de Ação Afirmativa para “afrodescendentes (negros)<sup>3</sup>” em um órgão público federal dos mais representativos para o Brasil.

O interesse por esse recorte temático advém de experiências que tive quando integrei, durante nove anos, em Salvador, o grupo musical Simples Rap’ortagem. Apartir de 2002, ano em que o debate das cotas nas universidades públicas se alastrava pelo País, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), a música “Quadro Negro”, escrita pelo cientista social Jorge Hilton (Simples Rap’ortagem) seria tema para as discussões que emergiam.

No evento “Hip-Hop pelas cotas – uma re-Ação Afirmativa”, em 2004, um CD institucional foi lançado com a música *single* do Programa na UFBA, apoiado pela Pró-Reitoria de Extensão, Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), Fundação Palmares e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). O CD “Quadro Negro” culminou em um projeto social com o mesmo nome do cd. No ano de 2005, levamos a discussão sobre as ações afirmativas para estudantes e professores de nível médio de dez colégios públicos estaduais.

As cotas foram implantadas na UFBA em 2005 e, no ano anterior, integrei o projeto Mentas e Portas Abertas (POMPA), proposto por uma estadunidense bolsista da Fulbright, em parceria com o Instituto Steve Biko. O projeto POMPA

---

<sup>3</sup> O termo “afrodescendentes (negros)” será explicado mais a frente no segundo capítulo pois trata-se de uma medida preventiva do Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco em conter as fraudes por candidatos que se dizem negros apenas para se beneficiarem da ação afirmativa.

realizou, em 2004, uma viagem à Brasília com um grupo composto por vinte e uma lideranças negras universitárias, para que conhecêssemos as principais instâncias do poder do nosso País.

Em meio a todos os Ministérios que conhecemos, interessei-me pelo Instituto Rio Branco, e foi lá que fiquei sabendo do Programa de Ação Afirmativa para “Afrodescendentes (negros)” que havia sido lançado. Após alguns anos acompanhando seu desenrolar, me ocorreu a questão: em que medida o Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco tem contribuído para a inserção de negros na carreira de diplomata? O IRBr ainda não havia tornado público nenhum relatório ou avaliação referente à sua aplicabilidade. Este foi o primeiro percalço da pesquisa.

Esta pesquisa esteve dividida em três fases assim descritas: na primeira, debrucei-me sobre a pesquisa bibliográfica e documental apoiada no Sistema de Bibliotecas da UFBA, Hemeroteca do CEAO, *site* do projeto Observatório da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Scientific Electronic Library Online (SciELO). Em *sites* de busca na internet, procurei artigos, teses, livros e indicações que me levassem ao desenvolvimento teórico sobre o tema.

Com a pesquisa bibliográfica, foi possível localizar apenas a dissertação de Vera Lúcia Rodrigues Lima (UFRJ, 2005), quem pesquisou o mesmo tema que desenvolvo. Contudo, seu trabalho concentrou-se em entrevistas com bolsistas do Programa, para averiguar a representação social que tinham de si, se sentiam-se parte de uma classe média e como vivenciaram o processo de preparação para o concurso. Logo mais, será possível ter maior conhecimento da produção dessa autora.

Na segunda fase, algumas mudanças na pesquisa foram sugeridas pelo orientador Jocélio Teles dos Santos. O que considero ponto-chave nesse estágio foi a opção de eleger o IRBr como um estudo de caso, debruçando-me em entrevistas com principais responsáveis pelo Programa e a possibilidade de realizá-las, inclusive, com os dezesseis diplomatas (ex) bolsistas que compõem o quadro do Itamaraty de 2002 a 2010.

Para inserção nessa fase de orientação, recorri a recursos iconográficos, como o filme “Aide Memoire”, dirigido por Jom Tob Azulay, em 1996, cujo tema é política externa brasileira realizada pelo Itamaraty ao longo das últimas

décadas. Apartir daí tive acesso ao programa “Negros em foco”, com a edição “Conheça a carreira diplomática”, exibido em 02/12/2009, no qual o entrevistado foi Marcus Vinícius Moreira Marinho (segundo-secretário da Divisão da África do Ministério das Relações Exteriores). Após essa entrevista, foi possível localizá-lo em outro encontro, dessa vez com a Revista Afirmativa Plural. Questões afloraram dessa fase: quais os tipos de políticas governamentais antirracistas que já foram aplicadas no Brasil? é possível falar de ação afirmativa sem dar destaque à atuação das entidades negras nesse processo?

Em Brasília, visitei todos os órgãos que fazem parte do Termo de Cooperação da Bolsa Premium do IRBr: além do próprio IRBr, Fundação Palmares, Ministério da Justiça (MJUS), Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome (MDS), Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e Ministério das Relações Exteriores (MRE). Apenas o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) ficou de fora, pois o acesso ao ministério não me foi dado por seus representantes.

Optei por realizar visitas aos órgãos que compõem o convênio de cooperação da Bolsa-Prêmio objetivando enredar pistas que me auxiliassem na investigação. Daí veio um dado relevante: os órgãos do convênio pouco sabiam sobre o andamento do Programa do Instituto Rio Branco. Nenhum documento foi catalogado, nenhum estudo iniciado, nenhum resultado averiguado.

A falta de informação desses órgãos sobre os diplomatas (ex) bolsistas seria total se não fosse o fato de alguns membros das instituições terem participado das bancas de entrevista técnica – última etapa para a concessão da Bolsa-Prêmio aos candidatos – que reuniam representantes dos ministérios para selecionar os aspirantes à diplomacia.

Percebi também que um ponto que dificultava o acesso à informação nos ministérios conveniados ao Programa era a rotatividade de cargos nos órgãos que, de certa forma, não permitia que fosse possível aos recém-chegados acompanharem de maneira devida o andamento de um Programa dessa natureza.

Minha leitura não invalida a necessidade de se repensar a maneira como os diplomatas negros aspirantes à carreira estão sendo acompanhados por

instituições como a Seppir ou a Fundação Palmares que, de acordo com o Conselheiro Geraldo Tupynambá, são instituições “donas da situação”. Chamo a atenção para a continuidade no acompanhamento do Programa de Ação Afirmativa, que se destaca pelo pioneirismo e inovação. Talvez por isso mereça um olhar mais dedicado por parte destas instituições.

Relevantes entrevistas foram registradas com doze diplomatas (ex) bolsistas e algumas lideranças dos órgãos visitados. Posso destacar que alcancei o objetivo que me foi orientado em entrevistar dirigentes e membros do Conselho do Programa de Ação Afirmativa do IRBr.

Entrevistei o secretário Márcio Rebouças, quem está no cargo de coordenador do Programa de Ação Afirmativa do IRBr há um ano. Ele me indicou ao conselheiro Geraldo Tupynambá, quem dirigiu o Programa por quatro anos, e me referenciou a Ivair Augusto Alves dos Santos, assessor especial da Secretaria de Direitos Humanos (SDH), acompanha o Programa desde a sua existência e foi um dos responsáveis pela elaboração do primeiro edital de ação afirmativa, o qual não pude ter acesso, pois não foi localizado nos arquivos do IRBr.

Entrevistei o embaixador João Almino, o grande idealizador do Programa de Ação Afirmativa no IRBr e quem continua incentivando, já que não atua mais no cargo. Algumas tentativas de entrevistar os embaixadores Celso Amorim e Fernando Guimarães, também idealizadores das ações afirmativas na diplomacia, foram frustradas devido à incompatibilidade com suas agendas e tempo disponível pela pesquisa.

A dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro, *Ação afirmativa no Brasil*, trata de conceitos e definições de ação afirmativa, perpassando as discussões das cotas, apresentando as aplicações das ações afirmativas no País, para então chegar ao Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco.

No segundo capítulo, *Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco*, contextualizo as origens do Instituto, a estruturação da carreira e as etapas programadas para essa ação afirmativa. Aqui, aparecem os depoimentos dos dirigentes do Programa e alguns depoimentos de diplomatas (ex) bolsistas. Tabelas são expostas com o intuito de melhor apresentar os dados colhidos em campo.

A Trajetória de *diplomatas (ex) bolsistas* encerra a dissertação, apresentando as entrevistas cedidas por doze dos dezesseis diplomatas agraciados pela Bolsa-Prêmio. Nesse capítulo, apresento a síntese do que foi abordado nos anteriores. Ademais, as trajetórias familiar, educacional e profissional dos/das diplomatas orientam possíveis respostas para o tema principal neste trabalho.

## Capítulo I – NA ORDEM DO DIA. AÇÃO AFIRMATIVA NO BRASIL

*Todos os animais são iguais perante a lei, mas alguns animais são mais iguais que outros.*

George Orwell

**N**os estudos sobre as desigualdades, o Brasil é apontado como um dos países em desenvolvimento que mais precisam avançar com vistas a combater o preconceito e a discriminação. Mulheres, homossexuais, crianças, índios, deficientes físicos, nordestinos, negros são os personagens que lideram o *ranking* das disparidades, a partir da estigmatização a que são submetidos.

Estigmatização aqui é definida a partir do conceito formulado por Goffman (2008), no qual se tem como características sociológicas do estigmatizado a presença de traço – marcas ou signos – que “pode-se impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus.” (p.14)

Nos processos de estigmatização, há uma aliança que relaciona atributo e estereótipo. Existe uma conexão que dita o que os personagens estigmatizados têm a oferecer e a maneira como são vistos socialmente, mesmo depois de terem mostrado que podem bem mais do que foi imposto pelo estigmatizador.

Estes personagens são levados a crer pelos *normais* – não-estigmatizados – como inferiores e, barbaramente, são retaliados com atribuições de mais baixo escalão, sem citar o fato de terem atestadas sua incapacidade e forte tendência ao fracasso.

O estigma é a marca aguda da desigualdade. Por isso, o presente estudo se apoiará, inicialmente, nas construções defendidas por Goffman, a fim de somente introduzir aspectos relativos às ações afirmativas no Brasil em um contexto mais geral, para então se chegar ao recorte que interessa: ação afirmativa de caráter racial institucional.

É evidente que os estigmas não surgem por acaso. Sem acasos, nem intenção de retornar ao século XIX, continua sendo prudente refletir sobre

como as desigualdades e seus efeitos devastadores no nosso País têm suas bases na história, no passado de escravidão mental e física em que o Brasil foi envolvido, e na elaboração de sistemas de opressão praticados anos a fio.

Boa parte dos estudiosos da questão racial negra tem concebido que a convivência de perfeita comunhão entre raças no Brasil não passa de uma falácia e que a discriminação racial é predominante. Queiroz (2002, p.115), por exemplo, afirma que “boa parte da elite econômica, política e intelectual do País é oriunda de grupos de imigrantes pobres, enquanto que a situação da maioria da população negra manteve-se quase que inalterada” por séculos.

Desta maneira, e segundo Queiroz (2002), não há como explicar as precárias condições de tratamento a que são submetidos os negros no recente século XXI, a não ser pelo efeito assolador do racismo. Domingues (2008) reforça a discussão afirmando veementemente que o Brasil é o país da segregação racial não declarada e todos os indicadores sociais mostram como os seus números estão carregados com a cor do racismo.

Em comunhão com as ideias dos autores citados, o racismo está segundo Moura (2004), na negação, sutil ou ostensiva, dos direitos de um grupo racial ou étnico por outro, e nas desigualdades sociais reproduzidas em seus grupamentos. Complementaria reforçando que para além da negação dos direitos, os fatores físicos e psíquicos também integram a seara venenosa do racismo.

Evitarei me estender mais sobre esse ponto da discussão por entender que muitos estudiosos já se ocuparam suficientemente (não inesgotavelmente) acerca dos conceitos de raça e racismo. Dessa forma, não caberá aqui a repetição.

As ações afirmativas foram amplamente divulgadas no Brasil no ano de 2002. Através da discussão das cotas nas universidades, esse debate tem se fortalecido em meio a discordâncias e diferentes iniciativas. Assim, as ações afirmativas têm estado na ordem do dia.

No início de 2002, quando era estudante de graduação em Pedagogia, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), tomei conhecimento das políticas de ações afirmativas e de como, através de cotas para negros e índios nas universidades, a educação poderia tomar um novo rumo.



Estávamos todos envolvidos em um debate fervoroso, cujo centro era composto por aqueles que se posicionavam contra ou a favor das políticas de ações afirmativas. O debate ainda era bastante insipiente e, devo admitir, as minhas constatações ficavam “pelo meio”.

“No meio”, pois as ações afirmativas eram tidas como cotas e as cotas como simples reservas de vagas. Os argumentos dos opositores às cotas pareciam incongruentes perante a dinâmica da desigualdade racial brasileira e, por outro lado, os argumentos dos defensores pareciam muito apaixonados.

Bem, diante disso, resolvi apostar na complexidade do tema e, neste capítulo, revisar parte da vasta literatura que vem sendo publicada sobre o conceito-chave deste trabalho: as ações afirmativas. Continuemos então com esse apanhado para melhor entendimento das minhas proposições.

Enquanto a pressão dos movimentos sociais negros aumentava, com o intuito de garantir a aplicação dessa política pública, outra parcela da sociedade questionava se de fato essa aplicação era coerente com a realidade brasileira e, outros, ainda, eram totalmente opositores. Na minha percepção, para o enriquecimento do debate era preciso refletir mais sobre o assunto dada a inovação do tema.

Na Bahia, a discussão das políticas afirmativas crescia especialmente na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e na UFBA. Reservas de vagas para estudantes negros, indígenas e oriundos da rede pública de ensino mediaram contendas conflitantes e infundáveis que iam desde o interesse de reparação do Estado brasileiro para com as minorias à constitucionalidade ou não das cotas.

É significativo lembrar que anterior a política das cotas nas universidades existiu no Brasil no ano de 1968 a conhecida Lei 5.465/68, mais conhecida como a Lei do Boi. O artigo primeiro da Lei do Boi reservava cotas nos cursos de nível médio e nas escolas superiores relacionados à Agricultura e Veterinária para candidatos agricultores ou filhos de fazendeiros que precisariam aprimorar seus conhecimentos com o saber científico e para que eles pudessem galgar melhores oportunidades de vida no futuro. Quase não há registro de desgosto com relação a essas cotas.

Parte importante neste capítulo é compreender o contexto no qual o presidente Fernando Henrique Cardoso se viu impulsionado a declarar a existência do preconceito racial no País. Em 2001, ocorreu a III Conferência

Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, África do Sul. Nesse evento, o Brasil foi um dos signatários de uma declaração e de um plano de ação.

Domingues (2008) relata que, no plano de ação, a III Conferência Mundial recomendava que os Estados desenvolvessem “ações afirmativas ou medidas de ações positivas para promoverem acesso a grupos de indivíduos que são ou podem vir a ser vítimas de discriminação racial.” (p.152)

No relatório gerado na III Conferência Mundial, previu-se a necessidade de medidas reparatórias às vítimas do racismo, da discriminação racial e de outras formas conexas de intolerância, por meio de políticas públicas específicas para a superação das desigualdades.

Contudo, Munanga (2004, p.51) argumenta que, apesar da Conferência e dos avanços constatados no citado relatório, nas eleições de 2002, os três principais candidatos à presidência (Luiz Inácio Lula da Silva, José Serra e Anthony Garotinho) sequer tocaram no assunto e, quando questionados, optaram em desenvolver seu discurso em torno da abordagem universalista em se pensar as políticas sociais no Brasil.

Entretanto, as políticas de ações afirmativas ganham maior visibilidade na III Conferência, o que não significa que, anteriormente a Durban, essas políticas já não estariam sendo vistas em regiões brasileiras.

Neste capítulo, também será possível constatar que as políticas afirmativas já estavam sendo executadas no País. Um exemplo, concedido por Gonçalves (2004), é a experiência de Santa Catarina. Trata-se de um programa de ação afirmativa para formar operadores jurídicos capazes de discutir questões raciais e, assim, prestar assistência jurídica à comunidade negra no combate à discriminação racial. (p.100) O Curso de Formação de Operadores Jurídicos sobre Racismo, Discriminação Racial e Preconceito reuniu profissionais da área jurídica de todo Brasil e foi promovido pelo Núcleo de Estudos Negros (NEN).

Kauffmann (2007, p.225) explica que, se antes, as políticas desenvolvidas pelo governo ou empresas eram aplicadas de forma neutra, sem levar em consideração fatores como raça, sexo, etnia, deficiências de toda ordem ou classe social, agora, a adoção das ações afirmativas na redistribuição de papéis e valores procura minimizar a exclusão social de grupos minoritários,

tendo em vista a necessidade de promover a concretização do princípio da igualdade.

A teoria redistributiva é sediada na área do Direito e tem como objetivo a aplicação de melhor direcionamento dos benefícios, dos direitos e das oportunidades entre os cidadãos. Apoiado nessa teoria, o Estado passa a agir interventivamente, visando garantir a efetivação do princípio da igualdade, tão almejado pela Constituição Brasileira.

Acredita-se, então, que a ação afirmativa ancorada na teoria redistributiva age como reforço de ações, tais quais: acesso à saúde, educação, alimentação, cultura e emprego. Retrata que, em um país como o Brasil, as políticas públicas não podem continuar sendo guiadas pura e simplesmente pelo universalismo. Isso porque as barreiras impostas pelo preconceito e pela discriminação dificilmente permitem às minorias a igualdade de acesso às melhores chances de emprego e de educação.

Nesse cenário, a população negra, as mulheres, as crianças e demais grupos devem ser vistos nas especificidades e peculiaridades de sua condição social. Ao lado do direito à igualdade, surge, também, como direito fundamental, o direito à diferença. Importa o respeito à diferença e à diversidade, o que lhes assegura um tratamento peculiar.

Amparadas nas concepções de igualdade, determinadas pela Constituição Federal do Brasil de 1988, três vertentes da igualdade destacam-se como principais para a problematização deste capítulo: a igualdade formal e dois vieses da igualdade material.

A igualdade formal está direcionada à máxima constitucional “todos são iguais perante a lei”, que, poderia equivaler-se ao dito popular “nem negros, nem brancos, somos seres humanos.” Declaração marcante do universalismo que, no contexto, poderia ser substituído por *nem homens, nem mulheres* ou *nem homossexuais, nem heterossexuais*. Conclui-se que esse sistema de conformidade está longe de ser efetivado, mas, em certa medida, essa máxima é importante em algum tempo para buscar a abolição de privilégios.

Um viés da igualdade material corresponde à materialização da justiça social e distributiva. Pobres e ricos terão proximidade, a partir da descentralização de recursos econômicos que poderão garantir a mobilidade social das classes econômicas mais baixas às camadas de mais conforto e

qualidade de vida. Modalidade que é grande mote de propostas governamentais democráticas por décadas.

O outro viés da igualdade material corresponde ao ideal de justiça enquanto conceito de identidades. Quando a igualdade formula-se a partir dos critérios de raça, gênero, idade, orientação sexual, é o método que mais se aproxima da noção de equilíbrio, que, porventura, se fosse para se espelhar na tríade do ideal francês, *igualdade, liberdade e fraternidade*, poderiam se encaixar melhor as pretensões brasileiras de combater as desigualdades pelas ações afirmativas.

É importante salientar que não há exclusividade no debate e na implantação de políticas públicas pelo Estado quando se trata de ações afirmativas. Assim como não é exclusiva a dimensão das ações afirmativas atenderem as demandas raciais das sociedades, haja vista que também iniciativas privadas podem tomar como medidas tais programas para dirimir iniquidades internas.

Desse modo, Gomes (2003, p.52) reforça que as ações afirmativas “devem envolver as universidades públicas e privadas, as empresas, os governos estaduais, as municipalidades, as organizações governamentais, o Poder Judiciário.” Devem levar em consideração as complexas relações das sociedades quando se trata de injustiças.

Em suma, tratarei das ações afirmativas no Brasil partindo de um contexto geral para encontrar com a dimensão racial institucional que essas políticas têm desempenhado em tempos recentes. Além das noções de estigma de Goffman, irei amparar algumas reflexões na Constituição Brasileira de 1988 sobre igualdade (material e formal), encontrando o conceito de igualdade de oportunidades. Para tanto, lançarei mão da pesquisa bibliográfica para apreender revisão de literatura concernente com a discussão.

## 1.1 Origens e conceitos de ação afirmativa

A expressão *ação afirmativa* foi criada pelo presidente estadunidense J. F. Kennedy, em 1963. Sua origem quase sempre é atribuída aos Estados Unidos, nos anos de 1950 e 1960. E alguns autores mencionam que ela não se limita aos países ocidentais. Conforme Silva (2003, p.64), “desde 1948 foi

introduzido na Índia um sistema de cotas que ampara as 'classes atrasadas' (os *dálits*, ou os intocáveis), para garantir-lhes acesso a empregos públicos, às universidades”.

Weisskopf (2008) relata que as ações afirmativas na Índia possuem uma história ampla e longa de implementação. As cotas reservadas na área política, por exemplo, variam de acordo com a quantidade de competidores aos cargos públicos.

Contudo, Weisskopf (2008, p.37) segue afirmando que as vagas para as principais posições políticas muitas vezes não são ocupadas mesmo com as cotas porque os candidatos, em muitas ocasiões, não conseguem alcançar nem a pontuação mínima para determinados cargos.

Silva, C. (2003, p.20) indica que, além do pioneirismo das ações afirmativas praticadas na Índia, há também as ações de etnias minoritárias aplicadas na Malásia; as cotas adotadas pela antiga União Soviética, para que habitantes da Sibéria pudessem estudar na universidade de Moscou, e as ações afirmativas para mulheres na Nigéria e na Alemanha.

Os Estados Unidos começaram a fazer uso das ações afirmativas nos anos 60, com a finalidade de enfrentar seu grave problema racial, posteriormente ampliando-o para mulheres, portadores de necessidades especiais e minorias étnicas (SANTOS, 2005, p.46).

Diferentemente da Índia, os fundamentos constitucionais das ações afirmativas nos Estados Unidos são consideradas por Weisskopf (2008) como mais frágeis. O autor justifica que a constituição estadunidense deixa poucas brechas para a controvérsia da discriminação. Os afro-americanos foram os primeiros a se beneficiarem pelas ações afirmativas estadunidenses, seguidos dos indígenas e hispânicos, por volta da década de 70, contribui Weisskopf (2008, p.40).

As ações afirmativas tiveram maior visibilidade quando foram implementadas pelo governo dos Estados Unidos da América, com a promulgação das Leis dos Direitos Civis (1964), após intensa pressão dos grupos organizados da sociedade civil, especialmente o Movimento Negro norte-americano, de variadas formas de atuação. Apartir daí esse conceito influenciou a Europa, onde tomou o nome de discriminação positiva. (SILVA, 2003, p.65)

Diversos países vêm buscando maneiras de propagar ações dentro de suas respectivas ordens jurídicas, de tal forma que, dentro dos conceitos de ação afirmativa elencados neste capítulo, as perspectivas de cada autor se integram, mas são diferenciados os pontos de vista.

Araújo (2009, p.17) define ação afirmativa, de uma maneira geral, como “um conjunto de políticas compensatórias de valorização de identidades coletivas vitimadas por alguma forma de estigmatização”.

As ações afirmativas visam à superação dos mecanismos que preservam a supremacia de determinados grupos, a eliminação de práticas e ideologias discriminatórias e à abertura dos espaços historicamente privilegiados a todos os grupos. Visam, ao fim, à construção de uma sociedade equânime, com reconhecimento e respeito das diversas identidades étnico-raciais, culturais e históricas. (JÚNIOR, 2006, p.31-32)

As políticas compensatórias<sup>4</sup> definidas por Pinto (2004, p.100) são políticas de “reconhecimento que recorta toda pobreza, identifica condições específicas e toma medidas focais”. A autora traz como exemplo as políticas públicas aplicadas pelo governo para tirar crianças do trabalho infantil, colocando-as na escola e fornecendo suporte para que elas não retornem àqueles trabalhos.

As políticas compensatórias visam equilibrar as desigualdades sofridas por diversos grupos sociais estigmatizados ao decorrer dos tempos, buscando minimizar essas desproporções através de políticas públicas eficazes. Conjecturando com o autor, as políticas de ação afirmativa cumprem papel fundamental para desconstrução de identidades estigmatizadas. Se não exterminam os estigmas, ao menos tentam minimizá-los.

Em contraponto, Gomes (2003), um dos pioneiros em trazer o debate de tais medidas para o Brasil no fim da década de 80, afirma que as ações afirmativas são de caráter reparatório e se definem como:

(...) políticas públicas e privadas voltadas à concretização e o princípio constitucional da igualdade material e a neutralização dos efeitos das discriminações racial, gênero, de idade, de origem

---

<sup>4</sup> A Justiça Compensatória estaria baseada na retificação de injustiças ou falhas cometidas contra indivíduos no passado, ora por particulares, ora pelo governo. Kaufmann (2007) traz também a Justiça Distributiva, apontando que ela diz respeito à redistribuição de direitos, benefícios e obrigações pelos membros da sociedade. A teoria distributiva refere-se à promoção de oportunidades para aqueles que não conseguem se fazer representar de maneira igualitária. (p.225)

nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade. (p.21)

O tratamento do jurista Gomes (2003), dando às políticas de ação afirmativa um caráter reparatório, apesar de, ao meu entender, não ser tão diferente do caráter compensatório dado por Júnior (2006), não é por acaso. Em uma concepção bem breve, as políticas reparatórias envolvem a cobrança de atitudes mais firmes do Estado em resolver a distância provocada pelos tempos de opressão das populações vitimizadas.

Já que estou na linha de pensamentos que me levam a conceitos de ação afirmativa que se integram e se diferem, de acordo com Santos (2005, p.46), a ação afirmativa é uma maneira de tratar de forma preferencial aqueles que historicamente foram marginalizados, concedendo-lhes condições justas para resolver a situação de discriminação.

O conceito de discriminação aqui se conecta ao conceito de ação afirmativa trazido por Piovesan (2005), quando afirma que:

(...) discriminação “abrange toda distinção, exclusão, restrição ou preferência que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o exercício, em igualdade de condições, dos direitos humanos e liberdades fundamentais, nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo. Logo, a discriminação significa sempre desigualdade. (p.40)

A autora afirma que essa mesma lógica inspirou a sentença de discriminação contra a mulher, quando da escolha da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, pela ONU, em 1979. “A discriminação ocorre quando somos tratados iguais, em situações diferentes; e como diferentes, em situações iguais”. (PIOVESAN, 2005, p.40)

Enquanto a igualdade pressupõe formas de inclusão social, a discriminação implica a violenta de exclusão e a intolerância à diferença e à diversidade. Não é suficiente proibir a exclusão quando o que se pretende é garantir a igualdade.

Com a existência da discriminação como um fato, faz-se necessário combinar sua proibição com políticas compensatórias que acelerem a

igualdade enquanto processo. Isto é, para assegurar a igualdade, não basta apenas proibir a discriminação mediante legislação repressiva.

São essenciais as estratégias promocionais capazes de estimular a inserção de grupos socialmente vulneráveis nos espaços sociais e a adoção de medidas fiscalizadoras ou de acompanhamento frequente dos resultados obtidos com essas políticas afirmativas, compensatórias e de reparação. Podem ser uma saída.

Nesse sentido, como poderoso instrumento de inclusão social, situam-se as ações afirmativas. Essas ações são medidas temporárias e de caráter especial que, como afirma Piovesan (2005, p.40), buscam remediar um passado de discriminação, acelerando os processos de igualdade e promovendo seu alcance por grupos vulneráveis.

Busca-se, por meio das ações afirmativas, transformar a discriminação que antes era tão reforçada através de diversas manifestações particulares, e negativas, em uma forma de discriminação que, dessa vez, seja integradora, marcada pelo desejo de emancipação, a discriminação positiva, como é definida pelos europeus.

Ações afirmativas buscam superar os mecanismos que preservam a supremacia de determinados grupos, a eliminação de práticas e de ideologias discriminatórias e a abertura de espaços historicamente privilegiados a todos os grupos. Buscam uma sociedade com valores baseados na igualdade de direitos e equidade das diversas identidades étnico-raciais, culturais e históricas.

A ação afirmativa é uma expressão que demonstra uma espécie de tratamento discriminatório de acordo com o ordenamento jurídico, explica Santos (2005, p.46), e faz com que o direito seja garantia de tratamento com mais equidade no tempo presente, atentando para uma necessária compensação à discriminação sofrida no passado.

Não há ligação direta com a ideia de redistribuição social quando se trata de ação afirmativa, já que não ocorre uma simples busca de diminuir uma carência econômica, mas, sim, ainda de acordo com Santos (2005, p.46), “uma medida de justiça, tendo por base injustas considerações históricas que erroneamente reconheceram e menosprezaram a identidade desses grupos discriminados”.



A ação afirmativa é de caráter múltiplo, conforme Santos (2005, p.47), e um dos seus principais objetivos é atingir a igualdade racial no imaginário coletivo, induzindo as transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica. Assim, o objetivo das ações afirmativas não é o de suprimir o racismo.

Outro estudioso demonstra não concordar com o parecer de Santos (2005) e vai chamar atenção para o aspecto de que, originalmente, o termo *ação afirmativa* não tem a ver com preferências. Vieira (2003, p.193) sugere que essa locução tem a ver com o reforço da ideia de igualdade de oportunidades e, como consequência, abrange o universalismo nas políticas públicas. Mas, afinal de contas, quais são os focos dessas medidas?

Uma mudança estrutural é prevista quando se pensa em ação afirmativa. Mais que uma política pública, cria uma intervenção social adequada às dinâmicas do debate de desigualdades nos contextos em que vivemos.

Desse modo, as ações afirmativas estão nas políticas de combate à pobreza e redistribuição de renda, comunicação, melhoria do ensino público de primeiro e segundo graus, pré-vestibulares para pessoas negras e carentes, bolsas de estudos para negros e índios, estabelecimento de cotas na admissão de negros. Gomes (2003) ainda complementa:

Impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas (as Ações Afirmativas) visam combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas, também, a discriminação de fato, de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade. (p.22)

As políticas de ações afirmativas se contrapõem às medidas dos Estados modernos em tratar suas populações de modo universalizante. Emergem da vontade de quebrar a imparcialidade de tratamento dos cidadãos de um país, que antes eram vistos como seres globais de necessidades iguais. Em outro momento, os seus Estados admitem que cidadania é entender e interpretar a diversidade dos povos, por isso, o objetivo principal das ações afirmativas é o de promover o princípio da igualdade de direitos humanos.

Porém, se pensarmos mais amplamente, é possível ponderar que a grande inspiração das ações afirmativas é o de fortalecer uma das políticas mais apropriadas para concretizar o princípio jurídico da igualdade, se baseado

nos direitos humanos, e na similitude de condições e de oportunidades para que os cidadãos possam disputá-las, quando disponíveis.

Como já sinalizei anteriormente, as ações afirmativas, se bem planejadas, podem dirimir desigualdades causadas por longo período em um tempo relativamente curto. A garantia da eliminação dos elementos estigmatizantes da sociedade irá depender da aplicação que cada Estado decide dar, logicamente. Por isso, não vejo as ações afirmativas como um fim, mas como um meio que resgata o respeito entre as populações.

Ação Afirmativa trata-se de uma “medida pontual, alternativa, com o intuito de afirmar à sociedade que há desigualdades a reparar<sup>5</sup>”. Pode ser traduzida em políticas reparatórias para negros e indígenas, por exemplo, no ato de garantir que essas populações historicamente marginalizadas no âmbito brasileiro possam ter direitos de igualdade efetivamente garantidos e de modo diferenciado.

#### 1.1.1 A que servem tais políticas?

A adoção de ações afirmativas como política pública, importante para o desenvolvimento do Brasil, teve seus pontos nevrálgicos. Tomo por base, de maneira breve, as pressões dos movimentos sociais e raciais negros na tarefa de convencer o Estado brasileiro a reconhecer suas desigualdades e tomar alguma atitude produtiva com relação a esse problema.

É válido salientar e adotar como referência que, sem as pressões dos referidos movimentos, possivelmente o nosso País ainda estaria em sua frequente inércia política com relação às desigualdades. Abreviando, a atuação da sociedade civil, junto ao poder público, foi grande impulsionadora da aplicação das ações afirmativas brasileiras. (MUNANGA, 2004; BARRETO, 2008; MEDEIROS, 2005)

Para Gomes (2003, p.22), a ação afirmativa infere-se como um mecanismo sociojurídico, com o intuito de intermediar a ordem social, através da paz e harmonia que “são seriamente perturbadas quando um grupo social expressivo se vê à margem do processo produtivo dos benefícios do progresso”.

---

<sup>5</sup> Definição de ação afirmativa advinda da música “Quadro negro”, do grupo Simples Rap’ortagem.

Para o autor, tal atividade política auxilia no robustecimento da própria extensão econômica do País, na medida em que o acesso à educação e ao mercado de trabalho de modo universalizado não garante o nosso crescimento macroeconômico como um todo, haja vista os resultados já obtidos com políticas universalistas anteriores às ações afirmativas. Essas que têm como objetivo facilitar o acesso a certos bens jurídicos, de natureza material ou simbólica, por parte de indivíduos pertencentes a grupos vulgarmente definidos como “minoritários” ou “vulneráveis”, de acordo com Araújo (2009, p.18).

As ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. (GOMES, 2003, p.27)

Kaufmann acrescenta:

Ação afirmativa é um instrumento temporário de política social, praticado por entidades privadas ou pelo governo, nos diferentes poderes e nos diversos níveis, por meio do qual se visa a integrar certo grupo de pessoas à sociedade, objetivando aumentar a participação desses indivíduos sub-representados em determinadas esferas, nas quais tradicionalmente permaneceriam alijados por razões de raça, sexo, etnia, deficiências físicas e mentais ou classe social. (KAUFMANN, 2007, p.220)

Outra concepção de ação afirmativa, a mais usual no Brasil, pelo menos, é a de que:

Abrange políticas públicas que visam combater o racismo existente na sociedade e corrigir efeitos de racismo históricos, idealizando a igualdade de acesso a bens fundamentais em uma democracia contemporânea, como educação e emprego. (SANTOS, 2005, p.46)

A adoção de medidas afirmativas visa fomentar a participação dos entes discriminados em áreas que dificilmente conseguiriam ter acesso, argumenta Kaufmann (2007). Caso a estratégia de combate à discriminação se limitasse à adoção de normas meramente proibitivas do preconceito, os objetivos poderiam não ser alcançados em relativo espaço de tempo.

Dessa maneira, é necessário frisar que a adoção de políticas afirmativas deve ter um prazo de duração, e esse prazo deve ser estipulado para serem sanados ou minimizados os efeitos do preconceito e da discriminação sofridos pela parcela desfavorecida.

É quase impossível dissociar o conceito de classe e de raça da conceituação de ação afirmativa. Todavia, como aponta Santos (2005, p.24), a adoção de ações afirmativas não significa que serão alcançados resultados que demonstrem a eliminação da pobreza.

Entretanto, Lopes (2004) apresenta uma opinião totalmente diferenciada da de Santos (2005), e designa que:

Ação afirmativa é política pública de preferência destinada a promover o acesso ao poder, ao prestígio e à riqueza a membros de um grupo social historicamente discriminado. Expressa-se, por exemplo, aos negros na garimpagem de talentos afro-descendentes e na destinação, a eles, de parte das vagas disponíveis, ou universidades ou empresas, bem como de bolsas de estudo, treinamentos especiais e outras formas propiciatórias de ascensão social, como compensação pelas dificuldades encontradas em um contexto social notoriamente adverso. (LOPES, 2004, p.28)

Até o momento, comungo melhor com as afirmações de Santos (2005), por entender que, para a superação das desigualdades, é necessário que as políticas afirmativas estejam também associadas a tipos de manutenção e garantia de direitos, através de medidas mais práticas de redução das disparidades, principalmente no que tange à melhor distribuição de renda entre as populações de qualquer país.

As políticas de ação afirmativa podem ser entendidas como um instrumento para fomentar a cidadania se concordarmos que, historicamente, a percepção da cidadania tem-se dado como sendo o exercício dos direitos civis, e contempla a história das lutas pelos direitos humanos, as lutas pela afirmação de direitos éticos, como a igualdade, a dignidade de todos, sem exceção, bem como a proteção legal desses direitos. (ANDRÉ, 2008, p.175)

No Brasil, há uma tradição em pensar que os programas sociais beneficiam de maneira igualitária todas as pessoas, independente da cor da pele. Mas, as pesquisas mostram que isso é um engodo, garante Domingues (2008). “Políticas públicas de cunho social, isoladamente, não atacam o

racismo, pelo contrário, contribuem para reproduzir a separação existente entre negros e brancos na estrutura de classes”. (p.166)

Os indivíduos discriminados, em virtude de um atributo que os mesmos compartilham, são a principal preocupação das ações afirmativas. Essas dívidas estão em avultadas escalas sobrepostas pelo Estado e precisarão ser resolvidas. As ações afirmativas são políticas não simplesmente voltadas para a intervenção posterior, mas com caráter múltiplo e de ação, tanto sobre os efeitos do racismo histórico quanto sobre o racismo atual. Atuariam, ainda, por tanto, como acautelamento a uma progressão do racismo.

## 1.2 Aplicações à realidade brasileira

No Brasil, embora a expressão “ação afirmativa” seja quase que invariavelmente associada à experiência norte-americana, vista como algo que se aplica de forma exclusiva aos negros e, reduzida à política de cotas, a ideia em dar um tratamento positivamente diferenciado a determinados grupos em função da discriminação de que são vítimas já está presente em sua legislação.

Também existem leis garantindo emprego a portadores de deficiência (cota de 5% nas empresas com mais de mil empregados e de 20% nos concursos públicos) – Lei (nº 7.853/89) – e a participação de mulheres nas listas de candidatos dos partidos políticos (mínimo de 30% e máximo de 70% para ambos os sexos). Enfim, de acordo com o que já foi mencionado, a ação afirmativa no Brasil abrange também outros grupos: crianças, jovens e idosos.

Na definição de ação afirmativa, as agências de desenvolvimento regional, como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), foram criadas com a finalidade de captar investimentos para o Norte e o Nordeste, regiões mais atrasadas, assegura Medeiros (2005).

O próprio imposto de renda progressivo, assim como diversas medidas destinadas a compensar a desigualdade social, constitui essencialmente uma forma de discriminação positiva, tanto quanto o dispositivo que permite às mulheres aposentar-se aos 30 anos de serviço – cinco anos antes dos homens. De fato, uma leitura restrita do princípio constitucional da igualdade significaria o fim de programas como o Bolsa Escola ou o Cheque Cidadão, que

discriminam negativamente quem ganha acima de determinada quantia. (p.124)

Nos anos 80, foi registrada a primeira formulação de um projeto de lei na perspectiva das ações afirmativas, assim registra Moehleck (2002, p.24). O então deputado federal Abdias Nascimento, em seu projeto de Lei nº 1.332, de 1983, propôs uma ação compensatória que estabeleceria mecanismos de suprimento para o afro-brasileiro, após séculos de discriminação.

Entre as ações propostas por Abdias, figuraram: reserva de 20% de vagas para mulheres negras e 20% para homens negros na seleção de candidatos ao serviço público; bolsas de estudos; incentivos às empresas do setor privado para a eliminação da prática da discriminação racial; incorporação da imagem positiva da família afro-brasileira ao sistema de ensino e à literatura didática e paradidática, bem como introdução da história das civilizações africanas e do africano no Brasil. O projeto não foi aprovado pelo Congresso Nacional, mas as reivindicações do deputado e movimentos negros seguem.

Em 1995, o presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) recebeu um documento no qual constavam reivindicações pautadas pelos Movimentos Negros, em 20 de novembro, data em que institui, por decreto, o Grupo de Trabalho Interministerial - GTI<sup>6</sup>, para desenvolver políticas de valorização e promoção da população negra.

Relacionado à discussão sobre ações afirmativas, de acordo com Moehleck (2002), o grupo realizou dois seminários, sendo um em Salvador e o outro em Vitória, a partir dos quais elaborou quarenta e seis propostas, abrangendo áreas como educação, trabalho, comunicação e saúde. Foram implementadas algumas dessas políticas. Contudo, seus recursos são limitados e seu impacto permanece muito restrito.

O Governo Fernando Henrique Cardoso criou o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para a Valorização da População Negra, que era coordenado pelo professor Hélio Santos, então da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). O GTI, hoje extinto, foi criado no dia 20 de novembro de 1995 e instalado em 27/02/1996. Ele tinha como expectativa ao longo do Governo, inscrever definitivamente a questão do negro na agenda nacional. (SANTOS, 2003, p.95)

---

<sup>6</sup> Os GTI's são formados por experientes representantes de ministérios e organizações da sociedade civil de acordo com a demanda indicada pelo presidente da República. Existiram GTI's organizados para discutir o biodiesel, erradicação do trabalho infantil, pobreza.

Alguns tratados internacionais também foram utilizados como estratégias de pressão de movimentos sociais em relação ao poder público. Um exemplo foi o uso da Convenção n.111, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, concernente à discriminação em matéria de emprego e profissão, ratificada em 1968 pelo Decreto n. 62.150, em que o Brasil se compromete a formular e implementar uma política nacional de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento no mercado de trabalho.

Ainda em junho de 1996, houve o seminário “Ações Afirmativas: estratégias antidiscriminatórias”, realizado no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e, em julho, o seminário internacional “Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos”, promovido pelo Ministério da Justiça, em Brasília.

Na abertura do seminário, ainda de acordo com Santos (2003), o então chefe de Estado “Fernando Henrique Cardoso afirmou novamente que o Brasil é um país que discrimina racialmente os negros e solicitou aos participantes do evento a serem inovadores e criativos no sentido de ajudar o Estado brasileiro a buscar soluções contra o racismo” (p.94).

A efetivação das ações afirmativas no País não se deve somente à vontade política do presidente Fernando Henrique Cardoso. Tal vontade também foi resultado de pressões internas e externas de organizações internacionais. Foi no “GTI onde surgiu um dos primeiros conceitos nacionais de ação afirmativa e, ao que parece bastante influenciado pelos conceitos estadunidenses de justiça compensatória ou de reparação”. (SANTOS, 2003, p.95)

Nesse cenário, as ações afirmativas surgem como medida urgente e necessária. Encontram amplo respaldo jurídico, seja na Constituição (ao assegurar a igualdade material, prevendo-as para outros grupos socialmente vulneráveis), seja nos tratados internacionais ratificados pelo Brasil. Logo, essas ações constituem relevantes medidas para a implementação do direito à igualdade. Faz-se, assim, emergencial sua adoção, de modo que promovam medidas compensatórias voltadas à concretização da igualdade racial.

A III Conferência foi presidida pela ministra das Relações Exteriores da África do Sul, Dlami Zuma, e teve como relatora-geral a brasileira Edna Roland,

da organização Fala Preta!, menciona Bairros (2002) em breve artigo, no qual a autora destaca o papel das mulheres nesse processo político de alta relevância para o país. Para Bairros (2002, p.2), “é preciso cruzar o entendimento do racismo como um fenômeno global com as formações históricas e culturais locais, as quais configuram nossas identidades quanto mulheres.”

No mesmo período, Carneiro (2002) elabora também um artigo, no qual registra a articulação dos movimentos negros na Conferência, dando créditos à Articulação de Mulheres Negras Brasileiras. Consoante à autora, o processo de construção da III Conferência iniciou-se em 2000, com a formação de um Comitê Pró-Conferência, formado por organizações negras e sindicais. (p.211)

Carneiro (2002, p.212) relata que, entre os pontos mais polêmicos da III Conferência, estiveram a “exigência de reconhecimento do tráfico transatlântico como crime de lesa-humanidade de reparações pelos séculos de escravidão e exploração colonial do continente africano”.

Evidentemente, a pauta sobre políticas públicas para mulheres não esteve de fora, bem como crianças, jovens e indígenas, mas, enfim, a deliberação da Conferência chega ao ponto que me interessa nesse estudo:

Reconhecemos que os membros de certos grupos com uma identidade cultural própria enfrentam obstáculos atribuídos a uma complexa interação de fatores étnicos, religiosos e de outra índole, bem como de suas tradições e costumes, e instamos os Estados a assegurarem que medidas políticas e programas que objetivem erradicar o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata abordem os obstáculos que essa interação de fatores cria. (DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO DA III CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA – QUESTÃO GERAL nº 67)

Foi esse um dos chamados da Declaração e Programa de Ação para que o Estado brasileiro pudesse adotar uma iniciativa mais firme diante das desigualdades persistentes no País. Desse documento composto de 219 (duzentas e dezenove) questões deliberativas, a título de ilustração, destacaria mais uma:

Reconhecemos a necessidade de se adotarem medidas especiais ou medidas positivas em favor das vítimas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, com o intuito de promover sua plena integração na sociedade. As medidas para uma ação efetiva, inclusive as medidas sociais, devem visar corrigir as



condições que impedem o gozo dos direitos e a introdução de medidas especiais para incentivar a participação igualitária de todos os grupos raciais, culturais, linguísticos e religiosos em todos os setores da sociedade, colocando todos em igualdade de condições. Dentre essas medidas, devem figurar outras medidas para o alcance de representação adequada nas instituições educacionais, de moradia, nos partidos políticos, nos parlamentos, no emprego, especialmente nos serviços judiciários, na polícia, exército e outros serviços civis, os quais em alguns casos devem exigir reformas eleitorais, reforma agrária e campanhas para igualdade de participação. (DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO DA III CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA – QUESTÃO GERAL nº 108)

Esse parágrafo já aborda mais diretamente a aplicação de medidas positivas, ou seja, ações afirmativas para extinguir o racismo, a discriminação, a xenofobia e as intolerâncias correlatas. A inserção dos sujeitos discriminados se daria através da introdução de medidas especiais para garantir a participação igualitária de todos, preservando sua cidadania e liberdade.

As deliberações da Conferência reconheceram o quão emergente é a instituição de políticas públicas para eliminar as desvantagens sociais que perecem os diversos grupos de minorias étnico-raciais. Para tanto, o Estado é o ator principal nessa seara.

Caberia ao Estado, juntamente com organismos internacionais, a elaboração de medidas e programas voltados aos povos discriminados, destinando recursos adicionais aos sistemas de saúde, educação, habitação, eletricidade, água potável e às medidas de controle do meio ambiente, e que promovam a igualdade de oportunidades no emprego, bem como outras iniciativas de ação afirmativa ou positiva.

Nesse contexto, a ação afirmativa deixou, paulatinamente, de ser uma reivindicação presente apenas no discurso de militantes antirracistas para fazer parte da agenda de intelectuais, cientistas sociais, jornalistas, lideranças de partidos políticos, líderes comunitários, participantes de diversos movimentos sociais e representantes de órgãos governamentais, começando a se formar uma corrente de opinião pública sobre o assunto.

Organizações não-governamentais atuantes nos movimentos negros tiveram um papel fundamental na articulação de uma rede em defesa da criação de políticas de ação afirmativa no Brasil que incluiu indivíduos e grupos

com características muito distintas, mas que tinham em comum a certeza de que tais políticas eram necessárias para combater a desigualdade racial.

A produção e a divulgação de evidências sobre as desigualdades raciais foram uma das áreas importantes de atuação dessa rede em defesa das políticas de ação afirmativa, especialmente, no período que seguiu a Conferência de Durban, haja vista, o pioneirismo de políticas de ação afirmativa em universidades públicas brasileiras que garantiu o acesso e a permanência de estudantes carentes, advindos de escolas públicas, negros e indígenas à universidade em cursos de graduação e até mesmo pós-graduação, através da reserva de vagas, ou como são comumente conhecidas, cotas raciais e sociais.

Nota-se que, no Brasil, a política de cotas gerou muitas contestações. Gostaria de ressaltar que essa é apenas uma das modalidades possíveis para a aplicação das ações afirmativas brasileiras. Há também possibilidades como a aplicação de reservas em processos de seleção de emprego, descontos e abatimentos em impostos para empreendedores, ofertas de cursos e programas de formação que possibilitem avanços das minorias desfavorecidas nas respectivas áreas e a oferta de bolsas de estudo para diminuir a distância entre o nível educacional e profissional.

### 1.2.1 Modalidades de ação afirmativa

As cotas são mecanismos das ações afirmativas. Constatada nos EUA a ineficácia dos procedimentos clássicos de combate à discriminação, deu-se início a um processo de alteração conceitual das ações afirmativas, que passou a ser associado à ideia de realização da igualdade de oportunidades, através da imposição de cotas rígidas de acesso de representantes de minorias a determinados setores do mercado de trabalho e a instituições educacionais, assim confere Silva (2003 p.64).

Numa sociedade onde os comportamentos racistas difundidos na sua cultura escapam do controle, a cota obrigatória se confirma pela experiência vivida pelos países que a praticaram como uma garantia de acesso e permanência de não-brancos nos espaços e setores sociais. Munanga (2004) retrata que, para a realidade dos países em desenvolvimento, não era possível

imaginar as propostas de ação afirmativa sem se aliar à possibilidade das cotas.

As cotas aparecem quando programas sociais ou políticas públicas universais não têm eficácia para evitar as desvantagens que os negros levam em relação aos brancos, ou dos homens em relação às mulheres no acesso às oportunidades educacionais ou de trabalho.

Para corrigir essa deficiência do sistema, que gera iniquidades, são necessárias também políticas públicas específicas (ou diferencialistas) em benefício das populações que vêm sendo vitimadas ao longo dos séculos. Ou seja, é emergente a existência de programas que adotem recortes de gêneros raciais, para que sua aplicação seja denominada ações afirmativas.

Os problemas específicos dos grupos que historicamente discriminação negativa (como negros, mulheres, *homossexuais*) devem ser enfrentados, igualmente, com ações “anti”. O racismo, com ações antirracistas; o machismo, com ações antissexistas; o preconceito contra o *homossexual*, com ações anti-homofóbicas, alerta Domingues (2008, p.159).

Historicamente, segundo Domingues (2008),

A proposta das cotas, que tem caráter democrático, foi esposada pela burguesia na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos. Trata-se de uma luta que, apesar de sua natureza reformista, tem caráter democratizante, que educa ou mobiliza politicamente os negros, e, sobretudo, coloca em xeque a secular opressão racial deste país. (p.154-155)

As cotas, assim vistas, são alternativas emergenciais e provisórias, tendo tempo determinado ao passo que os resultados estimados estejam sendo alcançados. E, dentre suas variações, as mais conhecidas, que são as raciais, são um gênero de ações afirmativas.

A vigência de programas de ações afirmativas baseados no sistema de cotas, por si só, é a prova cabal de que existe tanto racismo quanto um problema específico do negro no País, pois, caso contrário, não haveria a necessidade de medidas reparatórias para a população negra.

As cotas se mostram necessárias e adequadas em situações nas quais a utilização de outro meio demandaria um tempo muito longo, com resultados incertos quanto à sua concretização nos termos esperados, com flagrantes

prejuízos para os grupos e indivíduos vítimas de processos de marginalização e estigmatização.

O Brasil já dispõe de diversas leis fundadas no princípio das ações afirmativas, cujo reconhecimento do direito da diferença de tratamento legal para grupos que sofreram (e sofrem) discriminação negativa e foram desfavorecidos na sociedade brasileira é presente.

Mesmo com a existência de leis como a 8.112/1990, que institui cotas para deficientes físicos no serviço público civil da União, ou do artigo 67 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, que estabelece a demarcação de terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição, ainda há uma postura, considerada por André (2008), como amena quanto à aplicação das ações afirmativas como uma medida de transformação social.

Apesar das quotas, em algumas situações, serem vistas como causadoras de discriminação invertida, também devem ser analisadas como um instrumento emergente e emergencial com o qual os afro-brasileiros poderão entrar no funil que poderá levá-los ao exercício da cidadania e, a toda sociedade, cabe continuar buscando outras ações afirmativas que venham se colocar no lugar das quotas na medida em que a massa crítica da sociedade tenha mudado em relação ao ser negro no Brasil. (ANDRÉ, 2008, p.176)

Santos (2005) argumenta que “se reconhecemos negativamente, num contexto social racista, quem é negro, com as ações afirmativas teremos um reconhecimento oficial do positivo” (p.62). O negro passaria a assumir ser negro ou saberia que, com a auto-afirmação, estaria decisivamente contribuindo para um país mais diverso e equânime.

Em certa medida, o negro está superando o mito da democracia racial e construindo verdadeiramente uma igualdade racial, através da afirmação de uma identidade negra, além da própria militância, que se apresenta entre a população negra e mestiça no Brasil em seus determinados grupos. Nesse conteúdo, é fundamental citar, inclusive, três dos principais argumentos apontados por Munanga (2004) e Santos (2003) que buscam combater as políticas de cotas na sociedade brasileira.

O primeiro argumento diz que é impossível implementar cotas para negros no Brasil, porque é difícil definir quem é negro no País devido à mestiçagem,

tendo como consequência a possibilidade de fraude por parte dos alunos brancos, que ocupariam o espaço destinado às verdadeiras vítimas do racismo.

Outro argumento recorrente é o abandono dessas políticas nos Estados Unidos, por não ter ajudado no recuo da discriminação racial entre brancos e negros, e que pode ter sido aproveitada apenas pelos membros da classe média afro-americana, deixando intocada a pobreza dos guetos.

E o terceiro argumento é que os responsáveis pelas universidades públicas afirmam que o ingresso pelas cotas pode levar a uma degradação da qualidade e do nível do ensino, pois os beneficiados não têm as mesmas aquisições culturais dos alunos brancos.

O que os proponentes da ação afirmativa defendem, via modalidade das cotas, não é o abandono do mérito como critério de ingresso à universidade (ou ao emprego), mas a reelaboração desse critério de modo a torná-lo mais justo e mais eficaz como instrumento de avaliação. Isso significa levar em conta fatores como filiação racial, origem, renda, local de moradia, dentre outros, juntamente com a capacidade de superar obstáculos.

Vale salientar que as cotas raciais são vistas como um modo de estabelecer as ações afirmativas, apesar de serem confundidas como o meio principal de ação. Entretanto, historicamente, existe um progresso que “parte do encorajamento, passa pela consideração efetiva da raça como critério e finda em uma tentativa de maior eficácia com a ideia de cotas específicas para minorias”. (SANTOS, 2005, p.48)

Há também como alternativa às cotas, ou como medida adicional, a promoção de bolsas de estudo, ainda pouco difundidas entre as medidas de ação afirmativa. Nas universidades públicas, bolsas de estudo e pesquisa têm sido oferecidas como meio de permitir a manutenção do estudante cotista no ambiente universitário.

Da mesma forma, existe no Brasil um programa que dispõe de bolsas de estudos que patrocinam preparação do bolsista negro interessado a ingressar em determinado concurso público. Estou tratando, a partir desse momento, da instituição que pratica desde o ano de 2002 a Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia para estudantes negros com o perfil para a carreira.

O Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco, celebrado no início dos anos 2001, inova no ano de 2011, com a adoção de cotas nas provas

da primeira fase do Concurso de Admissão, estabelecendo, a partir de então, uma segunda fase para seus objetivos constituídos pós-Durban. Convido a todas e a todos para refletir comigo principalmente sobre o Programa.

## Capítulo II – PROGRAMA DE AÇÃO AFIRMATIVA DO INSTITUTO RIO BRANCO

*Eu tava lendo o jornal, não me lembro se foi em 13 de maio ou no 20 de novembro, foi numa dessas datas , não sei se foi dia da Consciência Negra ou se foi dia da Abolição, tava mostrando um evento com Fernando Henrique Cardoso e o Movimento Negro que ele estava divulgando ou lançando, não lembro bem, o Programa de Ação Afirmativa do Instituto né? Na Faculdade que eu fui saber que diplomacia existia porque antes disso eu acho que era uma coisa totalmente fora da minha vida social né? Eu não sabia nem o que era isso. Então na Faculdade foi que eu comecei a achar interessante, né?*

**Paula Cristina, Terceira-Secretária**

O conselheiro Geraldo Tupynambá foi um dos primeiros responsáveis pelo acompanhamento do Programa de Ação Afirmativa no Instituto Rio Branco e, em parte da entrevista cedida em sua sala, no Complexo Bolo de Noiva, no prédio do Itamaraty, inicia seu depoimento afirmando que “o Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco é peculiar em vários aspectos”, mas que peculiaridades são estas?

Este capítulo possui a finalidade de apresentar as características apontadas tanto pelo conselheiro Tupynambá quanto pelo embaixador João Almino e assessor especial da Secretaria de Direitos Humanos (SEDH), Ivair Augusto, na busca de evidenciar aspectos históricos e estruturais do IRBr, para então, abordar o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD) e chegar ao Programa de Ação Afirmativa (PAA).

Os primeiros tópicos se dedicarão a uma espécie de passo a passo, com base em experiências empíricas e de campo que demonstraram que nos lugares onde transitei durante a pesquisa quase inexistiram pessoas que sabiam ao certo do que se tratava a carreira de diplomata. Essa situação me levou a considerar como ponto importante a ser discutido neste trabalho: a carreira de diplomata ainda é pouco conhecida pelo público externo ao ambiente diplomático. O principal motivo que pude identificar, com a pesquisa e as entrevistas, diz respeito a pouca divulgação sobre a carreira.

Penso que, do mesmo modo que existem barreiras na informação para se chegar à carreira de diplomata, o aspirante “afrodescendente (negro)” a essa ocupação encontra um terreno relativamente desconhecido antes de enxergar a diplomacia como possibilidade profissional.

Neste capítulo, ponho em destaque a dissertação de Lima (2005), cujo trabalho aborda a inserção do negro na carreira de diplomata, a partir do Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco.

A proximidade entre Vera Lúcia Lima e a minha dissertação está marcada pela periodicidade e sujeitos de investigação a quem a autora dedicou sua pesquisa, centrando suas entrevistas nos candidatos a bolsistas do Programa, entre os anos de 2003 e 2004.

Na pesquisa que segue, dedico-me a um período que vai do ano 2002 a 2010, seguindo com a análise de entrevistas que indaga a trajetória dos dezesseis diplomatas (ex) bolsistas, acompanhando sua mobilidade de cargos e projetos para o futuro como diplomatas negros. Seus depoimentos aparecerão a partir do terceiro capítulo.

Lima (2005) relata que, do universo de quatrocentos e três candidatos do período entre 2003 e 2004, apenas 25% conseguiram ser entrevistados. Com isso, Lima (2005, p.20) pode traçar o perfil socioeconômico e educacional desses indivíduos e a sua mobilidade social com base nos dados quantitativos retirados do seu questionário. Essa fase se encaminha da análise das entrevistas com a “intenção de averiguar a representação social que os bolsistas têm de si.” Representa um importante trabalho cuja referência será feita sempre que necessário.

Outra autora que participará neste capítulo é Moura (2007), através da publicação sobre a carreira de diplomata, enfatizando a socialização desses sujeitos, no Instituto Rio Branco. O livro de Moura (2007) chega à cena dois anos após o trabalho de Lima (2005).

A antropóloga enriquece esta pesquisa na medida em que detalha os “ritos de passagem” existentes no universo diplomático, comparando os registros do seu diário de campo à sua experiência própria, pois, a família Patriota de Moura é tradicionalmente conhecida no Instituto na ocupação de cargos de diplomatas.



A organização do capítulo é inspirada no livro “Corpo e Alma da Magistratura Brasileira”, no qual Viana *et al.* (1997) produz um estudo que busca entender como pensam os juízes brasileiros. Cerca de quatro mil magistrados foram ouvidos, através de questionários que indagavam suas origens sociais, padrões de comportamento e opiniões.

A pesquisa de Viana *et al.* (1997), é inspiradora quando se pensa nas carreiras consideradas de alto prestígio existentes no Brasil (medicina, engenharia, arquitetura, diplomacia). São profissões distintas, disciplinadoras, carregadas de *status* social, nas quais apenas grupos sociais e culturalmente privilegiados podem usufruir de suas benesses. Inspirada neste trabalho estabeleço ponderações em torno da diplomacia brasileira que, há aproximadamente cinco anos se vê empenhada na inserção de negros ao quadro de diplomatas.

É preciso atualizar informações sobre algumas categorias secundárias que fazem parte deste capítulo e do que vem a seguir. Estou me referindo aos termos “mérito” e “afrodescendente (negro)”, que são constantes nas falas dos entrevistados e nos documentos encontrados. O que significa mérito para o Instituto Rio Branco? Por que é fundamental reforçar a noção de mérito na diplomacia? Como falar em mérito quando nos deparamos com o racismo?

Mérito, segundo o dicionário Aurélio, significa o mesmo que merecimento. Para que você seja diplomata é necessário que mereça ser, isto é, precisa se empenhar ao máximo, estudar, ir a fundo para, no final, com seus próprios *méritos*, alcançar a linha de chegada na diplomacia. O diplomata Clóvis afirma:

(...) Mérito é uma questão, é uma coisa muito relativa no Brasil. Acho que a pessoa tem que ter um conjunto de capacidades pra exercer a profissão. Se você estabelece o mínimo das capacidades que um diplomata tem que ter, que um diplomata brasileiro tem que ter que, no caso, é o concurso. Passar no concurso, a partir do momento que a pessoa passa no concurso, você assume que ela tem as capacidades necessárias pra exercer a profissão. Independente da origem dela, da cor, credo, sei lá... Você dizer que de alguma maneira você tá ferindo o mérito, eu acho que é complicado por duas coisas. Primeiro que, nesse caso específico, que não envolve nem cota, você não tem absolutamente como dizer que tem algum problema. Não tem como dizer: Ah! O nível baixou! Não tem, porque a prova é a mesma. Segundo, porque meritocracia no Brasil é uma coisa muito complicada; quer dizer, você tá falando de pessoas que tão partindo de patamares completamente diferentes, por causa de vários fatores históricos.

Na visão desse diplomata a discussão de mérito no Brasil deveria estar atenta a fatores históricos das trajetórias, mais precisamente quando se trata da questão negra, falar em mérito exige um tratamento diferenciado.

Mais da metade de um século foi o tempo que o Instituto levou para que aplicasse uma política de ação afirmativa. Entendo que a instituição pôde apreender que, essa noção prática de mérito não se encaixava nos padrões sociais do Brasil. Com o peso das desigualdades, a viabilidade do mérito por ele mesmo não traduzia os contextos sociorraciais do País. Alguma medida precisava ser tomada.

Como aplicar ação afirmativa em um país onde a classificação racial é a autodeclaração? Os propositores das cotas nas universidades já estavam lidando com essa problemática alguns meses antes do Instituto optar por ação afirmativa. O que se sabia era que as cotas não se aplicariam ao Concurso de Admissão já que o requisito do mérito precisava ser preservado.

A medida mais eficaz para o contexto do Rio Branco foi adotar bolsas de estudos. Resta explicar o que significa o termo “afrodescendente” para o Instituto e o porquê da sua utilização acompanhada de “negros”, que também é cheia de significados?

A categoria “afrodescendente” adentra tanto o contexto das ações afirmativas da administração de FHC quanto o de Lula, observa Lima (2005). Em geral, é utilizada para identificar os beneficiados por esses programas. “Afrodescendente”, a meu ver, é uma esfera que carece de preenchimento, pois, na complexidade das relações raciais brasileiras, que são marcadas pela mestiçagem, qualquer cidadão ou cidadã pode se autotransclassificar afrodescendente, para se beneficiar dos programas do Governo, como pensa Lima (2005, p.22), e eu concordo. Afinal de contas, no Brasil, quem nunca teve um familiar negro?

Os termos “afrodescendente” e “negro” passaram a ser associados no IRBr, após candidatos tentarem burlar o Programa autodeclarando-se como negros para conseguir a bolsa. Ouvi, através de três dos doze depoimentos, que, certa vez, em uma das bancas da entrevista técnica, uma candidata loira, de olhos claros, depois de ter tomado bastante sol e usado maquiagem com tom de pele negra, compareceu à entrevista técnica alegando que deveria ganhar a bolsa porque o seu avô por parte de pai era negro. A banca não aprovou esta

candidata e considerou a sua presença na seleção como uma tentativa de descredenciar o programa.

O primeiro passo para que interessados possam concorrer à Bolsa-Prêmio é se autodeclarar “afrodescendente (negro)”. Desde o ano de 2004, os editais passaram a usar essa nomenclatura. Diante disso, o Conselheiro Geraldo Tupynambá relata:

As pessoas querem desafiar o Programa. O Programa tem que ter meios de enfrentar esses desafios que mandam o seu propósito. Então, a entrevista é toda formada pela documentação que a pessoa envia. A gente cansa de ouvir. Eu recebi muitas mensagens ofensivas a mim enquanto eu era coordenador do Programa. Porque há todo tipo de discursos e há uma política de Estado bem definida. Está certo sobre as ações que o Estado tem que tomar pra catalisar o processo que é de reversão da desigualdade racial, que não se confunde com outras iniciativas que têm seus méritos e que visam uma oportunidade de igualdade para todos. Mas aí você tem que catalisar um processo que é de reverter as desigualdades e tem raízes muito profundas. Então, é nisso que o Programa trabalha. É reverter esse processo.

No final de 2010, o Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco sofreu uma importante alteração, a qual gostaria de, brevemente, registrar, pois, a informação é recente e, por falta de tempo hábil, não poderei me debruçar demasiadamente sobre o assunto. Refere-se a uma segunda etapa do Programa, que foi definida na transição do governo Lula para o de Dilma Roussef, as cotas no CACD.

O Ministro Celso Amorim assinou, no dia 28 de dezembro de 2010, uma portaria, de número até aqui desconhecido, que instituiu a reserva de vagas para candidatos negros ao Concurso de Admissão de Diplomatas, e a portaria foi publicada no dia 29 do mesmo mês. Jornais, *sites* e *blogs*<sup>7</sup> realizaram a divulgação, liberada pelo Instituto Rio Branco.

Diz a portaria que no primeiro semestre de 2011, serão reservadas trinta vagas para negros que passarem no Teste de Pré-Seleção (TPS). Dados

---

<sup>7</sup> Pela atualidade da informação, só foi possível acessá-la através da internet. Em destaque, as notícias acessadas no dia 29 de dezembro de 2010: jornal O Fluminense < <http://jornal.ofluminense.com.br/editorias/pais/plantao/itamaraty-garante-cota-para-negros-no-concurso-de-admissao-carreira-de-diplom> > jornal O Estado de São Paulo < <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,itaraty-estabelece-cota-para-negros-no-concurso-de-admissao,659229,0.htm> > Globo.com < <http://imirante.globo.com/noticias/2010/12/29/pagina262909.shtml> > CNews < <http://www.cnews.com.br/?p=33560> > Bol < <http://noticias.bol.uol.com.br/brasil/2010/12/29/itamaraty-garante-cota-para-negros-no-concurso-de-admissao-a-carreira-de-diplomata.jhtm> >

dessa nota indicam que cerca de trezentos candidatos, anualmente, passam para a segunda etapa do concurso. Agora seriam trezentas e trinta vagas, com o recurso das cotas.

As cotas são válidas apenas para quem passar para a segunda etapa. Sendo assim, as duas seguintes não entram nos critérios das reservas. O recurso das cotas funciona como mais um incentivo, para que o candidato negro, bolsista ou não, possa se sentir mais estimulado a seguir nas demais jornadas. A portaria que institui as cotas dá continuidade às ações afirmativas sem invalidar o critério das bolsas, como um complemento.

## 2.1 Sejam bem-vindos (as) à “casa da diplomacia brasileira”

Localizada exatamente atrás do Ministério das Relações Exteriores (MRE), e carinhosamente conhecida por seus diplomatas como “casa da diplomacia”, o Instituto Rio Branco, o estabelecimento abriga a exclusividade de formar os diplomatas que atuarão na defesa dos interesses brasileiros na política externa e, por vezes, em relações internas.

A distância para se chegar ao Instituto, estando no MRE, é significativa. Passando por prédios espelhados, construções e trecho de uma estrada de barro, ao fundo, localiza-se o IRBr. Nas caminhadas entre os Ministérios no Plano Piloto, o Instituto não foi um local tão fácil de ser encontrado.

O Instituto Rio Branco é a segunda academia diplomática mais antiga do mundo, fundado em 1945, depois da academia de Viena (1754), na Áustria. É responsável pela seleção, treinamento e aperfeiçoamento de diplomatas no País. Seu nome homenageia o patrono da diplomacia brasileira, o Barão do Rio Branco.

Nascido em 20 de abril de 1845, José Maria da Silva Paranhos Júnior - o Barão do Rio Branco - foi responsável pelo alargamento das fronteiras do Brasil com outros países, e por importantes atualizações na Chancelaria brasileira<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Informações encontradas no *site* do Instituto. Acesso em: 23 de julho de 2010. [http://www.institutoriobranco.mre.gov.br/pt-br/o\\_barao.xml](http://www.institutoriobranco.mre.gov.br/pt-br/o_barao.xml)

O Barão era um homem muito respeitado por brasileiros e americanos, em geral. Lins (1996, p.301) revela que, da personalidade do Barão, era possível dizer que:

(...) os seus traços dominantes eram aqueles que caracterizam o diplomata: o domínio de si mesmo, a reserva de pensamento e a economia de palavras, a paciência, o senso da oportunidade, a sagacidade, o espírito de negociação, a dignidade de maneira e de gestos, o estilo geométrico em ajustar os vocábulos com as ideias.

A personalidade de José Maria da Silva Paranhos Júnior ditou comportamento no universo da diplomacia, haja vista que há entre os diplomatas, um respeito incomensurável sustentado em forte admiração. Lins (1996) confirma isso durante toda sua obra, ao apresentar opiniões de célebres personalidades da diplomacia que o admiraram durante sua gestão e até hoje, no século XXI.

Figuras como Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Euclides da Cunha, Francisco da Veiga e Heráclito Graça se inspiravam, e muito, nas atitudes do Barão, ou melhor, Senhor Barão. Era assim que preferia sempre ser tratado, bem como tratava os outros, mesmo que fossem seus melhores amigos, escreve Lins (1996).

O palácio do Itamaraty, para o Barão do Rio Branco, “era a sala de visitas do País” e, por isso, devia cuidar muito bem dos seus visitantes estrangeiros, através de festas e recepções calorosas com muito brilho, elegância e sofisticação. (LINS, 1996, p.305). Rio Branco deixa como legado um jeito de fazer diplomacia que perdura por décadas.

Desde o ano de 1945, só é possível ingressar na carreira de diplomata através de concurso público, organizado pelo próprio IRBr. O ano de 1946 marca a primeira prova do Instituto. Considerada como uma das seleções mais concorridas do País destaca-se pela maratona de exames nos quais os candidatos estão envolvidos até chegar à aprovação.

Antes da existência do concurso, percebia-se que a preferência na escolha dos representantes recaía sobre aqueles provenientes de famílias com fortes ligações com a política oficial ou a vida militar. Pinheiro (2004) afirma que, com a morte do então Ministro das Relações Exteriores, o Barão do Rio Branco, em 1912, esse panorama foi modificado:

(...) deu-se início a uma nova fase na história deste Ministério, que iria promover a racionalidade e a complexidade essenciais para a constituição de uma verdadeira burocracia. Nesse “período burocrático-racional”, inúmeras reformas foram implantadas: organização dos arquivos e da biblioteca, reabertura de concurso para entrada na carreira, a substituição do francês pelo português como língua diplomática oficial do País etc. (PINHEIRO, 2004, p.19)

Atualmente, indicar o perfil do candidato que ingressa no Instituto ou a sua trajetória de vida não é tarefa fácil.

Há, é verdade, predominância de filhos de funcionários públicos, entre vinte e três e vinte e seis anos, que moravam com os pais nas grandes cidades da região Sudeste e são formados em Direito, Relações Internacionais ou Economia. Grande parte dos aprovados também não tem muita experiência de trabalho, a não ser estágios em advocacia feitos durante o período universitário, e aulas de inglês, o que reflete a necessidade de dominar esse idioma para passar no concurso. (MOURA, 2007, p.51)

Contudo, há diplomatas se formando todos os anos no IRBr. E eles têm sido mais diversos, tanto pela localidade quanto pela diversidade étnico-racial. Os diplomatas são vistos como personalidades formais que, por lidarem com os aparatos burocráticos do Estado, apresentam-se completamente sérios e de difícil acesso. Tal estereótipo replica a imagem de cidadãos de padrões econômico e cultural elevados e educação impecável.

A história do IRBr se entrecruza com a do Itamaraty, pois, por mais de cinco décadas, o palácio do Itamaraty resguardou as atividades do Instituto em sua sede. A inauguração do prédio do IRBr se deu no ano de 1999, em Brasília, e foi posicionada atrás do anexo do palácio do Itamaraty, o conhecido “Bolo de Noiva”.

O ano de 1999 é referência, pois foi quando o Instituto fora posicionado em sua própria sede, com uma infraestrutura capaz de atender às demandas individuais, com a formação e aperfeiçoamento dos diplomatas. O espaço conta com salas de aula, biblioteca, auditório, obras artísticas e fotografias.

O Ministério das Relações Exteriores foi retirado da sua sede no Rio de Janeiro, onde habitou desde 1899 e, nos anos de 1970, era famoso por suas festas e por ter sido, durante muito tempo, a casa do Barão do Rio Branco. Uma das célebres e mais importantes cerimônias do palácio do Itamaraty é o Dia do Diplomata.

Como aponta Moura (2007, p.21) “o Dia do Diplomata foi inventado em 1970, quando o País sofria transformações profundas durante o período da ditadura militar<sup>9</sup>”. Esse foi o ano em que houve tanto a transferência do Itamaraty para Brasília quanto também dos seus diplomatas. Iniciava ali um novo período de adaptação.

O primeiro Dia do Diplomata ocorreu na inauguração do Itamaraty, época em que o Presidente Médici voltou a exprimir-se sobre as questões internacionais do Brasil. Nesse dia, o Presidente explanou sobre segurança e desenvolvimento. “Disse que a primeira das obrigações dos diplomatas era para com a segurança nacional (...)” e a segunda era “manter e ampliar o diálogo entre as nações (...)”. (BARRETO, 2006, p.163)

E, no momento, já entrando pelas portas do IRBr, procurarei apresentar um pouco do que apreendi acerca dessa instância de poder tão relevante em termos políticos para o Brasil. Todas e todos, sejam bem-vindos!

#### 2.1.1 Composição hierárquica da carreira

O primeiro dia de visita ao IRBr foi de reconhecimento. Mal passei da portaria, pois os porteiros aguardavam uma pessoa habilitada para me receber. Fiquei pesquisando na biblioteca, fazendo de lá a minha base de comando de onde enviava e-mails para todos os contatos que havia feito, dias antes, nos Ministérios visitados, na expectativa de obter alguma informação relevante.

Trajei-me com o rigor que o ambiente exigia, e os entes do local, por algum tempo, estiveram curiosos e alguns me perguntaram se eu era Diplomata. Nesse momento eu pude explicar que estava realizando uma pesquisa, que estava investigando o IRBr e precisava falar com alguém responsável que me permitisse acessar documentos do Instituto.

Um representante da portaria me informou que eu poderia retornar no dia seguinte, pois alguém iria me receber. Retornei no dia seguinte e a pessoa estava ocupadíssima, pediu-me que retornasse outra data, o que me traria consequências pouco positivas, pois tinha que aproveitar ao máximo a minha estadia. Foi quando o gentil chefe da biblioteca, Marco Aurélio, me indicou que

---

<sup>9</sup> O Decreto nº66.217, de 17 de fevereiro, que criou o Dia do Diplomata, a ser comemorado anualmente em 20 de abril, data de nascimento do Barão do Rio Branco.

falasse com a oficiala de chancelaria responsável por detalhes das informações que eu buscava. Disse-me também que eu precisaria falar com o secretário Márcio.

De volta à portaria do IRBr, consegui contactar a oficiala de chancelaria, Tânia, quem atenciosamente me atendeu e, com muita polidez, relatou-me o seu trabalho e deu-me seus contatos, para que eu buscasse agendar um encontro com o secretário Márcio Rebouças.

A carreira de Diplomata é organizada em seis funções em ordem crescente: Terceiro-Secretário, Segundo-Secretário, Primeiro-Secretário, Conselheiro, Ministro de Segunda Classe e Ministro de Primeira Classe ou embaixador. Se a pretensão era realizar entrevistas com diplomatas e dirigentes, teria que respeitar a hierarquia.

Desse modo, posso concluir que as divisões hierárquicas da carreira de Diplomata estão diretamente imbricadas com as condições de *status*. A separação é uma forma de dar segmento à sistemática de organização da carreira, permitindo que cada diplomata entenda que, para se chegar ao ponto máximo, precisa trilhar uma longa caminhada. Caminhada essa que se inicia antes mesmo da homologação do indivíduo na carreira, como indica Moura (2003).

Afinal, o que fazem os diplomatas? Aos servidores da carreira cabem as atividades de natureza consular e diplomática, em seus aspectos de representação, negociação, informação e proteção dos interesses do País. Mediante a passagem pelo concurso, os diplomatas iniciam atuando como Secretários de Terceira-Classe.

O Secretário de Terceira-Classe, logo em seus primeiros dias de trabalho, é matriculado automaticamente no Programa de Formação e Aperfeiçoamento (PROFA-I), que equivale a um mestrado profissionalizante em Diplomacia, reconhecido pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), desde 2002.

O PROFA-I tem duração de dois anos. O primeiro ano consiste em aulas e palestras ministradas nas instalações do IRBr, no anexo II do MRE, em Brasília. O segundo é composto de estágios na Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE) e em postos no exterior. Os novos diplomatas



permanecem lotados no IRBr durante o período do curso, sendo já diplomatas que ocupam a “classe” de Terceiro-Secretário.

A experiência vivida no Profa-I é didática, principalmente no que se refere à aquisição da nova identidade de diplomata. Segundo Moura (2007) há duas visões que os diplomatas costumam preservar quando ingressam na carreira: uma, a percepção da formalidade e a outra, a percepção de que existe uma hierarquia.

Ao longo do PROFA-I, o diplomata iniciante é colocado em contato com vários outros que representam as diferentes categorias sociais com as quais o IRBr e o MRE lidam. Todos eles, diplomatas em formação, passam a pertencer à dinâmica do Instituto.

Ele aprende que cada representante de cada categoria corresponde também a um tipo de atitude emocional e a um comportamento, ou etiqueta que deve ser dispensada. Os mapas de orientação construídos ao longo do PROFA-I correspondem a um processo de internalização de *ethos*, através do qual podemos entrever o caráter ressocializador do IRBr como porta de entrada para a carreira. (MOURA, 2007, p.77)

O Mestrado em Diplomacia analisado pelos entrevistados desta pesquisa carrega outra função além dessa de socializá-los na carreira. O caráter de “treinamento” para ser o que o Instituto precisa que ele seja foi marcante em uma das falas. Outro diplomata resolveu fazer uma análise mais completa e crítica, apontando pontos possíveis de mudança e melhora na formação. Questionado sobre o andamento com a carreira, obtive como resposta:

Agora, no Instituto Rio Branco, que é só estudo né, são várias disciplinas! Muitas delas parecidas com várias delas da preparação, o que é um pouco desmotivante, porque a gente vê quase a mesma coisa que a gente já viu durante nossos estudos de preparação para o concurso, embora haja algumas disciplinas que são novas. Por exemplo, há um professor mestre que ele é extraordinário. Ele dá uma disciplina. Essa disciplina é estupenda, é muito boa mesmo, e é melhor do que qualquer coisa que eu já tenha estudado antes. Academicamente, é isso! As disciplinas de línguas são muito boas, também são bem dadas. No geral, são bem dadas, especialmente, francês e inglês, e espanhol também. Ah, todas são boas, vai, especialmente francês! (DIPLOMATA PEDRO)

O PROFA-I é uma versão modificada do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata – (CPDC), criado em 1946, ano de ingresso da primeira turma. O

período de treinamento inicial dos diplomatas brasileiros manteve esse nome até 1996, quando foi criado o PROFA-I. A maior mudança ocorrida foi a entrada automática dos candidatos aprovados no concurso para os quadros do serviço exterior. Nos tempos do CPCD, o concurso por si só não garantia admissão à carreira de diplomata, mas um exame vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Os aprovados no vestibular eram matriculados no CPCD e, após a aprovação no curso, com duração de dois anos, eram considerados aptos a ingressar na carreira de diplomata. Durante o curso, portanto, não eram diplomatas, mas alunos e alunas do Rio Branco.

Os diplomatas tinham que pagar despesas com restaurantes, comidas finas e os demais “hábitos caros” que competiam à carreira. Para tanto, recebiam uma quantia que era considerada muito abaixo do que ele deveria gastar por mês para levar uma vida apropriada. Grande parte vivia com o apoio financeiro dos pais, e alguns davam aulas particulares (principalmente de línguas), para complementar o orçamento.

Ao final da década de 90, as regras para a diplomacia mudaram e os diplomatas aprovados na seleção já podiam ingressar na carreira recebendo um salário de aproximados R\$4.000,00 (quatro mil reais). E no ano de 2011, a remuneração chegou a, aproximadamente, R\$12.500,00 (doze mil e quinhentos reais).

Os diplomatas acreditam que passar no concurso lhes deu automaticamente um novo *status*, e que o PROFA-I será apenas um período de treinamento em técnicas de trabalho. Os membros mais antigos da casa, no entanto, vêem o concurso como uma forma de selecionar pessoas que, em tempo, se tornarão diplomatas brasileiros.

### 2.1.2 Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD)

O Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD) do IRBr é aplicado desde 1945. Constitui-se na maneira mais recorrente de entrar para a carreira, a outra maneira seria através de nomeação feita pelo Presidente da República. Atualmente, o CACD é organizado pelo IRBr e realizado em

parceria com o Centro de Seleção e Promoção de Eventos/Universidade de Brasília (CESPE/UNB).

De acordo com o edital do ano de 2010:

A aprovação no Concurso habilitará o candidato: 1º) a ingressar em cargo da classe inicial da Carreira de Diplomata (Terceiro Secretário), de acordo com a ordem de classificação obtida; e 2º) a ter matrícula no Curso de Formação do Instituto Rio Branco, regulamentado pela Portaria nº 336 do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 30 de maio de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 12 de junho de 2003.

Para que algum interessado possa tornar-se diplomata, como apresenta ainda o edital de 2010, é necessário que o presente:

- ✓ Tenha sido aprovado no Concurso.
- ✓ Seja brasileiro nato, conforme o artigo 12, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.
- ✓ Esteja no gozo dos direitos políticos.
- ✓ Esteja em dia com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino.
- ✓ Esteja em dia com as obrigações eleitorais.
- ✓ Apresente diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior, emitido por instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação. No caso de candidatos cuja graduação tenha sido realizada em instituição estrangeira, caberá exclusivamente ao candidato a responsabilidade de apresentar, até a data da posse, a revalidação do diploma exigida pelo Ministério da Educação, nos termos do artigo 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).
- ✓ Haja completado a idade mínima de dezoito anos.
- ✓ Apresente aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, verificada por meio de exames pré-admissionais, nos termos do artigo 14, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

O salário do diplomata, em 2010, estava na faixa de R\$12.413,03 (doze mil quatrocentos e treze reais e três centavos), e desde 1940, algumas alterações foram feitas, a fim de melhorar o desempenho do concurso. Para ilustrar, em 2005, foram eliminados todos os exames orais, e o concurso, administrado pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE), foi realizado em dezessete cidades brasileiras e em diferentes estados. A prova de língua inglesa deixou de ser eliminatória, medida que suscitou grande querela na imprensa, e foram incluídas, a partir de 2004, as provas de francês (suprimida desde 1996) e espanhol.

A exigência de limites de faixa etária que existiam até 1998 foi banida dos editais, por sua inconstitucionalidade. A requisição limitava a idade de trinta e cinco anos e, como aponta Moura (2007, p.13), mesmo que essa alteração no regulamento do concurso tenha ocorrido em 1998, isso não significa que “impediu a ocorrência de aprovações mediante mandado de segurança”. “Hoje já não se exige idade mínima para ingressar na carreira de diplomata, e o diplomata mais velho a ser aprovado no ano de 2004 tinha quarenta e seis anos”.

O CACD é o concurso mais regular do Governo Federal. Todos os anos são selecionados diplomatas de diversos estados das cinco regiões do País. “É muito raro você ter um recrutamento que imediatamente dirija a pessoa para um curso tão bem estruturado”, relata Geraldo Tupynambá. O conselheiro está se referindo ao Mestrado em Diplomacia que diplomatas são estimulados a fazer, desde o seu ingresso. A Tabela 1 apresenta dados gerais do CACD, de 2005 a 2010:

**Tabela 1**

Dados gerais do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD) - 2005 a 2010.

	CACD 2005	CACD 2006	CACD 2007	CACD 2008	CACD 2009	CACD 2010
<b>Vagas oferecidas</b>	32 vagas	105 vagas	105 vagas	115 vagas	105 vagas	<b>108 vagas</b>
<b>Resultado final (aprovados e nomeados)</b>	28	100	101	115	109	<b>108</b>
<b>Homens/Mulheres</b>	10/18	76/24	77/24	85/30	84/25	<b>81/27</b>
<b>Inscrições</b>	10.161	8.801	13.137	12.552	14.995	<b>13.771</b>
<b>Inscrições pagas</b>	6.635	6.308	8.667	8.228	9.190	<b>8.570</b>
<b>Relação candidato/vaga</b>	207,34	60,07	82,54	71,55	87,52	<b>79,35</b>
<b>Prova Objetiva</b>		manhã	--	--	manhã	
<b>Abstenção</b>	889 (13,4%)	1.178 (18,68%)			1.755 (19,7%)	
		tarde			1.875 (21,1%)	
		1.274 (20,20%)				

Fonte: Arquivos do Instituto Rio Branco (2010).

Em entrevistas com gerentes do Itamaraty e do Rio Branco, o conselheiro Geraldo Tupynambá retratou, em um dos seus depoimentos, que a dimensão de um concurso como esse de admissão para a carreira de diplomata e a sua relevância à sociedade brasileira. Conforme Geraldo Tupynambá, o CACD não forma apenas diplomatas para ocuparem os quadros do MRE:

O Concurso de Admissão recrutou quadros que se tornaram ministros de Estado das Relações Exteriores, do Comércio, da Fazenda. Eu tô falando que estes são (...). São pessoas que um dia foram ao Instituto Rio Branco para se inscrever e fazer um concurso e fazer um curso e entrar numa carreira, e essa carreira proporcionou isso ao País. Está certo? Os chanceleres têm uns, mas têm dois ministros da Fazenda, ministros da Indústria e Comércio, dois ministros (...). Quer dizer, são pessoas que se projetaram na vida nacional além de cumprir a função que, a princípio, e representar o País no exterior, então (...). Hoje a nossa carreira ocupa todos os cargos de chefia de missões diplomáticas.

Mesmo havendo margem para que o Presidente da República venha a indicar diplomatas para atuarem no exterior, através de nomeação, algo que funcionava com mais frequência há alguns anos, o conselheiro expõe, com alguma satisfação, que não era do interesse do Presidente Lula indicar diplomatas:

O Presidente Lula chegou à conclusão de: “Olha, não tem ninguém melhor do que o diplomata formado no Itamaraty para fazer essa função.” Esse concurso então tem uma história a ser respeitada. Tem um desenho muito multidisciplinar, está certo? Que hoje é muito equilibrado porque a pessoa tem a oportunidade de mostrar o seu talento em várias áreas.

Para o conselheiro, quando um presidente evita a nomeação de diplomatas a cargos de embaixadores, ministros e secretários, significa valorizar a mão-de-obra que vem sendo gerada anualmente, extraordinariamente, duas vezes ao ano, dando maior circulação aos diplomatas formados e experientes. Isso é uma “evolução do concurso”, confere o conselheiro:

Nós temos a necessidade de fazer um concurso abrangente. E um concurso em várias fases que cobre várias coisas. Então, o concurso facilmente se amolda a uma seleção que leve a um número de aprovados muito próximo do número que a gente quer. Durante muitos anos, recrutamos entre vinte, vinte e cinco ou trinta pessoas. Até trinta e cinco, em turmas grandes, quando havia muitas vagas. Houve uma reforma que virou lei em 2006, que aumentou o número de cargos, e nós tivemos cinco concursos seguidos, oferecendo cem vagas. Dificilmente teremos outra reforma imediatamente. Então, vamos voltar a oferecer quarenta vagas. O concurso terá que se adaptar a isso.

Atentos à evolução dos concursos estão os cursinhos<sup>10</sup> preparatórios, que crescem e ampliam suas turmas a cada ano. Com propostas de oferecer a melhor formação e garantir aprovação no CACD, formam turmas durante todo o ano. Assim, os candidatos e candidatas podem estudar a qualquer tempo para o concurso, optando por fazer as disciplinas que têm maior dificuldade.

Pelo visto, um dos fatores que justifica o aumento de oferta de cursinhos no País está relacionado ao grau de complexidade das provas e a maior parte dos candidatos (ex) bolsistas relatou que tentaram por mais de duas vezes conseguir conquistar a aprovação no concurso. Vejamos a Tabela abaixo:

**Tabela 2**

Tentativas para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD) - Diplomatas (ex) bolsistas

Frequência	Diplomatas
1 vez	01
2 a 3 vezes	05
4 a 5 vezes	03
6 vezes ou mais	01

Fonte: Registro de áudio proveniente de aplicação de questionário – 12 entrevistados (2010), dentre os quais 02 não responderam a esta questão.

Os dados e as entrevistas retratam que as tentativas acontecem muitas vezes, pois há candidatos que realizam a prova do CACD como um pré-teste, para desconstruir a ideia de que as provas são “complicadas” e “difíceis”. Há também diplomatas que fizeram a prova pela primeira vez a fim de entender como funciona de fato o concurso e para saber se realmente possuem interesse na carreira.

Foi o caso da diplomata Vanessa que, quando tomou a decisão de fazer a prova para o CACD, não sabia direito o papel de uma diplomata:

Eu não sabia nem o que era isso. Então, na faculdade foi que eu comecei a achar interessante. Porque você ganha um salário bom, você viaja para o exterior e tal, e eu comecei a estudar inglês muito

<sup>10</sup> Ao realizar uma busca na internet, consegui localizar algumas páginas de cursinhos espalhados pelo País: <http://www.odiplomata.com.br/> - O diplomata Instituto de Relações Internacionais (Brasília) <http://cursoriobranco.com.br/index.htm> - Curso SOPEC (São Paulo) <http://www.grupodehumanidades.com.br/index.html> - Grupo Humanidades (São Paulo) <http://www.yamaeventos.com.br/> - Escola de Diplomacia Cenário Internacional (São Paulo) <http://www.cursodiplomacia.com.br/> - Diplomacia (Porto Alegre/RS) <http://www.cursojb.com.br/infra.htm> - Curso JB (Brasília) <http://www.escolasuperiordiplomatica.com.br/servicos.htm> - Escola Superior Diplomática (São Paulo) <http://www.cursoclio.com.br/o-curso-clio/> - Curso Clio (diversos estados)

nova. Eu tinha tipo sete anos quando meu pai me colocou para estudar e aí eu sempre tive curiosidade em conhecer outros países, em morar no exterior e tudo. Então a diplomacia me pareceu ser uma coisa interessante. Aí fui ver né, como é que era. Eu vi que eram pouquíssimas vagas pra você estudar, tinha que estudar muito, tinha que pagar professor particular porque antigamente não tinha curso, e era muito, muito dinheiro que se gastava. (DIPLOMATA VANESSA, 2010)

Preocupada com a sua trajetória profissional, tomou conhecimento do IRBR e buscou maiores informações sobre a carreira. Quando fez a primeira prova, percebeu que aquele poderia ser um caminho interessante para a sua vida. Vanessa fez seleção para diplomacia por quatro vezes, o que para prestar o CACD é necessário além de investimento financeiro, um investimento de tempo e dedicação quase exclusiva para o concurso.

## 2.2 Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia

Como começou a ação afirmativa no IRBr? No Instituto, o PAA foi fruto de compromissos firmados na III Conferência, realizada em Durban. Apartir das entrevistas com o Conselheiro Geraldo Tupynambá, o assessor Ivair dos Santos e o embaixador João Almino, foi factível traçar um panorama para responder a essa indagação.

O ano é 1995, e o debate versa sobre as políticas públicas direcionadas a valorização da população negra do Brasil. No bojo do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) é instituído, com o fim de apontar resoluções para as desigualdades sociorraciais do País. “O grupo era integrado por oito membros da sociedade civil, ligados ao Movimento Negro, oito membros dos Ministérios e dois de Secretarias”. (LIMA, 2005, p.26-27)

O assessor especial da SEDH, Ivair Augusto Alves dos Santos, confirma que o PAA começou a ser pensado quando, no País, começou-se a exigir que medidas desse tipo principiassem já entre os anos de 1996 e 1997. Declara que, no início, a ideia do que poderia ser feito com relação à população negra não era tão clara.

Em torno de 1999, depois de algumas reuniões com o GTI e com a participação de lideranças da sociedade, o Governo dá mais alguns passos rumo às ações afirmativas e ao PAA. Ivair dos Santos faz um breve histórico da participação do Brasil nas importantes reuniões e conferências estaduais, destacando que “outro fato também importante foi que a gente teve a felicidade de ter um Secretário que era Embaixador”, e que ficou na responsabilidade de organizar a III Conferência.

Não foi possível identificar o embaixador relatado pelo assessor Ivair, mas sabe-se que, após a III Conferência Mundial ter acontecido em Durban, os membros desse evento tinham ciência de que, ao retornar ao Brasil, precisariam ser práticos:

Uma das coisas que se colocavam sempre era: como é que a gente ia implementar a ação afirmativa? Tudo se encaminhou para que o Ministério das Relações Exteriores pudesse fazer algum tipo de programa que pudesse contemplar a população negra. Logo depois desse Embaixador veio outro, um professor chamado Oswaldo Pinheiro, que também foi Secretário dos Direitos Humanos, e ele também voltou a fazer todos os esforços para que a coisa pudesse acontecer.

Notar-se-á, pelos relatos, que a história do PAA no IRBr implicou empenho e articulação por parte dos envolvidos, e não foi uma iniciativa fácil de se executar. Mas, diante do comprometimento desses personagens, como resultado objetivo advindo da III Conferência emergiu o “Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco – Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia”. O Presidente FHC, na época, realizou discurso, dizendo que:

Um dos resultados dessa reflexão é que o Governo passou a orientar-se de forma decisiva pelo caminho das chamadas políticas alternativas, que começaram a ser postas em prática no Ministério do Desenvolvimento Agrário<sup>11</sup>. E, a partir de hoje, pelo Ministério da Justiça e pela própria Secretaria de Direitos Humanos, sendo um marco na luta pela afirmação dos direitos dos brasileiros que não tiveram acesso histórico às oportunidades, para que se pudessem afirmar como pessoas e como segmentos sociais.

Instituída pelo Presidente FHC, a Bolsa-Prêmio faz parte de um projeto de caráter nacional que engloba as políticas para “Valorização da População

---

<sup>11</sup> O ministro do Desenvolvimento Agrário, por exemplo, assinou, em setembro de 2001, portaria que cria uma cota de 20% para negros na estrutura institucional do Ministério e do INCRA, devendo o mesmo ocorrer com as empresas terceirizadas, contratadas por esses órgãos.



Negra”, de acordo com o Plano Nacional de Direitos Humanos que relaciona condições mais amplas arroladas à educação, saúde e trabalho.

É possível afirmar que as ações começaram quando o Diretor do IRBr, em 2001, o embaixador João Almino trouxe de sua vasta experiência no exterior a ideia de que deveria tomar alguma iniciativa na área de Ação Afirmativa. O conselheiro Tupynambá relata que o embaixador tinha a “concepção de criar uma bolsa que atendesse a candidatos carentes de recursos, já que ele percebia que o concurso exigia muito investimento”.

Ao assumir a direção do Instituto Rio Branco, tinha dois projetos mais importantes em mente: fazer algo para que aumentasse o número de afrodescendentes no Itamaraty e permitir que os alunos do Rio Branco que estivessem interessados saíssem do curso com o título de mestres em Diplomacia, reconhecido pelo MEC. Fiquei contente que os dois objetivos tenham sido alcançados.

De acordo com o conselheiro, o embaixador João Almino esperava que o Estado brasileiro pudesse auxiliar os candidatos que estudavam em condições precárias a obterem melhores condições de estudos, para competirem no CACD em condições de igualdade.

O embaixador procurou o ministro de Estado, que era Celso Lafer, que, por conseguinte, incentivou a iniciativa e sugeriu que ele procurasse pelo secretário de Direitos Humanos, Paulo Sérgio Pinheiro. Assim, com a SEDH, nasce uma parceria que determina e deixa mais evidente a necessidade da implementação de um Programa de Ação Afirmativa no ambiente diplomático.

Na continuidade do Programa, o embaixador destacou a importância do Ex-Presidente da Fundação Palmares, Zulu Araújo, do Ex-Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e do ministro e embaixador Sardenberg, do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), pela parceria com o CNPq, e representantes da SEDH. Esses foram consortes que se engajaram na proposta das ações afirmativas no IRBr, desde o início até a sua continuidade.

Essas quatro entidades, devidamente representadas, deram o pontapé inicial para o funcionamento do Programa. Cada um dos Ministérios deu a sua contribuição, através do Termo de Ajuste ao Protocolo sobre Ação Afirmativa, assinado entre os mesmos, para que pudessem solidificar a proposta do Programa. (LIMA, 2005, p.30)

O primeiro edital foi publicado no ano 2002, e elaborado “a quatro mãos”, como aponta o assessor especial, Ivair dos Santos, se referindo aos quatro órgãos partícipes que se envolveram também na organização e processo de seleção, ainda que não soubessem direito como fazê-los, na proporção em que, naquele ano, determinaram apenas que fariam uma prova envolvendo Conhecimentos Gerais, Inglês e Língua Portuguesa. Só a partir do segundo edital é que a seleção se aprimorou. O primeiro é o único que não está postado no *site* do CESPE/UNB.

Desde o ano de 2002, o PAA tem oferecido Bolsas-Prêmio para candidatos afrodescendentes (negros) interessados em ingressar na carreira diplomática. A Bolsa, que já custou R\$15.000,00 (quinze mil reais), por dez meses, em 2010, custa o montante de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) divididos em dez meses, o que equivale a R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais. O recurso da Bolsa deve ser direcionado à aquisição de material didático, inscrição em cursos preparatórios, pagamento de professores particulares. Há até mesmo uma parcela que pode ser investida em despesas de manutenção, como aluguel, água luz, internet.

A inscrição para a Bolsa é gratuita e é feita via internet, através do *site* da própria CESPE/UNB. Uma ficha é preenchida e, juntamente a ela, há uma lauda de redação, para que o candidato escreva sobre sua experiência como afrodescendente (negro). Como regra, provas objetivas de Português, História do Brasil e Noções de Política Internacional são realizadas. E, na segunda fase, uma redação em Línguas Portuguesa e Inglesa tem sido solicitada.

Após essas etapas, o candidato poderá ter acesso a sua nota nas provas da primeira fase e decidir se enviará o seu plano de estudo e desembolso para a terceira fase do programa. O plano de estudos deve conter “claramente as atividades pelas quais os recursos serão empregados.” (LIMA, 2005, p.44). O bolsista deve ser preciso com as suas despesas e, regularmente, durante os dez meses, relatórios técnicos são solicitados, com o intuito de acompanhar o uso dos recursos pelo bolsista.

O conselheiro Tupynambá reforça que “o plano de estudo não é para a gente avaliar se a pessoa é organizada”, é para avaliar se a pessoa está querendo se beneficiar do recurso da Bolsa da maneira adequada. De tal forma

que o plano de estudo confirma se o candidato está empenhado em estudar com o recurso da bolsa para o CACD ou para outros concursos relacionados.

A fase final para a aquisição da bolsa é a entrevista técnica. Nessa etapa, os candidatos são levados à Brasília, para participarem de bancas de entrevista formadas por membros dos órgãos de Convênio. A viagem a Brasília é breve e, muitas vezes, dura menos de um dia, a depender da região de origem do candidato. O resultado das entrevistas é divulgado no *site* da empresa de seleção. Geraldo Tupynambá descreve:

Então, quando nós procuramos trabalhar com Bancas de Reparação sobre como se constituiu essa identidade como afrodescendente, a gente quer manter o foco do Programa, a gente não quer que o Programa seja motivo de chacota: “Ah, olha, a loirinha de olho verde ganhou a Bolsa”. Não, isso não pode acontecer! Mesmo que ela seja afrodescendente, por quê? Porque no caso do Brasil, a gente sabe que o fenótipo tem muita importância. A pessoa que tem a pele muito clara tem o olho mais claro. Mesmo que seja afrodescendente, ela não vai ser identificada como tal. E isso tem peso na vivência que ela vai ter da sua identidade racial.

A entrevista técnica é o momento em que os candidatos à Bolsa irão se confrontar com a questão: “Como é a sua experiência como negro?”, a banca poderá analisar a resposta do candidato e atribuir-lhe uma pontuação. “É importante ter esse mecanismo que não trabalhe contra a instituição do Programa”, versa o Conselheiro Geraldo Tupynambá.

Todos os anos têm sido formadas em torno de quatro ou cinco bancas para selecionar os bolsistas. As bancas são compostas por representantes do IRBr, diplomatas (ex) bolsistas, da Seppir, do CNPQ e da Fundação Palmares, que trazem representantes para participar do processo seletivo. As Bolsas são concedidas àqueles candidatos e candidatas que obtiverem maior pontuação na escala classificatória da seleção do PAA.

Este foi um panorama geral e contextualização do surgimento do Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco, que vai desde o seu surgimento até o processo de seleção. Porém, ao realizar entrevistas, identifiquei alguns aspectos que poderiam ser apresentados à parte, devido às suas características.

Notei nos entrevistados certa inquietação, e até insatisfação, concernentes a pontos do Programa, tais quais: a relação entre orçamento e candidatos

desistentes; divulgação da iniciativa; acompanhamento dos bolsistas e a polêmica das cotas, antes mesmo de serem aprovadas no CACD.

a) Orçamento e candidatos à bolsa que desistiram no meio do percurso

**Tabela 3**

Dados gerais do Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco (IRBr) por ano.

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Vagas	20	30	42	32	43	37	39	--
Inscritos	403	1689	749	972	686	532	1948	---
Valor da Bolsa	10.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
Orçamento anual do programa	350.000,00	950.000,00	1.225.000,00	800.000,00	1.000.000,00	925.000,00	975.000,00	---

Fonte: Arquivos do Instituto Rio Branco (2010).

A Tabela acima representa dados gerais do PAA, de 2002 a 2009. Observemos que não são homogêneos em sua execução. A quantidade de candidatos, vagas e bolsas concedidas ano após ano tem sofrido transformações motivadas, principalmente, pela condição orçamentária, pois, como narrou o assessor especial da SEDH, Ivair Augusto, “não existe ação afirmativa sem orçamento”.

No ano de 2006, quando o orçamento esteve na base de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), quarenta e três candidatos foram selecionados como bolsistas. Contudo, a quantidade de inscritos – seiscentos e oitenta e seis– foi menor, referente aos anos anteriores (2003 a 2005).

Houve um salto surpreendente no número de inscritos do ano de 2008. Foram mil novecentos e quarenta e oito candidatos para a Bolsa, e o Instituto contemplou trinta e nove. O orçamento do Programa é dividido entre o CNPq e o IRBr. Os dados dessa Tabela também mostram que há uma demanda de afrodescendentes (negros) interessados em ingressar na carreira de diplomata, haja vista a quantidade de inscritos por ano. Busquei, durante a coleta de informações no campo, levantar também dados sobre a margem de candidatos desistentes.

Um fenômeno recorrente chama a atenção, pois, em oito anos da Bolsa, participei em duas seleções e a desistência sempre foi visível, ao ponto de, em uma sala com cinquenta candidatos, menos da metade compareceram para fazer as provas da primeira etapa. Em entrevista com o secretário Márcio Rebouças, pude constatar que a observação feita a partir da minha experiência como candidata à Bolsa fazia sentido. O secretário Márcio afirma que a desistência dos inscritos era ponto negativo para o orçamento do Programa. Isso porque, ao encerramento de cada seleção, é feito um cálculo sobre o custo de cada candidato.

O orçamento anual reservado para o Programa é dividido para as etapas do concurso, que perpassa a convocatória, inscrição, provas, entrevista técnica e assinatura da Bolsa. As sobras, segundo o secretário Márcio Rebouças, são investidas na quantidade de bolsas que serão oferecidas. Isso significa que, se a quantidade de desistentes fosse menor, haveria maior possibilidade da oferta de Bolsas para os candidatos interessados.

Essa notícia me pareceu um ponto crítico para o Programa, pois, se Bolsas estão sendo desperdiçadas, seria essa uma contenda que mereceria uma atenção maior dos gestores do concurso: O que leva os candidatos inscritos à desistência?

Para o secretário Márcio, não há como controlar as desistências porque o concurso é gratuito, com a inscrição feita pela internet. Sendo assim, há o livre-arbítrio para que o candidato possa, no dia da prova, se apresentar para fazê-la. Não há medida punitiva ou que bloqueie essa atitude que, a meu ver, diminui as oportunidades de outrem quanto uma ação afirmativa.

Não foi possível obter os dados precisos sobre os desistentes por ano, mas esse dado parece preocupante até mesmo para os diplomatas (ex) bolsistas, que também não sabem que medida tomar com relação à desistência de candidatos na prova da bolsa. O que tem importado muito é que, cada vez mais, negros possam se inscrever no Programa, e desse ponto inicia-se uma nova barreira, a da divulgação.

## b) Divulgação

A divulgação do Programa e respectivas bolsas no plano nacional é um assunto que inquieta os diplomatas (ex) bolsistas. Nas diferentes opiniões, percebi que a divulgação é tema que merece certo destaque, pois, diplomatas entrevistados acreditam que o alcance ao benefício ainda pode ser maior. Quando perguntei sobre como ficaram sabendo do Programa, obtive as seguintes respostas:

**Tabela 4**

Como souberam do Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco (IRBr) - Diplomatas (ex) bolsistas

Meios	DIPLOMATAS
Internet	04
Jornais	03
Amigos	02
Cartaz	01
Outras formas	02

Fonte: Registro de áudio proveniente de aplicação de questionário – 12 entrevistados. (2010).

Através da Tabela 4, observamos que, entre os diplomatas (ex) bolsistas, a internet foi o meio de saber sobre o programa, seguido das matérias em jornais, outras formas de divulgação não especificadas e cartaz. Dentre as formas não especificadas, estão diplomatas que não souberam exatamente como a informação sobre a Bolsa chegou até eles.

Desde o início, a divulgação do Programa é ponto nevrálgico do processo. No ano de 2002, quando ocorreu o primeiro concurso para a Bolsa, o recurso da internet ainda não era tão familiar e, por isso, recorreu-se aos cartazes que foram enviados para algumas universidades e instituições relacionadas com a questão negra.

O que repercutiu positivamente, de acordo com o assessor da SEDH, Ivair Augusto, foi que, mesmo com a divulgação ainda em teste, logo no primeiro ano do Programa, quando foram oferecidas vinte bolsas, se inscreveram quatrocentas pessoas, pleiteando bolsa no valor total de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) parcelados em dez meses. Era o que permitia o ingresso nos melhores cursos preparatórios e até pagar professores particulares para enfrentar o rigorosíssimo processo seletivo do Itamaraty<sup>12</sup>.

<sup>12</sup> “Intelectuais se unem para levar negros ao Itamaraty”, O Estado de São Paulo, São Paulo, 06 fev. 2003.

O assessor Ivair Augusto também recorda que no primeiro cartaz que foi distribuído pelo Programa havia a figura de uma pessoa negra demonstrando que, naquele momento, negros deveriam se inscrever para uma oportunidade única, e que lhes era de direito um Programa de Ação Afirmativa na área diplomática. Acredita-se que isso tenha auxiliado na quantidade de inscritos. O modelo do cartaz não foi localizado nos arquivos do IRBr.

Nos anos seguintes, buscou-se a disseminação do PAA e ampliar a quantidade de inscritos na bolsa, e isto passaria ser a incumbência de diplomatas (ex) bolsistas. Enquanto esses ingressavam aos poucos na arena diplomática, voluntários em início de carreira eram enviados para diversos estados brasileiros com o objetivo de visitar universidades e mídias locais.

Tive acesso à chamada “Missão Divulgadora do CACD e do PAA” do ano de 2009, a partir de um relatório enviado por um desses diplomatas. O terceiro-secretário, Lucas, que não foi aprovado pelo concurso com o recurso da Bolsa de ação afirmativa, emitiu relatório que trata da sua ida ao estado do Ceará, entre 26 e 27 de novembro, para divulgar o IRBr e seus concursos.

O terceiro-secretário Lucas inicia o texto apontando como foi bem recepcionado em sua chegada – presumo que tenha sido no dia 25 de novembro de 2009 – pelos principais meios de comunicação de Fortaleza. Nas três principais universidades do estado, os estudantes afrodescendentes mostravam grande interesse e curiosidade com relação ao concurso e, durante a sua permanência na cidade, o terceiro-secretário deu inúmeras entrevistas para jornais, canais de televisão e rádio.

As universidades que acolheram a realização dos trabalhos ofereceram uma estrutura favorável ao Diplomata: auditório, salas amplas, recursos tecnológicos e divulgação alargada. Há, no relatório, o caso da Universidade Federal do Ceará (UFC) que forneceu certificados para os estudantes que participassem da ação; outro, de uma universidade que abriu suas portas ao público externo interessado; e outra ainda, que deu continuidade à divulgação, promovendo os concursos do PAA e do CACD através de *site* institucional.

O diplomata Lucas considerou que a pauta parecia interessante à mídia e, por isso, a procura por depoimentos dele já no dia da sua chegada foi altamente requisitada.

Nas vésperas da viagem, enviei a agenda completa da visita, com os horários das participações nos programas de rádio e televisão, às universidades e aos contatos dos meios de comunicação, para postagem nos sítios eletrônicos dessas instituições. Na Universidade Federal do Ceará (UFC), a visita foi divulgada em seu Portal na internet,

[http://www.ufc.br/portal/index.php?option=com\\_content&task=view&id=9079&Itemid=90](http://www.ufc.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=9079&Itemid=90), e também na página eletrônica da Coordenadoria de Assuntos Internacionais, em [http://www.cai.ufc.br/palestra\\_carreira\\_diplomatica.html](http://www.cai.ufc.br/palestra_carreira_diplomatica.html). Devido à solicitação feita pelos alunos à Diretoria, a Faculdade de Direito da UFC postou em seu sítio eletrônico o material de divulgação que preparei para a visita a Fortaleza. (DIPLOMATA LUCAS)

De acordo com relato do terceiro-secretário, a sua estadia em Fortaleza foi bastante intensa. Em meio a palestras, entrevistas e debates, Lucas percebeu que havia “um grande interesse dos cearenses pela carreira diplomática”. Como proposta para as futuras missões divulgadoras, o terceiro-secretário, Lucas, sugeriu que fossem enviados os diplomatas (ex) bolsistas, considerando que a presença dos colegas seria muito mais valiosa do que apenas citá-los, pois eles poderiam relatar sobre a superação de obstáculos ao longo da preparação para o CACD.

Diplomatas (ex) bolsistas informaram-me que, em anos anteriores a 2009, haviam participado da divulgação nos estados. Quando solicitei que explanassem sobre o processo de divulgação, obtive uma resposta mais crítica. Para um deles o processo de divulgação é:

Meio mambembe. (...) Quando eu tava trabalhando aqui no Itamaraty, a não ser que desse sorte, eu não tinha tempo de fazer isso não. Mas, geralmente eles procuram gente que tenha a ver com o Programa, que participou de alguma maneira e tal. Manda e-mails, se puder você diz: não, tudo bem, tal dia eu posso ir. Aí você diz se vai pra Recife, São Luís, sei lá, pra qualquer lugar, pro Rio Grande do Sul, pra São Paulo mesmo, pra fazer divulgação. E vai. Normalmente, dependendo do lugar, vai televisão pra te entrevistar, varia muito... (DIPLOMATA CLÓVIS)

Entende-se, com o comentário do diplomata Clóvis, certa insatisfação com o empenho dedicado pelo IRBr para a divulgação. Chama-a de “meio mambembe”, pois, segundo o diplomata, a escolha de quem vai a campo divulgar é aleatória e voluntária, e talvez não alcance de imediato e certamente o público interessado no Programa (grifo meu).

Prontamente, o diplomata Pedro, além de criticar, apresenta também sugestões:



A divulgação, eu acho que ainda é feita de maneira, como direi? Uma palavra que não seja muito agressiva... De maneira residual, né?! Devia ter uma divulgação maior, não só nas universidades, na mídia, ou nos jornais, na mídia expressa, na mídia falada, rádios, nas escolas, nas faculdades, nas universidades, em tudo que fosse canto. Nas entidades de Movimento Estudantil, nas entidades do Movimento Negro, acho que deveria haver muito mais divulgação pra esse Programa, que é um Programa bem-sucedido. Tem muito a melhorar, óbvio, mas é um Programa que agora precisa ser expandido. (DIPLOMATA PEDRO)

Há expectativas, por parte do diplomata Pedro, de que a divulgação do Programa sofra melhoras. Essas são medidas emergentes. Com seu senso de *politeness*, que, aliás, é predominante em todos os (ex) bolsistas entrevistados, Pedro tenta atenuar o conteúdo da sua crítica, mostrando que em oito anos há muito trabalho a ser feito nesse sentido.

O diplomata Samuel, para tratar sobre o tema da divulgação, prefere não ir diretamente ao assunto, e diz:

Eu acho que o problema maior do Programa é o calendário. Ele cai no período próximo ao concurso, poderia haver uma antecedência maior, uma seleção... o calendário da seleção pensando no concurso também. Poderia ter mais impacto na preparação dos alunos, uma divulgação maior, talvez. Na verdade, eu penso que deveria ser bem maior, poderia melhorar também esse aspecto.

Para o diplomata, a proximidade entre os calendários do PAA e do CACD dispostos pelos concursos do IRBr implicam diretamente na participação de candidatos afrodescendentes (negros) e, nessa linha de pensamento, a divulgação, que “poderia melhorar”, fica prejudicada.

Como educadora que sou não poderia deixar de levar em consideração a importância de um planejamento pedagógico, e não somente sistemático, por parte do IRBr e dos órgãos participantes com relação ao PAA. Com base nos depoimentos acima e em outros que virão, é possível perceber de que maneira aspectos da organização incomodam os depoentes, como, por exemplo, o acompanhamento dos bolsistas.

#### c) Acompanhamento de bolsistas

O acompanhamento para o PAA está dividido em duas etapas: visita multi-institucional de bolsistas selecionados pelo Programa e tutorias que se

dão quando diplomatas os elegem para orientá-los durante a preparação do CACD. Como funcionam e quais, dentre as duas modalidades, deram certo para o Programa são as motivações desse subtópico.

O acompanhamento dos bolsistas aconteceu pela primeira vez no ano de 2002, e foi uma proposta desenvolvida pela Fundação Palmares.

A Fundação Palmares, o importante foi que ela não só chamou para si o trabalho de acompanhamento, ela chamou para si a tarefa de acompanhar isso. Era uma coisa que a gente não tinha pensado, né?! O acompanhamento foi feito de duas formas... Eu tava falando de alguma coisa do resultado do que nós fizemos. Uma das coisas que nós fizemos foi trazer os vinte para cá, para uma conversa e percorrer os quatro Ministérios. Isso foi muito importante porque dava, mostrava um pouco o caráter multi-institucional da coisa. A segunda coisa importante foi levar para conversar com o Chanceler, o Ministro das Relações Exteriores. E a terceira sacada que a gente fez foi selecionar tutores, pessoas que eram diplomatas e iam acompanhar o desenvolvimento de cada um deles. (ASSESSOR ESPECIAL DA SEDH IVAIR AUGUSTO)

Os vinte bolsistas selecionados em 2002 foram levados, com despesas pagas, à Brasília, para cumprirem uma programação que ia desde a visita aos Ministérios envolvidos no termo de ajuste de protocolo à conversa com o Ministro das Relações Exteriores Celso Lafer.

Apenas a primeira turma de bolsistas foi agraciada com essa iniciativa. Nos anos correntes, indica o assessor da SEDH, o acompanhamento não mais ocorreu, o que, em sua opinião, “não foi legal, foi que não conseguiram fazer o acompanhamento dos alunos. Eles só faziam a entrevista e depois de certo tempo eles entregavam dois relatórios, mas aquele Comitê que deveria estar acompanhando, isso não conseguia.”

Após as entrevistas técnicas, os bolsistas ficavam “meio soltos”. Ivair percebe que o acompanhamento deveria ter acontecido por mais tempo. Aspecto que o assessor sente falta é de ter havido uma “discussão mais qualificada dentro do Movimento Negro”, no intuito de formalizar uma parceria mais coesa que viesse a garantir maior participação dos candidatos negros ao Programa.

A falta de acompanhamento do Programa pelos órgãos que, teoricamente seriam os mais interessados pela ação afirmativa implementada no IRBr, ao meu entender, foi uma das carências mais gritantes que encontrei

referente ao tema. Como pesquisadora, havia expectativas de que tanto a Fundação Palmares quanto a Seppir estivessem alinhadas com relação à iniciativa das bolsas prêmio. Entretanto, nas visitas realizadas a essas instituições, encontrei órgãos que continham informações esparsas e que sabiam muito pouco sobre a inserção desses diplomatas.

Com a extinção das visitas multi-institucionais logo no início do Programa restavam as tutorias. Essas seguiram em quase todos os anos do PAA, mas não significa que funcionaram. Ouvi muitas queixas de diplomatas (ex) bolsistas que iniciaram a execução da Bolsa com um tutor e, no meio do processo, descobriam que estavam sozinhos na empreitada de saber como estudar.

As tutorias, bem como a divulgação, são voluntárias. No ato da execução do Programa, os diplomatas interessados podem se candidatar a acompanhar um ou dois bolsistas, a fim de auxiliá-los durante o estudo. Para o diplomata Pedro, a tutoria é importante para direcionar o bolsista com os gastos:

(...) porque o bolsista às vezes fica muito deslumbrado, muito. Não foi o meu caso não porque eu nunca deslumbrei muita coisa, não, mas eu vejo colegas que são tão deslumbrados, “primeira vez que eu tenho uma biblioteca”, aí o cara tem uma biblioteca enorme. Aí ele fica deslumbrado porque tem um monte de livros e perde o foco entendeu? E perde o foco do que deve estudar, perde o foco de quantas horas deve estudar. Eu acho que a gente deve conversar com o bolsista nesse sentido deles terem foco. De eles serem objetivos. Porque tem gente que está há quatro anos nesse Programa e não passa.

Por isso, o monitoramento/tutoria é importante para Pedro, que é grande incentivador e defensor de um programa de monitoramento que venha a efetivamente acompanhar os bolsistas, direcionando-os para o principal foco, a carreira de diplomata.

Até mesmo a diplomata Fernanda, quem relatou não precisar de acompanhamento enquanto fora bolsista, porque “a minha realidade era outra”, ou “da realidade que vim tiveram diversos facilitadores”, a mesma argumentou que o acompanhamento é fundamental para que as pessoas que vêm de locais onde não existem bons cursinhos possam progredir em seus estudos.

Quando estive no IRBr, para realizar as entrevistas, soube que as tutorias já não aconteciam há bastante tempo, isso porque elas dependem muito da disponibilidade e interesse dos diplomatas, especialmente dos diplomatas (ex) bolsistas em mobilizar os seus colegas a orientarem alguns dos candidatos beneficiados pelo PAA. Isso me levou a questionar: será que não seria o caso de o próprio Instituto ter maior atenção com o aspecto do acompanhamento de quem recebe a Bolsa? Apostaria na incorporação de um núcleo de acompanhamento de contemplados pelo PAA sediado no próprio Itamaraty, já que a demanda é evidente.

O conselheiro Geraldo Tupynambá também comentou sobre o assunto e deu uma resposta que endossa a insatisfação dos (ex) bolsistas, reconhecendo que a maneira como o acompanhamento tem transcorrido deixa lacunas no Programa, e reconhece que esse é um ponto fraco da iniciativa:

Esse acompanhamento funcionou em alguns momentos, e em outros não. A gente tentava engajar os colegas que tivessem interesse no Programa para orientar os selecionados. Essa orientação, nos últimos anos, acabou ficando um pouco renegada, porque percebemos uma certa disfunção da nossa iniciativa. Muitos diplomatas mais antigos, que queriam ajudar, não tinham acompanhado a evolução do concurso. Então, acabavam não podendo dar grande contribuição. Então, esse foi um dos pontos fracos que o Programa teve nos últimos anos, que acabamos finalizando e que voltava com os próprios (ex) bolsistas se prontificando a ajudar alguns grupos de bolsistas. Ano passado pensei em retomar essa iniciativa, mas acabei me afastando do IRB e não levei adiante.

Para o conselheiro, faltou certo engajamento de alguns órgãos, depois de um tempo de continuidade com o Programa. A problemática que envolve aqueles órgãos e representantes que se engajam e os que recuam frente às ações afirmativas é frequente no Brasil, a exemplo das universidades que garantem o ingresso dos afrodescendentes e indiodescendentes através das cotas, mas não tem ações com a permanência.

Compreendo e concordo quando o conselheiro Tupynambá aborda sobre a dificuldade que um diplomata mais antigo que não acompanha mais o PAA tem em orientar os bolsistas que chegam. De dentro da carreira, as demandas e obrigações, principalmente depois que se conclui o PROFA-I, tendem a agigantar-se. Mas, como pude notar em campo, isso não significa que medidas não estejam sendo tomadas.

Ainda em 2010, enquanto estava pesquisando pelo Itamaraty, diplomatas (ex) bolsistas reuniram-se para identificar quais seriam os próximos tutores a orientar os bolsistas de 2011, e a campanha parecia transcorrer bem. Faço votos de que tenham se saído bem na campanha.

d) Cotas ou não, eis a questão

Durante as entrevistas com diplomatas e dirigentes, evitei ser tendenciosa quanto ao tema das cotas, apesar de acreditar que é uma alternativa possível para ampliar a presença de pessoas negras no corpo diplomático brasileiro. Evitei tratar sobre as cotas, pois o objetivo maior da minha pesquisa é entender de que maneira o Instituto está se dedicando a esse Programa e quais resultados obteve com a execução dessa ação afirmativa.

Eis que o tema foi recorrente por mais de seis vezes entre os doze diplomatas (ex) bolsistas entrevistados, e entre os três dirigentes, dois o abordaram. Percebi que as cotas causam incômodo em alguns entrevistados, e são tidas como uma necessidade, para outros. Havia uma atmosfera de preocupação com a aplicabilidade de medidas como essa no IRBr, e houve também quem defendesse piamente a necessidade de o Programa abraçar essa iniciativa.

Com a adoção de cotas na segunda fase do CACD a partir de 2011, surgiram algumas questões: será que o debate das cotas já estava acontecendo dentro do Itamaraty há algum tempo? por que adotar ou não adotar cotas na diplomacia? Uma nota foi liberada pela assessoria de imprensa do IRBr para os principais jornais do País. O impacto da notícia repercutiu em a toda mídia nacional, causando indignação em uma parte, e aprovação em outra. Refiro-me, por exemplo, às considerações contra as cotas no MRE feitas pela antropóloga Yvonne Maggie, quem emitiu severa crítica ao Itamaraty, afirmando que “quem tem raça é cachorro”, e questionando: “quem vai dizer quem é afrodescendente em um país como o Brasil?”<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Cotas raciais – decisão do Itamaraty gera polêmica. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midias-nacionais/brasil/o-globo/2010/12/30/cotas-raciais-decisao-do-itamaraty-gera-polemica>> Acesso em: 30 de Janeiro de 2011.

O embaixador aposentado, Rubens Barbosa<sup>14</sup>, acredita que, com a reserva de vagas no CACD, o Itamaraty é um grande equívoco. E o Jornal O Globo chegou a usar o termo “barril de pólvora”, para se referir à opinião de diplomatas, sociólogos e especialistas sobre a questão<sup>15</sup>. João Carlos Nogueira, secretário executivo da Seppir, afirmava que a autodeclaração é o meio mais credenciado para beneficiar a população com as ações afirmativas no Brasil<sup>16</sup>. E a ministra da Seppir, Luiza Bairros, defendeu a postura do Itamaraty e fez votos de que outros Ministérios tomassem a mesma atitude<sup>17</sup>.

Conversando com um diplomata, na tentativa de investigar as “entrelinhas” da implementação da reserva de vagas na segunda fase das provas do CACD, ele me disse: “o ministro Celso Amorim sempre quis que o nosso Concurso atingisse mais brasileiros abarcando a toda diversidade do País. Foi uma decisão do nosso ministro Celso Amorim. Se ele tomou essa decisão é porque estava certo do que estava fazendo.”

Não houve tempo para perguntar a mais diplomatas sobre a atitude do Ministro, pois as minhas entrevistas se encerraram em novembro de 2010. Porém, mesmo sem saber que as cotas se tornariam parte do cotidiano do concurso à carreira, alguns diplomatas (ex) bolsistas e dirigentes comentaram espontaneamente sobre a possibilidade.

Entre os diplomatas (ex) bolsistas, o primeiro a tocar na temática das cotas foi o diplomata Clóvis, ao comentar sobre como conseguiu a bolsa-prêmio, afirmou que no Itamaraty deveria haver cotas, não só as de corte racial, mas as de corte de gênero também imprescindíveis para o IRBr. O secretário Márcio pensa diferente de Clóvis, para o secretário “cotas são desnecessárias no IRBR” e feriria diretamente a questão do mérito para o ingresso à carreira.

Lima (2005) havia identificado nas falas de seus entrevistados o incômodo em se falar de cotas na diplomacia. A autora mostra que uma das

---

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> Idem.

<sup>17</sup> MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Luiza Bairros defende cota em concurso público. Seleção diária de notícias do Itamaraty. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midias-nacionais/brasil/o-estado-de-sao-paulo/2011/01/04/luiza-bairros-defende-cota-em-concurso-publico>>. Acesso em: 30 de Jan. 2011.

preocupações veementes do PAA é ser confundido com a polêmica das cotas das universidades públicas.

Diante da diversidade de opiniões, parece-me sensato, pela recente aprovação das cotas na diplomacia, que essa segunda etapa do Programa seja devidamente testada, para posteriormente chegarmos a quaisquer conclusões. Como bem nos lembra o conselheiro Geraldo Tupynambá, “temos o Programa de Ação Afirmativa mais avançado do serviço público brasileiro”. Implementar cotas faria mais jus ainda a esse avanço? O Conselheiro não é a favor da implementação de cotas no Itamaraty, diga-se de passagem, para ele “uma iniciativa de reserva de vagas chamadas cotas, além de problemas jurídicos que poderiam surgir, ela seria contraproducente”.

O conselheiro Geraldo Tupynambá contra-argumenta às cotas, afirmando que o número de vagas e o número de aprovados no CACD são muito aproximados e, para se explicar melhor, o mesmo faz uma breve ilustração:

Em 2006, foi o primeiro concurso que teve cento e cinco vagas, passaram noventa e nove. Segunda vez, de novo cento e cinco vagas, passaram cem. Em 2008, cento e quinze vagas, passaram cento e quarenta e cinco, eu acho. Passaram mais. Teve problemas jurídicos porque o concurso que é feito para ter uma reserva grande não dura dois anos e nosso concurso tem validade de três meses. Então, não adianta você ter um bolsão de aprovados só fazendo pressão para você aumentar o número de vagas porque isso não é funcional para a gente. Em 2009, eram cento e cinco vagas e passaram cento e oito, eu acho. Conseguimos até incorporar esses três. Então a reserva seria inócua.

A explicação do conselheiro Geraldo é plausível, do ponto de vista de uma pessoa experiente e que está de dentro da estruturação e funcionamento do IRBr. Contudo, acredito que as cotas, no CACD, poderiam vir a contribuir no que diz respeito à ampliação no ingresso de diplomatas negros ao quadro do Itamaraty, haja vista que, como já foi dito, em oito anos de Programa, atendendo a mais de trezentos e nove bolsistas, são dezesseis os diplomatas que conseguiram ingressar à carreira. Isso mostra que o Programa é eficiente, mas que pode ser ainda mais eficaz.

Há, entre os diplomatas (ex) bolsistas, aqueles que se preocupam com a aplicação das cotas do IRBr, concluindo que podem trazer certo estigma para os cotistas, isso porque, para a maior parte dos que emitiram julgamento sobre

a discussão, o diplomata que passar pelas cotas poderá sofrer fortes críticas daqueles que não a obtiveram.

Na minha opinião, o Programa de Ação Afirmativa do IRBr/Itamaraty deveria permanecer como sendo uma Bolsa-Prêmio para as pessoas estudarem para a prova e serem aprovadas no mesmo concurso que todas as outras. Não acho bom, nem providencial, a singularização a que um programa de cotas expõe os aprovados. Não me entenda mal, acho que em vários contextos o Programa de Cotas é importantíssimo. Só acho que, no Rio Branco, não. A possibilidade de ser identificado como alguém que só passou no concurso por causa das cotas, e não da inteligência, não será boa para nenhum diplomata negro dentro da estrutura do Itamaraty. (DIPLOMATA DIEGO)

Na contramão do que defende o diplomata Diego, está

Fernandes (2007, p.52) evidencia que a concentração racial da renda, de prestígio social e de poder nas mãos de poucos faz com que a “população de cor” tenda a resolver muito precariamente dos seus problemas materiais e morais. E, nesse sentido, a intervenção do Estado é essencial para solucionar alguns problemas na educação, saúde e emprego, mesmo que tardiamente.

O que se pode notar com a implementação das cotas no Itamaraty, no final da gestão do Governo Lula, é que há uma tentativa de fazer com que o Estado brasileiro se redima dos processos de exclusão ao qual submeteu a população negra por séculos, recorrendo, assim, para práticas imediatas de antirracismo<sup>18</sup>.

Nesse segundo capítulo, contextualizei o Instituto Rio Branco e o Programa de Ação Afirmativa Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia, destacando pontos das entrevistas realizadas. No capítulo seguinte, me concentrarei em aspectos que envolvem a trajetória dos diplomatas (ex) bolsistas, para finalizar com suas avaliações sobre o Programa.

---

<sup>18</sup> Costa (2006, p.196) analisa duas práticas de antirracismo que considera como metas desejáveis de serem alcançadas: a primeira corrente antirracista tem como prioridade a construção de uma ordem social justa que proporcione a todos os grupos demográficos, independentes de suas características físicas, uma igualdade verdadeira de oportunidades; e a segunda, quer combater o racismo, preservando as identidades existentes no interior de uma ordem social, proporcionando a convivência entre diferentes grupos de cor.



## Capítulo III – TRAJETÓRIAS DE DIPLOMATAS NEGROS (EX) BOLSISTAS

*O fato de ter sido a primeira bolsista aprovada no concurso divulgou minha imagem, o que representou um bom começo (...). Espero manter sempre presente minha identidade, o respeito pelos demais e desempenhar minhas funções, consciente da responsabilidade que tem o agente público com a sociedade brasileira.*

**Marise Guebel, Primeira-Secretária**

**N**o capítulo anterior demonstrei como o programa de ação afirmativa do Instituto Rio Branco vem sendo executado no período de oito anos (2002 à 2010). Perpassei pela história do Instituto e pela decisão da aplicação das ações afirmativas na carreira diplomática. Com isto, pude apresentar a trajetória deste programa que permanece em andamento e não tem prazo para encerrar, segundo os informantes desta pesquisa.

Neste terceiro capítulo, dedico a minha atenção exclusivamente à trajetória de doze dos dezesseis diplomatas negros (as) que contribuíram em entrevistas e concluo com suas avaliações sobre o programa. Em suma, busco com este capítulo apontar as reflexões sobre os resultados do programa de ação afirmativa do Instituto, tendo como centro as falas destes e destas diplomatas que seguem com as suas carreiras em ascensão.

A opção por estudar as trajetórias de vida dos (das) diplomatas negros (as) foi um recurso metodológico utilizado para entender quem são estes sujeitos da pesquisa e como eles estão adentrando por esta porta de acesso ao concurso considerado como um dos mais competitivos do país onde a carreira de prestígio indicava apenas um embaixador negro, o Raymundo de Souza Dantas em mais de sessenta anos.

Para dar sequências às reflexões propostas é necessário compreender duas categorias/noções secundárias neste processo de avaliação das ações afirmativas e ascensão negra na diplomacia: primeira, a de *classe média negra* trazida por Figueiredo (2002 e 2006), ao afirmar que nos estudos sobre negros

da classe média há tendência em se limitar a mudanças de comportamento, de valores culturais e sociais dos negros que ascendem em comparação com os negros de classe baixa e pouco se sabe sobre as estratégias de ascensão deste público (FIGUEIREDO, 2002, p.30). O estudo sobre diplomatas negros brasileiros poderá vir a contribuir para o fortalecimento desta categoria de análise em formação; e a segunda, a noção de *habitus* elaborada por Bourdieu (1996):

Uma das funções da noção de *habitus* é de dar conta da unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes (...). O *habitus* é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas. (p. 21-22)

Para Bourdieu (1996), “a cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus* (ou de gostos) produzidos pelos condicionamentos sociais associados à correspondente” (p.21) e é através destas propriedades que se vinculam entre si pela intermediados pelo *habitus* como, “um conjunto sistemático de bens e de propriedades vinculadas entre si por uma afinidade de estilos (p.21).” Por tanto, este trabalho apóia-se na noção de *habitus* quando ao discutir o programa de ação afirmativa do Instituto Rio Branco busca compreender o funcionamento da instituição tomando-a como um estudo de caso, através das falas de seus dirigentes e de seu corpo (em formação) de diplomatas negros.

Ao buscar a literatura existente sobre a classe média brasileira identifiquei que a mesma frequentemente aparece associada ao consumo, e observei que a partir da década de 1990 tais estudos têm adotado uma linha de interpretação da realidade da classe média do Brasil que considera além do seu potencial de consumo as mudanças na sua forma de ocupação na sociedade (LAMOUNIER; SOUZA, 2009; GRÜN, 1998; DUARTE, 2009).

Uma das formas de ocupação da classe média já não pode permanecer invisibilizada, com isto, refiro-me aos ainda insipientes, porém muito relevantes estudos sobre a classe média negra do país. De acordo com Figueiredo (2004, p.203-204) a classe média negra brasileira é composta por

Indivíduos da primeira geração de ascendentes, na maioria das vezes filhos de trabalhadores manuais que não herdaram bens imóveis, por tanto, sobrevivem exclusivamente dos salários, e nem foram socializados num ambiente de classe média, o que poderíamos nos referir ao *habitus* de classe. Refiro-me, por tanto, a um grupo subalternizado, instável, incipiente e que encontra muitas dificuldades em manter-se na posição de classe.

Ou seja, a classe média negra se difere da classe média em geral quando esta exige certos padrões sócio-econômicos e de consumo que os negros na sociedade brasileira estão em complexas vias de alcançar (HASENBALG, 2005), pois como analisa Sansone (2000, p.88), “durante muito tempo o consumo foi algo que a maioria dos negros era excluída. (...) Proibições em relação ao consumo (ostentoso) destinavam-se a desumanizar e a marcar a exclusão”. Sansone trata o consumo como um “marcador étnico” como forma que o negro encontra para se fazer ouvido e visto socialmente.

Com a tensão racial que é atuante no Brasil, pertencer à classe média negra pode significar o convívio constante com conflitos sociais porque este negro de classe média passa a freqüentar ambientes predominantemente visitados por brancos e mesmo assim não estão isentos de passar por situação de preconceito ou discriminação racial (FIGUEIREDO, 2004, p.208-209). A diplomata Vanessa e o diplomata Clóvis, mesmo sem serem questionados sobre este assunto, trazem relatos que apontam com essa discussão.

Vanessa e Clóvis contam que não se sentem discriminados no ambiente do Instituto Rio Branco por seus colegas diplomatas (maioria de brancos como se pôde notar no capítulo anterior), mas que em ocasiões externas ao IRBR eles já se sentiram discriminados depois de ingressarem na carreira. Vanessa conta que na academia onde ela freqüenta atualmente em Brasília, nota que quando ela chega ao ambiente a atenção se volta para ela, pois ela é a única negra que freqüenta o local “extremamente caro”, mas que nas proximidades do trabalho não existe outro local para ela freqüentar com o preço mais em conta.

Um lugar que eu sinto que eu estou em um lugar social muito diferente do que o de onde eu estava não é aqui no Itamaraty, é na academia. Na academia é onde eu sinto que eu estou em um lugar social diferente porque normalmente quando eu estou lá eu sou a única negra do lugar. Normalmente, quando tem outra pessoa negra ou é uma colega de Itamaraty que também está lá, ou então é outra pessoa que de vez em quando está lá e assim é muito raro você ver é... é... Gente de cor lá dentro. Você não vê, não existe. Não existe

negro, não existem mulatos, não existe. Lá é onde eu mais vejo isso. Aquelas pessoas assim que parecem que vieram da Escandinávia, não é Brasil, eu to lá porque assim, é caro e tudo mais e assim eu faço todos os exercícios que eu preciso fazer porque eu tenho problema de coluna tenho que estar fazendo pilates sempre, tenho que estar fazendo alongamento sempre. E pilates é caro demais. Lá é o lugar que eu sinto que eu não estou mais no lugar que eu estava e às vezes quando eu vou pra certas noites aqui em Brasília também dá pra perceber isso.

Neste depoimento da diplomata Vanessa é perceptível que, além de se sentir desconfortável por ser uma das únicas pessoas negras ou “de cor” como a mesma acaba relatando, há um desconforto também em estar inserida em um ambiente de classe média que é caro, mas a diplomata faz questão de explicar a razão de estar freqüentando este espaço e não outros mais “em conta”. A partir desta fala da diplomata é possível refletir que para a classe média negra o consumo não é necessariamente um determinante para a inserção neste universo social, já que há fatores como a dificuldade na socialização que entram em jogo

O diplomata Clóvis narra uma situação que vivenciou quando estava em um ponto aguardando a chegada de um táxi nas proximidades do Itamaraty. Uma “senhora branca” passou na frente dele e pediu que ele chamasse um taxi para ela. Ele voltou-se a senhora indicando que estava ali esperando um táxi também e não lhe deu mais nenhuma resposta. No ato percebeu que foi “estranhado pela senhora, pois ela não devia estar acostumada a ver diplomatas negros por ali”, conta.

De imediato, o diplomata Clóvis não percebeu a solicitação de táxi da senhora como uma forma de preconceito racial, pois o diplomata estava acostumando-se a não passar por situações de constrangimento desta natureza em seu local de trabalho, mas um simples ato de tomar um taxi para locomoção coloca-o de frente com o racismo, tanto que, só depois que passa a situação é que o diplomata avalia: “Só porque eu era negro eu não poderia estar esperando um táxi na porta do Itamaraty como qualquer pessoa?”

Ser visto e ouvido socialmente é uma condição da cidadania. A classe média negra está em processo contínuo para o alcance da qualidade cidadã e “vale à pena destacar que a ascensão social dos negros tem sido historicamente orientada a partir do uso de estratégias individuais.” (FIGUEIREDO, 2004, p.206) Reitero a afirmativa da autora alicerçando-me em

algumas pesquisas atuais sobre a classe média negra como a dissertação de Praxedes (2006) e a tese de Santana (2009), onde ambos tratam da ascensão social de negros como um campo de estudo.

Na pesquisa desenvolvida por Praxedes (2006) sobre um conjunto de negros considerados de classe média na cidade de Maringá, a autora realizou um levantamento a partir das trajetórias de trinta e dois entrevistados subsidiando o seu questionário na noção de *habitus*. Com seu estudo a autora salienta as diversas categorias sociais que podem estar contidas em uma única categoria, no caso aqui, classe média, e conclui que mesmo os indivíduos negros que conseguiram galgar os espaços sociais privilegiados “continuaram sendo alvos do racismo e do preconceito racial”. Reflexos de que o racismo no Brasil ainda precisa e muito ser superado (SANTOS, 1999; HASENBALG, 2005).

A tese de Santana (2009) trata de uma pesquisa aplicada junto a vinte profissionais negros que ocuparam cargos de alto escalão no serviço público na cidade de Salvador nas últimas décadas. O trabalho analisa as falas dos entrevistados na perspectiva de compreender as “microdinâmicas” da ascensão destes profissionais com base em suas histórias de vidas. “Estas pessoas integram um grupo reduzido de indivíduos e encontram-se dispersas em um universo relativamente amplo de instituições como também em posições cujo acesso é por vezes bastante complexo”, apresenta Santana (2009, p.94).

Tal complexidade foi percebida também nas entrevistas com os diplomatas que, em sua maioria, se abstiveram de falar sobre suas condições sócio-econômicas atuais ou classe social. Depois de algum esforço em obter esta informação, entre os doze entrevistados, nove identificaram-se como classe média baixa e três como classe média, mesmo estando em um grupo cuja média salarial é de R\$12.000,00 (doze mil reais). No decorrer deste capítulo será possível entender o que vem a justificar tal identificação dos entrevistados.

As pesquisas apontadas acima são condizentes com o universo deste trabalho sobre a carreira diplomática. A presença do negro na diplomacia brasileira é uma temática que ainda poderá ser descortinada principalmente porque este é o segundo estudo produzido no país.

Gostaria de ter ingressado nesta pesquisa pelo estudo de mobilidade dos diplomatas, apontando para as mudanças de comportamento e valores diante da integração ao corpo diplomático brasileiro levando em consideração as desigualdades a que foram submetidos até chegar à carreira e/ou até durante a carreira (HASENBALG, 2005, p.208); todavia, por causa do limitado tempo optei por não fazê-lo, pois o meu objetivo não era me orientar pela mobilidade, mas obter informações sobre os diplomatas negros (ex) bolsistas, já que não há estudos que apontem, por exemplo: quem são os diplomatas (ex) bolsistas? quais papéis desempenham na carreira? o que almejam?

Apesar de essa classe média negra vir alterando os seus padrões sócio-econômicos ao ingressarem na diplomacia, a trajetória de cada um dos entrevistados é bastante heterogênea, principalmente quando se trata de origens familiares, formação acadêmica, estratégias para se chegar até a carreira e experiências profissionais anteriores ao PAA. Se *habitus* é um princípio gerador e de práticas distintas e distintivas, segundo Bourdieu (1996), é possível que os diplomatas negros estejam gerando um novo *habitus* para a diplomacia?

### 3.1 Percursos e percalços nas entrevistas com diplomatas (ex) bolsistas

No ano em que as entrevistas com diplomatas negros (ex) bolsistas foram desenvolvidas (2010 e início de 2011) os debates sobre as ações afirmativas brasileiras se tornavam cada vez mais efervescentes. Como foi possível observar, principalmente no capítulo I desta dissertação, as cotas nas universidades públicas eram o centro das atenções e diferentes avaliações visando à permanência de tais programas começavam a ser produzidas.

No Instituto Rio Branco e no Itamaraty, enquanto estive em campo – foram quatro meses de idas e vindas à cidade de Brasília – não foi possível visualizar qualquer movimento no sentido de avaliar o programa. Através da oficiala de chancelaria Tânia e do conselheiro Geraldo Tupynambá coletei a informação que o assessor especial da SEDH, Ivair Augusto, estaria realizando uma pesquisa sobre os programas de ações afirmativas no IRBR, Ministério da Justiça (MJUS) e outros ministérios no Planalto. Enfim, dava-se a entender que

se tratava de uma pesquisa pessoal do assessor e que, de alguma maneira, avaliaria o PAA, mas ainda sem previsão para ser publicada.

Sem acesso a fontes precisas sobre o tema uma alternativa que comecei a cogitar foi a possibilidade de tornar os próprios diplomatas (ex) bolsistas informantes principais nesta pesquisa. Foi longo o percurso que me levou até os entrevistados aqui registrados. O primeiro contato que fiz foi na sede do IRBr junto à biblioteca do próprio instituto e a partir da disposição do chefe da biblioteca, Marco Aurélio, obtive o contato com a oficiala de chancelaria que me forneceu uma lista com os nomes dos diplomatas aprovados até 2009 com seus respectivos e-mails institucionais. Após estes contatos, o próximo passo foi enviar e-mails a todos da lista e buscar agendar por telefone audiência com os principais dirigentes do PAA/IRBr.

Como sinal de apoio maior, Tânia também agendou a primeira entrevista com um diplomata negro que havia acabado de passar no concurso com o suporte da bolsa e a primeira entrevista com o secretário Márcio Rebouças, dirigente do programa a partir de 2009. O secretário Márcio não tinha muitas informações para me fornecer, mas, mesmo assim, demonstrou-se solícito e disponível durante a nossa conversa cedendo o máximo de informações que havia absorvido até ali em sua recente gestão. Busquei durante a entrevista escutá-lo, pois não possuía muitas questões já que estava tateando qual seria a melhor maneira para acessar o campo de acordo com o planejamento do projeto de pesquisa.

O que aconteceu é que ao ir ao campo a pesquisa tomou outro rumo. Fui percebendo que agendar entrevistas com os dirigentes conferia mais tempo do que o estimado. As dificuldades primárias diziam respeito ao alinhamento das agendas dos entrevistados com os dias em que eu estaria disponível na cidade de Brasília. Por causa disso, tive que agendar entrevistas com secretários de cada um dos dirigentes por mais de duas vezes. Dentre os dirigentes do programa que estavam previstos apenas não consegui entrevistar em 2010 o Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim e o Diretor do Instituto Rio Branco Georges Lamazière.

Com a possibilidade de permanência em Brasília por mais tempo, enquanto aguardava retorno para encontra-me com os dirigentes do programa, os diplomatas respondiam aos e-mails e íamos agendando as entrevistas ao vivo

com os que ainda estavam estudando IRBr, trabalhando no Itamaraty ou até mesmo com os que se encontravam em período de férias no Brasil.

As entrevistas com os diplomatas aconteceram em diferentes locais e momentos. Algumas aconteceram durante as refeições (almoço e café da manhã), após o expediente, finais de semana, através da internet (gravações via skype e e-mail), antes do início da aula deles no Itamaraty, indo para o aeroporto, enfim, para conseguir entrevistá-los praticamente tive que entrar em suas agitadas rotinas. Dentre os dezesseis diplomatas apenas uma diplomata não demonstrou disposição para ser entrevistada e três diplomatas não puderam ser entrevistados pela dificuldade de conciliação com suas agendas e demandas de trabalho.

Após tomar o Instituto Rio Branco como um estudo de caso, como foi explicado na introdução deste trabalho, dois tipos de questionários foram aplicados nas entrevistas com diplomatas e dirigentes. Ambos os questionários foram compostos por questões abertas ou não estruturadas, onde o objetivo destes questionários era que as pessoas entrevistadas colocassem seus pontos de vistas sobre as interrogativas de maneira livre (SILVERMAN, 2009, p.107). Em linhas gerais, solicitei que me falassem sobre suas origens familiar, educacional, social, como chegaram até a carreira e quais as expectativas enquanto diplomatas. Foram gravadas mais de vinte horas de entrevistas, esmiuçadas na dissertação.

O questionário para os dirigentes seguiu a mesma linha metodológica de questões abertas. Como buscava obter a maior quantidade de informações possíveis sobre o programa e diante da dificuldade de acesso àquelas autoridades, deixei que os dirigentes falassem o máximo que pudessem. As questões se referiam a como eles consideravam a recepção do público afrodescendente (negro) ao programa, como consideravam os resultados que haviam sido gerados até o momento (ano de 2010), e o que significavam os resultados para a instituição.

Optei por manter o sigilo das informações que identificassem os diplomatas entrevistados, pois, como o programa é relativamente novo percebi que isso significava que a maioria dos diplomatas também era recém-chegada na carreira e estavam aprendendo a lidar com as práticas de atuação no Itamaraty, e por isso ainda não se sentiam seguros com a exposição de



algumas opiniões. A maioria dos diplomatas entrevistados mostrou-se mais à vontade quando soube que seus nomes não seriam revelados, assim, os diplomatas puderam expressar-se abertamente como o previsto na aplicação das entrevistas.

Por vezes, algumas informações postas aqui parecerão incompletas ou carecerão de maior aprofundamento, tal fato devido a ter dificuldade de acesso aos arquivos do IRBr que não me permitiram impetrar informações mais precisas sobre, por exemplo: quantos inscritos de cada região de origem se candidataram ano a ano à bolsa de ação afirmativa? quantos candidatos negros (bolsistas ou não-bolsistas) se inscrevem por ano no concurso? quantas mulheres e homens existem na carreira diplomática? Durante a minha estadia no instituto, todo material e informações que consegui obter vieram da boa vontade da oficiala de chancelaria Tânia que, me concedia o que cabia ser socializado, pois o acesso aos arquivos sobre o programa não era permitido.

Para refletir sobre em que medida o Instituto Rio Branco tem contribuído para a inserção de negros na carreira de diplomata atentei para algumas dimensões da carreira trazidas nas falas dos entrevistados para então apartir de algumas percepções que estão aqui expostas refletir quais os resultados obtidos com o programa em oito anos de existência. São estas: percepções sobre gênero e origem familiar, formação educacional e universitária, experiências profissionais anteriores à carreira de diplomata e principalmente a maneira como os atores deste programa de ação afirmativa avaliam a iniciativa. E a caminhada continua.

### 3.1.1 Percepções de gênero e idade

Estava no foyer do Instituto Rio Branco quando saíram da aula alguns diplomatas. Com paletós e gravatas eles conversavam alto e sorriam juntos. Comentavam sobre a aula e assuntos diversos e aos poucos mais e mais se aglomeravam no foyer. A turma parecia ter em torno de sessenta diplomatas e dois aspectos me chamaram a atenção naquele instante: a maioria dos diplomatas era composta de jovens com idade em torno de vinte e três a vinte e cinco anos e as mulheres, ao menos naquela turma, eram minoria.

Os estudos de gênero acerca das relações internacionais se iniciaram na década de oitenta. Um esforço de autoras feministas que se empenharam em dar visibilidades às mulheres na diplomacia tratando a discussão de gênero como mais um paradigma que se deveria dar a atenção. A principal discussão que Possas e Sarah (2009) trazem sobre as mulheres nas relações internacionais diz respeito à interferência das mulheres na esfera pública e privada. As autoras remontam como, historicamente, as mulheres são invisibilizadas e de como é difícil o acesso das mulheres à esfera pública por causa de toda problemática envolta do gênero que denota, principalmente, a divisão social do trabalho.

Essas autoras se dedicam sobre essa difícil inserção das mulheres no meio público, advinda da década de 1980, dando conta dos processos e interações existentes nas relações de gênero e demonstram como estes pensamentos impactaram nos estudos das relações internacionais nos anos seguintes, trazendo assim, “um caráter mais humano ao trabalho diplomático”. O século XX não foi um século fácil para as mulheres que almejavam se tornar diplomatas, quiçá para as mulheres negras.

As mulheres representam um quinto do contingente de diplomatas brasileiros, a despeito do aumento da participação feminina no ensino superior do país, critica Balbino (2009, p.243). A autora relata que até os anos de 1990 as mulheres não podiam ser diplomatas e a negociação para esta inclusão na carreira passou por avanços e retrocessos até a Constituição de 1988. Antes deste período, todas as vezes que uma mulher era aprovada em uma seleção era preciso se recorrer a lei e mandados de segurança para garantir que a candidata aprovada exerceria a sua função.

Como exemplo, na década de 1950 uma preocupação do Itamaraty com relação ao ingresso à carreira de mulheres incomodava os impulsos masculinos da época fazendo-os julgar que a melhor opção para a mulher na diplomacia era quando esta se tornava mulher de diplomata, e não o contrário (BALBINO, 2009, p.246). Não é possível saber através desta breve colocação a corrente machista da época tem se perpetuado pelo século XXI o relevante aqui é demarcar como as mulheres são subrepresentadas na carreira e como esta subrepresentação repercute no acesso de mulheres negras à diplomacia através da bolsa-prêmio.

O Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco poderia apontar a problemática da inserção de um maior número de mulheres negras à carreira? Deixo como proposta para investigações futuras e como se sabe o programa é bastante jovem e não possui nenhum recorte de gênero que me permitisse responder a esta questão, mas, já me faz pensar que uma das possíveis demandas para a próxima década do programa seja a discussão racial aliada a de gênero. Enquanto isso segue a divisão de gênero entre o grupo de diplomatas (ex) bolsistas até 2010:

**Tabela 5**  
Gênero – Diplomatas (ex) bolsistas

Gênero	
Masculino	11
Feminino	05

Fonte: Arquivos do Instituto Rio Branco – 16 Diplomatas ex-Bolsistas (2010).

Como é possível notar, as mulheres negras diplomatas (ex) bolsistas representam menos da metade do total de diplomatas negros/negras que ingressaram a carreira com o suporte da bolsa de ação afirmativa e, por isso, suas trajetórias contribuem para a continuidade nas reflexões em torno do gênero e suas relações quando as diplomatas falam sobre quais os fatores denotaram a busca pela carreira e quais as condições objetivas para se chegar até ela. Para exemplificar, apresentarei quatro trajetórias das 5 diplomatas que formam este grupo.

A diplomata Flávia, estudou durante maior parte de sua vida em escolas e universidades públicas. Advinda de família de classe média baixa, como a mesma se denominou, sempre sonhou em fazer viagens pelo mundo, mas o máximo que conseguia era viajar para cidades do interior do Brasil. Graças a sua inquietação e bom desempenho nos estudos, a mesma foi bolsista em programas de pós-graduação no exterior e quando retornou ao Brasil almejou ser diplomata, feito conquistado com a bolsa de ação afirmativa que permitiu que dedicasse parte do seu dia para a seleção do CACD. Então Flávia trabalhava um turno e no outro se dedicava ao concurso.

Fernanda sempre contou com o constante apoio da família em sua vida. Estudou em escolas particulares e na vida acadêmica cursou a universidade pública. Por sucessivas vezes se destacou nos estudos e ficou sabendo do programa de ação afirmativa através do seu pai. Não teve grandes dificuldades para estudar para o CACD, pois, a família lhe dava o apoio necessário para conquistar seu objetivo de passar no concurso.

Filha de mãe ex-doméstica e pai bancário, Vanessa atribui a conquista de ter passado no concurso para diplomata ao esforço e investimento feito por seus pais em educação. Soube da bolsa de ação afirmativa através de uma matéria no jornal na semana da consciência negra, e em sua trajetória sempre estudou e trabalhou concomitantemente, até mesmo quando conquistou a bolsa-prêmio pela primeira vez. Nas suas condições, não via como deixar de trabalhar enquanto estudava, pois a sua renda também auxiliava no orçamento doméstico.

Carolina, neste grupo de diplomatas (ex) bolsistas, é filha de pai negro e mãe branca e relata parte da sua trajetória com base em experiência que marcou a sua infância quando ela e sua irmã foram discriminadas no elevador do prédio de classe média que moravam quando subiam com a sua mãe para o apartamento. Uma pessoa na portaria não concebia que aquela mulher branca andasse no elevador social com crianças negras, ou “mestiças” como a própria Carolina descreve.

Quanto a percepção sobre a faixa etária dos diplomatas, recorro ao trabalho de Viana *et al.* (1997) quando os autores, empenhados na discussão da magistratura, mostram que as carreiras de prestígio no Brasil são caracteristicamente adotadas por um público jovem e de classe média alta. No caso da carreira diplomática, como já foi abordado por Moura (2007) no capítulo anterior, por se tratar de uma carreira tradicional e hereditária entre as famílias, era comum (como ainda é) ter cada vez mais jovens envolvidos nos trabalhos diplomáticos.

**Tabela 6**

Relação Idade e gênero quando ingressaram na carreira de diplomatas - Diplomatas (ex) bolsistas

Faixa Etária	Masculino	Feminino
Até 24 anos	01	01
25 a 30 anos	03	01
31 a 40 anos	04	02
41 anos ou mais	—	—
TOTAL GERAL	08	04

Fonte: Registro de áudio proveniente de aplicação de questionário – 12 entrevistados (2010).

A Tabela 6 demonstra que quando se trata dos diplomatas negros (ex) bolsistas a percepção quanto a faixa etária é bem diferente do que os autores sinalizaram acima. Assim observa-se que proporcionalmente homens e mulheres diplomatas (ex) bolsistas possuem a mesma faixa etária no ingresso à carreira. Dentre os dezesseis diplomatas a faixa etária predominante vai de vinte e cinco a quarenta anos, isso significa que já no ingresso possuem uma desvantagem para alcançar o alto cargo de ministro de primeira classe ou embaixador.

Esta preocupação com a ascensão na carreira foi relatada apenas pela diplomata Vanessa:

Não sei se eu vou conseguir ser embaixadora porque são pelo menos vinte e cinco anos de Carreira para você chegar a esse posto. E não basta só isso, você tem que ter acumulado uma quantidade de anos de serviço no exterior e é necessário cumprir, passar por vários cursos dentro da Casa só que o acesso a esses cursos é um pouco restrito.

Será que os diplomatas negros não levantaram expectativas como a de Vanessa por receio de frustração com os resultados? Será que eles se sentem verdadeiramente imersos dentro da carreira de diplomata? Dúvidas que ficaram sem respostas objetivas durante as entrevistas. Veremos se outros tópicos neste capítulo subsidiarão estas e outras respostas sobre a trajetória dos diplomatas e a influência destas nos resultados que o PAA/IRBr apresentam.

### 3.1.2 Origens que fortalecem a caminhada

Como foi apontado anteriormente, para ingressar na carreira é necessário que o candidato envolva-se em forte rotina de dedicação aos estudos, isso significa que, além de freqüentar os melhores cursinhos preparatórios e/ou aulas particulares – enfrentamento de todos os (ex) bolsistas – o candidato ou

candidata precisa perseverar em seu ideal. Neste sentido, a região de origem e o apoio familiar contribuíram para o sucesso destas dezesseis pessoas negras que ensejaram a carreira. Observemos a Tabela 7:

**Tabela 7**  
Diplomatas (ex) bolsistas por região de origem

Região	DIPLOMATAS
Norte	—
Nordeste	04
Centro-oeste	01
Sul	—
Sudeste	07
TOTAL GERAL	12

Fonte: Registro de áudio proveniente de aplicação de questionário – 12 entrevistados (2010).

Entre os doze diplomatas (ex) bolsistas entrevistados, sete são oriundos da região sudeste do Brasil e permaneceram por lá até concluírem o objetivo de se tornarem diplomatas. Como se sabe, o sudeste brasileiro é característico por agregar, juntamente com a região sul, o desenvolvimento econômico e educacional do país além do vasto contingente populacional, neste contexto os diplomatas (ex) bolsistas oriundos desta localidade foram favorecidos em comparação com os quatro diplomatas da região nordeste e um da região centro-oeste que ingressaram na carreira através do Programa.

Os diplomatas nordestinos, em sua trajetória de vida, relataram que tiveram que se mudar para o sudeste ou centro-este brasileiro para conseguirem alcançar a carreira, isto porque, os melhores cursinhos preparatórios e condições objetivas de estudos estavam associados a estados como o Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília que são tradicionais na oferta de preparação para concursos públicos.

A decisão por seguir a carreira diplomática para dez dos doze entrevistados foi carregada de contratempos, pesos e medidas que foram avaliados cuidadosamente com o apoio de suas famílias nucleares (pai, mãe, irmãos). O cuidado na decisão pela carreira precisava ser bem calculado, principalmente para os diplomatas que necessitaram migrar sozinhos de suas cidades de origem, contando com o apoio da família apenas a distância e o financiamento da bolsa-prêmio, quando esta chegou.

Alguns diplomatas (ex) bolsistas residiram em casas de parentes por algum tempo enquanto conseguiam empregos para se auto-sustentarem nas grandes cidades quando distantes de suas famílias, quatro diplomatas relataram trabalhar ao mesmo tempo em que tinham a bolsa que, no início do programa era de R\$1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais) mensais e só podia custear professores particulares, cursos e material para estudo, mas não cobria gastos como aluguel, despesas com água, luz e internet. Do grupo entrevistado apenas um diplomata recebia apoio de sua família em forma de recursos financeiros para custear os estudos em outra cidade, mas, em geral, notei que o diplomata que migrava preocupava-se em enviar recursos para apoiar suas famílias.

Por tudo isso, o papel da família no percurso ascensional de diplomatas (ex) bolsistas ganha destaque em todas as falas dos entrevistados, que as valorizam por tudo o que fizeram por eles sempre. O diplomata Pedro relata como investimento inicial de seus pais em educação foi o principal fator que contribuiu para sua conquista atual na diplomacia, para tanto, o diplomata fala um pouco da sua trajetória:

Bom, sou filho de dois Professores da Rede Pública Estadual. Sou nascido e criado em um bairro muito pobre e meus velhos eles investiram tudo em educação. Embora a gente morasse em um bairro paupérrimo éramos uma família de classe média baixa. Estudamos eu e minha irmã em colégio particular. Eles investiam tudo na gente, na educação nossa. Eu tenho uma irmã. Uma única irmã, a mais nova. E... Enfim, eu lembro exatamente que o meu pai tinha o pior carro do Colégio inteiro dos colegas meus lá. A gente não tinha casa de ilha como meus colegas tinham, não tinham casa de veraneio, não tinha nada dessas coisas de classe média, a gente era de classe média baixa mesmo. Comia bem, vestia bem, estudava bem e só.

O diplomata Pedro era de classe média baixa e morava em um bairro da região nordeste do Brasil onde constantemente era possível se confrontar com a pobreza da sua comunidade. Aproveitou das oportunidades que teve para galgar outros espaços e construir uma trajetória mais sólida e de vitória e a sua família estivera com ele “ao máximo que podiam”. A diplomata Flávia parece ter herdado a garra para vencer com os seus familiares:

Meu núcleo familiar básico era pai, mãe, uma irmã dois anos mais velha e eu. A família do meu pai é baiana, de Salvador. Ele foi para o Rio aos vinte e um anos, em busca de melhores oportunidades de

trabalho. Os irmãos foram vindo em seguida, trouxeram meu avô, doente, que morreu meses depois de chegar ao Rio, internado em uma clínica geriátrica. Filho mais velho, meu pai pode estudar mais que os irmãos e concluiu o curso de torneiro mecânico, na Escola Técnica de Salvador. Nessa função, trabalhou na Pan Air do Brasil, Varig, Petrobrás e, por fim, no Loyd Brasileiro, de onde foi afastado por asma grave. Complementava a renda vendendo material hospitalar. Seu sonho era ser advogado e passou anos tentando ingressar na faculdade, sem sucesso. A compensação foi a atuação destacada na igreja, onde exerceu cargos de liderança e sempre cantou no Coral. A família da minha mãe é niteroiense, muito humilde. Meu avô trabalhava na Costeira (cais do porto), uma tradição que durou várias gerações. Morreu jovem, deixando minha avó grávida e com cinco filhos pequenos. Para criar os filhos, ela trabalhava como lavadeira, recebia ajuda da igreja católica e dos pequenos trabalhos que os filhos podiam fazer. Diante de tanta dificuldade, ofereceram-lhe mandar uma filha a um internato de irmãs da Ordem de São Vicente de Paulo. Essa filha foi minha mãe, que viveu nesse colégio dos sete aos dezenove anos, onde concluiu o antigo ginasial (hoje, ensino fundamental) e aprendeu ofícios domésticos “para moças” - costurar, bordar, cozinhar. Quando a mãe faleceu, de tuberculose, ela tinha doze anos. Quando saiu do colégio, começou a trabalhar, tendo passado por diferentes ocupações até tornar-se funcionária pública, como escriturária. Depois de aposentar-se, voltou a estudar e concluiu a Faculdade de Direito, mas teve pouco tempo para exercer a profissão, vítima de um acidente que a deixou com dificuldade de locomoção, e de um câncer de estômago, causa de sua morte, aos 64 anos. Minha irmã é bacharel em Direito, porém trabalha como funcionária administrativa.

A família nuclear dos diplomatas entrevistados é composta na maior parte dos casos por pai, mãe e um irmão ou irmã, as famílias de Flávia e Pedro já refletem esta formação. Flávia apoiou-se em sua história de vida familiar para construir a sua própria história. Desde muito jovem sempre fora muito estudiosa e reconhecia o valor do trabalho. Como Flávia, aproveitou e buscou as melhores oportunidades para a sua vida e quando soube da bolsa de ação afirmativa do IRBr já estava “quase pronta e esta foi a nossa maior sorte com a edição inicial do programa porque ela foi uma das primeiras bolsistas”, afirmou o assessor especial da SEDH Ivair Augusto.

O diplomata Diego fala da sua família com muito orgulho e a certeza de que os valores compartilhados em seu seio familiar foram fundamentais na sua caminhada rumo à diplomacia. Oriundo de uma família de classe média do sudeste do Brasil, Diego estudou nas melhores escolas que seus pais puderam lhes oferecer durante os primeiros anos escolares após o nível médio pôde ter o apoio da família mais uma vez no exercício exclusivo de estudar para vestibulares, na faculdade e para o IRBr. “Minha mãe completou o ensino médio e meu pai, apenas o ensino primário. Sempre tivemos uma vida simples,



mas meus pais foram capazes de comprar a casa em que morávamos e me dar o maior incentivo.”

A mesma gratidão e admiração surgem na fala do diplomata Samuel. Ao relatar a sua trajetória familiar o diplomata evidencia o relevante papel das mulheres em sua casa. Avós, mãe, irmã compuseram a base da sua formação humana:

Meu avô paterno eu conheci muito pouco, porque quando ele morreu eu era muito pequeno, deveria ter uns cinco ou seis anos, e minhas avós eu conheci bem. Até eu ter vinte anos elas estavam vivas, então eu tive uma convivência forte, sobretudo com a minha avó materna. São figuras também importantes, figuras femininas são importantes na minha família. Os meus pais eram do interior. Três irmãos: dois irmãos e uma irmã. Vim de uma família de classe média, a geração dos meus pais ... Meu pai se formou em Economia, na família dele ele foi o primeiro a conseguir um diploma universitário. Minha mãe não tem, ela começou a estudar Pedagogia, mas casou e parou, virou dona de casa e mãe. Mas também a geração dela, alguns irmãos tem diploma universitário.

Nota-se no depoimento de Samuel a disposição de sua família em fazer com que o diplomata obtivesse maior êxito educacional e profissional de que seus pais haviam adquirido. Atitude comum tomada pelos familiares de seus colegas diplomatas que também encontraram todo o apoio necessário de suas famílias no momento em que se preparam para o concurso. É possível perceber ainda com estes breves depoimentos que a somatória bolsa-prêmio e apoio familiar foram principal combinação que contribuiu para o sucesso destes diplomatas.

### 3.1.3 Formação Educacional e Profissional

Para ingressar na carreira diplomática é cobrado do candidato que ele tenha no mínimo uma graduação em qualquer área do conhecimento, a partir de uma instituição credenciada pelo Ministério da Educação (MEC). Dentre os diplomatas entrevistados a questão da escolaridade aparece como prioridade na formação investida pela família, sendo assim, sete dentre os doze diplomatas (ex) bolsistas estudaram em escolas particulares durante a sua vida escolar. Os que não estudaram em instituições particulares fizeram escola de aplicação e/ou escolas militares, aqui classificados como públicos apesar de

não serem vistos socialmente como instituições de ensino completamente públicas.

**Tabela 8**

Educação Escolar (Educação Infantil ao nível médio) - Diplomatas (ex) bolsistas

Tipos de escolas	DIPLOMATAS
Só Particulares	07
Particular e Pública	04
Só Pública	01
TOTAL GERAL	12

Fonte: Registro de áudio proveniente de aplicação de questionário – 12 entrevistados (2010).

Ao associar a formação educacional com a participação da família na trajetória dos diplomatas (ex) bolsistas observa-se que a qualidade educacional dos entrevistados é balizada pela participação da família que, na maioria dos casos, mesmo com as dificuldades, buscou condições objetivas para lhes oferecer o ensino de melhor qualidade.

Então, eu acho que a primeira coisa que me permitiu chegar aqui foi o Colégio onde eu comecei a estudar e fiz o primeiro grau. Colégio particular na época era um colégio caro e o meu pai era bancário, minha mãe era dona-de-casa não trabalhava naquela época e aí, mas assim, meu pai ele tinha como certo na cabeça dele que ele tinha que propiciar de alguma forma para suas filhas uma educação boa pra que a gente pudesse ter uma vida independente pra fazer escolhas profissionais que ele não fosse fazer. Então meu pai e minha mãe faziam um esforço pra poder pagar essa escola para mim e para a minha irmã. (DIPLOMATATA VANESSA)

O pai do diplomata João demonstrava a mesma dedicação com o investimento na educação do filho. Desde muito jovem, João estudou em escolas militares e particulares até definir a sua aptidão profissional:

(...) Meu pai sempre dizia: olha. eu não posso te dar muita coisa, mas eu vou investir sempre na sua educação! Então ele fez das tripas coração, conseguiu pagar a escola, que não era barata, eu fiz o segundo grau, prestei o vestibular e felizmente eu fui aprovado em todos, menos no ITA, que era o meu sonho, o que eu sempre quis. Então, eu tinha passado em todos os vestibulares, menos no ITA, fiquei um pouco frustrado, mas decidi fazer engenharia na Escola Politécnica da USP, fazia Engenharia Elétrica com o plano de fazer um ano de engenharia na USP, presto o ITA depois, passo e depois eu vou para lá. Só que depois de seis meses lá na USP eu quietei. E então eu me formei em engenharia elétrica depois de cinco anos lá na USP, e trabalhar como engenheiro de telecomunicações.

Dentre os sete diplomatas que estudaram exclusivamente em escolas particulares, seis estudaram com o apoio de bolsas (parciais ou totais) fornecidas pelas escolas aos alunos que se destacassem por suas notas e comportamentos. O diplomata Pedro comenta sobre a sua experiência durante a vida escolar:

Foram colégios bons mesmo, não eram caros, não eram colégios caros para você estudar, alguém que não tinha muita grana lá dava para pagar tranquilamente. Consegui uma bolsa (fala o nome da escola) depois, no o terceiro ano, porque o terceiro ano era junto com o Colégio (fala o nome do outro colégio), com o curso integral e dobrava de preço. Aí consegui uma bolsa de 40% e isso ajudou muito.

Esses 40% de bolsa na ida para o nível médio com vestibular já era de grande ajuda para a família de Pedro, no caso pai e mãe, que apesar de serem professores da rede pública de ensino pareciam não se sentir seguros com a qualidade da educação oferecida. Já o diplomata Diego está inserido entre os quatro candidatos que estudaram em escolas particulares e públicas, relata que fez os estudos primários em uma escola municipal e depois fez uma prova para uma escola particular onde ganhou uma bolsa e estudou até o final do nível médio. Quando saiu da escola em que era bolsista prestou o vestibular e foi estudar em uma universidade pública de renome em São Paulo.

Em sua trajetória educacional Diego indicou “nunca trabalhei na área em que me graduei”. A educação para estes diplomatas e suas famílias é associada diretamente com a questão da vida profissional, por isso, a preocupação de Diego em explicar que ainda não havia trabalhado em sua área de formação. É notório que em diversas situações esses diplomatas tiveram que criar estratégias para sobreviver às suas condições sócio-econômicas e trabalharam nas mais diferentes oportunidades, muitas vezes as que eram possíveis. Tal situação levava a fusão constante da vida acadêmica e profissional, pois pelo menos nove dos doze diplomatas relataram trabalhar enquanto estudavam.

É o caso da diplomata Flávia que ingressou na universidade muito jovem, com dezesseis anos, concluindo aos vinte e três anos. Sempre muito empenhada, assim que saiu da graduação começou a atuar na área em que

havia se formado. Munida de uma educação de boa qualidade, a diplomata Flávia foi se destacando rapidamente no meio acadêmico e, assim, concluiu o mestrado e continuou a trabalhar até conhecer o PAA.

De acordo com a Tabela 9, a formação acadêmica dos diplomatas é bastante diversificada e vai de cientistas sociais à jornalistas. A carreira diplomática preza pela multidisciplinaridade e é válido salientar que dentre os entrevistados três diplomatas antes de ingressarem na carreira já possuíam duas graduações.

**Tabela 9**  
Formação universitária – Diplomatas (ex) bolsistas

Cursos de Graduação	DIPLOMATAS
Ciências Sociais	02
Comércio Exterior	01
Direito	01
Economia	01
Engenharia de Alimentos	01
Fisioterapia	01
História	01
Jornalismo	02
Letras	01
Medicina	01
Psicologia	01
Química	01
Relações Internacionais	01
TOTAL GERAL	15

Fonte: Aplicação de questionário – 12 entrevistados, dentre os quais alguns fizeram mais de uma graduação. (2010).

As escolhas dos cursos pelos diplomatas se deram por identificação, expectativa profissional da família ou de forma aleatória por isso, temos o caso de diplomatas que fizeram um curso e depois de certo tempo optaram por fazer outra graduação, pois a anterior não atendia mais as expectativas. Em geral, as instituições em que os diplomatas se graduaram foram, a exemplo da educação escolar, predominantemente em universidades privadas como mostra a Tabela 10. Os entrevistados apontam que tal fato se deu por conta do difícil acesso à universidade pública marcado pela alta concorrência e pouca quantidade de vagas.

**Tabela 10**  
Instituição em que se graduou - Diplomatas (ex) bolsistas

<b>Tipo de Instituição</b>	<b>DIPLOMATAS</b>
Privada	10
Pública	05
TOTAL GERAL	15

Fonte: Aplicação de questionário – 12 entrevistados, dentre os quais alguns fizeram mais de uma graduação. (2010).

Nem todos os diplomatas que estudaram em universidades privadas tiveram o apoio da família para pagar a universidade. Muitos trabalharam enquanto estudavam e deste recurso vinha o necessário para pagar algumas contas pessoais e os boletos mensais da graduação.

Há um mesmo número quando os diplomatas declaram a sua maior titulação acadêmica, como mostra a Tabela 11:

**Tabela 11**  
Maior Titulação - Diplomatas (ex) bolsistas

<b>Titulação</b>	<b>DIPLOMATAS</b>
Graduação	06
Mestrado	06
Doutorado	—
TOTAL GERAL	12

Fonte: Registro de áudio proveniente de aplicação de questionário – 12 entrevistados. (2010).

A metade dos diplomatas que declararam que sua maior titulação era o mestrado, quatro estão considerando o PROFA-I, referente ao Mestrado em Diplomacia, como o curso que foi concluído e dois diplomatas já possuíam Mestrado antes de entrar para o Itamaraty. Para o IRBr ter uma titulação maior não é tão relevante assim, pois a regra da instituição, desde que o CACD foi implantando, é que todos os diplomatas recém-chegados tenham como primeira obrigação a matrícula no PROFA-I. Contudo, analiso que uma formação acadêmica ampliada para quem pretende ser diplomata é sempre bem-vinda por entender que quanto mais bagagem intelectual e cultural o interessado na carreira tiver melhor para o andamento da profissão.

Pensando desta maneira, Pedro cuidou de ampliar a sua bagagem cultural da maneira que pôde preparar-se para a diplomacia. Antes de ser diplomata trabalhou como bancário, assistente administrativo, recepcionista

bilíngüe. Quando deu, viajou para o exterior para ter experiência com a língua, estudou, conquistou a bolsa-prêmio e foi se dedicar integralmente ao CACD.

Flávia não pôde abandonar os quatro empregos que tinha logo quando ganhou a bolsa, afinal de contas ela já tinha família própria e tinha que se sustentar porque a bolsa de R\$1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais) durante dez meses não garantia outros custos importantes em seu dia-a-dia por isso, planejou durante a bolsa-prêmio, ir diminuindo as horas de trabalho, de sono, de vida social e ouvia fitas com aulas gravadas durante o trajeto para casa ou para os trabalhos.

As escolhas profissionais dos entrevistados nem sempre eram baseadas em suas formações e, por isso, suas experiências com o trabalho foram também diversas. De acordo com a Tabela abaixo, cinco diplomatas declararam trabalhar em instituições privadas antes do Itamaraty, outros cinco recorriam aos concursos públicos para terem maior segurança financeira e dois diplomatas contavam com o apoio da família incentivando-os ao estudo direcionado à carreira. Esta é a heterogeneidade de formação educacional e profissional em que está envolvida este grupo de diplomatas que ingressaram ao IRBr com o recurso do PAA.

**Tabela 12**

Experiências profissionais anteriores à Carreira - Diplomatas (ex) bolsistas

<b>Tipo de Instituição</b>	<b>DIPLOMATAS</b>
Instituição privada	05
Instituição pública	05
Não trabalhou	02
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>12</b>

Fonte: Registro de áudio proveniente de aplicação de questionário – 12 entrevistados (2010).

### 3.1.4 Expectativas com a carreira diplomática

Como foi visto, a trajetória educacional e profissional dos informantes desta pesquisa são bastante heterogêneas, porém carregam um traço em comum que é o esforço empenhado por cada diplomata para chegar até o objetivo final. Após ter percebido tanto esforço para se chegar à carreira, resolvi questionar aos (ex) bolsistas “Como está a carreira como diplomata?” e tive respostas como a da diplomata Flávia que afirma,

O relacionamento com meus colegas de turma sempre foi excelente. Tenho feito amizades no Itamaraty e aprendido muito dos temas de que cuido, de protocolo, o enriquecimento cultural é espetacular nessa carreira. Tive a felicidade de ser designada para cuidar de temas de saúde, minha área de formação, de ser promovida duas vezes em dois anos... Estou em processo de remoção, no que meu interesse foi atendido pela administração. Até aqui, foi tudo bem. As dificuldades inerentes à carreira se tornam mais evidentes com o passar do tempo, o que pode significar grandes desafios. Na etapa da carreira em que me encontro, é importante aproveitar as oportunidades de ampliar a rede de contatos, aperfeiçoar a qualidade do trabalho e escolher um assunto de política externa para estudar em profundidade, com o fim de contribuir para a diplomacia brasileira.

As expectativas de Flávia estão relacionadas à ampliação da rede de contatos e a sua qualificação profissional. A diplomata transparece em sua fala uma preocupação em contribuir com a diplomacia que parece ter mudado o seu ritmo de vida e condição econômica por completo. De certo que a diplomata deve pensar o quanto valeu a pena empenhar-se em estudar para o CACD e sair de uma jornada de quatro empregos, a fim de sustentar a família e entrar na estabilidade atual.

Pensando na estabilidade financeira foi que o diplomata Pedro investiu o seu tempo em estudos para a diplomacia até quando “desse certo” e seu tempo de dedicação para a carreira rendeu o esperado. Como ainda é jovem na carreira conta que está experimentando da profissão, mas que já está gostando bastante:

A Carreira é boa. Financeiramente compensa. E dentro do Ministério aí eu estou como estagiário, né? Na DBR que é Divisão de Comunidades Brasileiras no Exterior. Enfim, há coisas muito legais, há coisas que ajudam a gente a conhecer a realidade do brasileiro fora do Brasil né? É um aprendizado na verdade né? Acho que é uma experiência que eu estou tendo. As minhas pretensões agora em curto prazo, caso haja rodízio nos estágios, para uma área cultural ou para uma Divisão de África porque eu sou muito interessado em África e também sou muito interessado em cultura. Então em um dos dois eu toparia mudar de qual eu estou agora para qualquer um dos dois: África e Cultura, embora eu esteja satisfeito no Departamento que eu estou agora. Eu acho que é importante você no começo ter uma visão mais geral, conhecer várias coisas é isso.

Como estagiário no Itamaraty, o diplomata pode passar por diversas experiências e Pedro está experimentando ao máximo esta vivência. O que o diplomata já sabe é que possui uma carreira promissora pela frente e, por isso, está aberto a ter uma “visão mais geral, conhecer várias coisas”. A diplomata

Vanessa tem quase o mesmo tempo de carreira de Pedro e pensa diferente. As suas expectativas com relação à carreira me pareceram bem delimitadas e ela me pareceu bem certa do que espera:

No processo de ascensão na carreira existem essas etapas a serem cumpridas e essas etapas elas são bastante meritocráticas então, eu pretendo no mínimo chegar a Conselheira, a Ministra de segunda classe. Vamos ver se rola ser embaixadora, a minha vontade é essa. A minha vontade é essa, me esforço pra isso, mas assim, eu falo se eu tivesse entrado com 25 eu tenho certeza que eu chegaria a ser embaixadora, tenho certeza disso, mas com (a idade que tem atualmente) já não sei. Já acho mais difícil. Vamos ver o que é que rola o que eu consigo fazer no meio do caminho para viver até lá.

Um tom de pesar apareceu na fala de Vanessa com relação existente entre idade e o cargo de embaixadora que deseja alcançar. Ela ficou receosa em afirmar se conseguiria chegar a ser embaixadora, mas, tal definição dependerá de seu desempenho na carreira, de acordo com a diplomata Flávia e com o processo de socialização discutido pela antropóloga Patriota (2007).

Há outros diplomatas que se mostraram indiferentes com as expectativas para a carreira, como foi o caso do diplomata João. Ele disse não estar preocupado em ascender na escala natural na carreira. Ele afirma que o Itamaraty é um emprego e deixa evidente que ele está na carreira de diplomata pela estabilidade financeira e que há possibilidade de pedir licença do trabalho para tratar de assuntos pessoais e retornar posteriormente:

Sobre os outros aspectos da carreira de diplomata, eu realmente não me preocupo com isso. É claro que todo mundo que chega aqui quer ser embaixador, quer subir e tudo mais, mas eu quero chegar lá, mas fazendo o que eu gosto. Se vai dar certo ou não, O tempo dirá. Mas por enquanto eu estou muito satisfeito. Não sei se isso é uma grande mudança. Eu mudei de emprego. Eu encaro o Itamaraty como um emprego. Eu não sei qual é a perspectiva das outras pessoas, mas encaro dessa forma. Inclusive se eu tiver daqui a alguns anos, uma oferta de trabalho, eu me afastaria do Itamaraty, passaria dois ou três anos longe, já que se pode passar esse tempo longe, de licença, para tratar de assuntos particulares, e voltaria pro Mercado. É difícil abrir mão realmente da estabilidade que você conquista como servidor, mas eu encararia isso.

Deu para perceber ao longo deste capítulo com estes depoimentos sobre as expectativas com a carreira e com as breves opiniões que comentarei, pois são curtas, que a trajetória de vida destes diplomatas no quesito escolha



profissional tem um viés delicado. Abordo sobre o fato de ser diplomata não ter sido uma escolha para a maioria deste grupo de entrevistados e, sim, uma saída para enfrentamento das desigualdades étnico-raciais e econômica.

### 3.2 Avaliação do Programa por seus atores

Aproveitei a trajetória dos diplomatas (ex) bolsistas com o objetivo de mostrar quem são estes sujeitos da pesquisa a que estou recorrendo para refletir sobre a inserção de negros na carreira diplomática. Mais do que dados quantitativos e qualitativos, procurei através dos depoimentos de diplomatas (ex) bolsistas valorizar os resultados obtidos, apoiando-me através da avaliação feita por seus interlocutores e riqueza de vivências que buscaram retratar quem são os diplomatas negros que estão participando diretamente deste momento histórico na política externa do Brasil.

Como já foi dito no capítulo anterior, sabe-se que este programa vem sendo alicerçado pelo governo federal e ampliado na medida em que os bolsistas candidatos ao CACD têm feito progresso ano a ano. O PAA conta com um recurso próprio dentro do orçamento do Itamaraty e isso significa que a sua execução não mais depende do recurso de outros órgãos do governo, como era inicialmente. Eis que chego ao tópico que se encerra este capítulo, a avaliação do programa pelos diplomatas e dirigentes.

Foram-se oito anos de programa de ação afirmativa e o que aconteceu neste período? Pensando na diplomacia como uma carreira ascensional, através da Tabela 13 podemos observar o avanço dos diplomatas aos cargos do Itamaraty que, apesar de entre os entrevistados (ex) bolsistas apenas a diplomata Flávia falar sobre suas pretensões e a diplomata Vanessa demonstrar um desejo objetivo de se tornar embaixadora, em linhas gerais os diplomatas passarão pelas fases da carreira a depender dos seus desempenhos. Dentre os dezesseis candidatos aprovados apoiados com o recurso da bolsa, onze diplomatas estão iniciando a carreira como terceiro-secretário, quatro diplomatas como segundo-secretário e apenas uma diplomata encontra-se escalada na função de primeira-secretária, de acordo com a Tabela abaixo:

**Tabela 13**  
Cargo que ocupa no Itamaraty - Diplomatas (ex) bolsistas

Cargo	DIPLOMATAS
Terceiro Secretário	11
Segundo Secretário	04
Primeiro Secretário	01
TOTAL GERAL	16

Fonte: Arquivos do Instituto Rio Branco (2010).

Esta tabela mostra como nestes oito anos os diplomatas possuem novo desafio após o de ter ingressado à carreira, que é o de ascender socialmente dentro dela. Quando trato sobre este aspecto, recorro a discussão sobre gênero (BALBINO, 2009) e idade tópicos acima e dos estudos sobre as mulheres diplomatas e a dificuldade de passarem do cargo de primeira-secretária. Penso que uma ação afirmativa no Itamaraty deve preocupar-se com todas as dimensões de acesso desses diplomatas negros na carreira, pois, não se trata de “facilitar a vida dos diplomatas negros” como alguns conservadores do IRBr abordam na tentativa de enfraquecer a política, mas de atentar que tanto negros, quanto as mulheres por exemplo, não tem sido representativos nos cargos mais altos carreira.

As avaliações feitas por diplomatas (ex) bolsistas e dirigentes sobre o programa refletem os resultados do programa e coincidem na maioria dos casos, dentre os (ex) bolsistas apenas um diplomata coloca que não precisava exclusivamente da bolsa para estudar para o CACD. É interessante que o nível de preparação dos selecionados para a bolsa é tão alto que pelo menos dois diplomatas dentre os dezesseis passaram no concurso usufruindo parcialmente das parcelas da bolsa, como foi o caso do diplomata Diego:

Fiquei sabendo do Programa de Ação Afirmativa por uma notícia de jornal, em 2003. Fiquei imediatamente interessado. Desde muito cedo eu tinha vontade de trabalhar com o “exterior”, com línguas estrangeiras e outras culturas. A Bolsa-Prêmio seria o auxílio que eu precisava para poder estudar para o Concurso do IRBr. Além do mais, a criação desta Bolsa-Prêmio para mim pareceu mostrar que havia espaço para negros entrarem no Itamaraty. Prestei a prova da bolsa por duas vezes. Em 2003, não fui aprovado. Confesso que não havia estudado para a prova e, francamente, não tinha condições para passar mesmo. No ano seguinte, prestei a prova da Bolsa junto com o concurso para Diplomata e fui aprovado nos dois.

Depois de ter tentado a bolsa por duas vezes sem sucesso e estimulado pela ideia de que negros poderiam fazer parte da política externa brasileira seguiu com os estudos até se inscrever para a bolsa e o concurso e passar em ambos. Diego nem chegou a utilizar os recursos da bolsa, mas mesmo assim, entra nos dados estatísticos como bolsista do IRBr. Com os 80% dos diplomatas (ex) bolsistas a bolsa foi o apoio que precisavam para se tornarem diplomatas um dia.

Quando a diplomata Vanessa foi contemplada pela bolsa de ação afirmativa o programa já cobria despesas de custeio (atualmente até 30% do recurso da bolsa pode ser utilizado para pagar despesas fixas como aluguel, internet, água). E quais eram as suas condições objetivas para o estudo?

Em 2007 eu consegui tirar uma licença no Banco, uma licença não-remunerada, aí fiquei só com a grana da bolsa e aí meu pai e meu noivo assumiram as despesas que eu tinha né? Plano de saúde, remédio de uso contínuo, eu tenho problema de saúde, tenho que tomar remédios, o remédio custa R\$30,00 (Trinta reais) ou R\$25,00 (Vinte e cinco reais) aí tem essas coisas né? Isso são as coisas que a Bolsa não cobre e aí outra pessoa precisa cobrir para você porque você não vai trabalhar tem que ter alguma ajuda familiar. Só a Bolsa não resolve a sua vida e é claro, você tem que ter vontade de estudar disposição para estudar bastante também para poder usar bem os recursos da Bolsa e assim, conseguir evoluir nos seus estudos. (DIPLOMATA VANESSA)

Ao passo que a diplomata vai tratando sobre o processo enquanto se preparava para o CACD com a bolsa-prêmio aproveita para avaliar o valor da bolsa que na experiência dela ainda precisa complementado durante os estudos porque não pode cobrir custos com medicamentos de uso contínuo, por exemplo, e para isso ela precisava, mesmo com o recurso da bolsa, contar com o apoio dos familiares para estudar. A diplomata gozou da bolsa por dois anos consecutivos e no terceiro ano, quando sentia que estava fazendo progresso com os estudos, não foi contemplada pela bolsa e aí que ela sentiu que se estivesse sem a bolsa desde o início não teria conseguido:

Eu percebia que eu tava evoluindo. Eu percebia que eu tinha condições de ser aprovada. "Cara, se eu parar agora pra voltar a trabalhar, juntar dinheiro pra depois esperar a Bolsa de novo, eu vou ter perdido o pique de estudo, sabe eu não vou conseguir tirar licença de novo porque licença você só consegue tirar outra vez só se você tiver alguém pra te indicar. Eu não tinha ninguém para me indicar. Então eu disse que tem que ser." E aí eu comecei a usar essa grana

(a poupança que havia feito) e aí o meu noivo assumiu algumas despesas minhas e meu pai também.

A solução que a diplomata encontrou para solucionar o ponto de não ter conseguido a bolsa-prêmio no ano em que se sentia mais preparada para o concurso foi utilizar de uma poupança que havia guardado para outro projeto pessoal. E então ela conseguiu ser aprovada. O ponto chave foi ela ter insistido nos estudos com frequência e não ter parado como a mesma disse, para “juntar dinheiro para depois esperar a bolsa de novo”. Neste caso, a bolsa foi importante impulsionadora de uma auto-estima que se formou ao longo de dois anos de estudos e que fortaleceu a crença da diplomata na carreira.

O programa de ação afirmativa do IRBr exerceu forte influência na vida do diplomata Samuel. Ele fala sobre como estudou por conta própria e com o recurso da bolsa financiou aulas particulares e aquisição de livros:

Se não tivesse a bolsa eu poderia ter me preparado por conta própria, mas seria mais difícil. A maior parte da minha preparação foi por conta própria. Cheguei a me escrever em um cursinho preparatório, mas achei que não valia muito a pena e não concluí. Então eu passei a me focar na preparação, estudo por conta própria, leitura de livros e aulas particulares. Então o que foi importante na bolsa foi isso: financiar as aulas particulares e comprar a bibliografia para o concurso. Fiz aulas de português, inglês e de direito e economia, porque eram as que eu tinha deficiência.

Samuel avalia o PAA de uma forma positiva. O diplomata afirma que este programa vem beneficiando não só quem ingressa pela bolsa, mas como impulsiona outros candidatos negros não-bolsistas a ingressarem na carreira. Na turma de Samuel havia dois diplomatas negros, um deles (ex) bolsista. Nas turmas anteriores à dele já havia outros três diplomatas negros, o que na leitura do diplomata Samuel faz o Programa valer à pena.

Samuel ainda considera que o maior problema do PAA é o calendário que acaba ficando muito próximo da data da prova do CACD e outro aspecto criticado foi a questão do acompanhamento dos bolsistas e da divulgação do programa. Lembra que antes os bolsistas iam para Brasília conhecer os espaços públicos envolvidos no processo de seleção do PAA (o que só aconteceu no primeiro ano do concurso para a Bolsa-Prêmio em 2002):

Eu acho que o problema maior do Programa é o calendário. Ele cai no período próximo ao concurso, poderia haver uma antecedência maior, uma seleção... O calendário da seleção, pensando no concurso, também. Poderia ter mais impacto na preparação dos alunos. Uma divulgação maior talvez, na verdade eu penso que deveria ser bem maior, poderia melhorar também esse aspecto. Uma coisa que eu queria falar agora, é que eu acho que os bolsistas vinham para Brasília, tinha reuniões aqui, acho que era bom para a gente ter uma vivência, conhecer os colegas, conhecer melhor o programa, havia uma preocupação de desenvolver o Programa junto ao Governo. Então a gente visitava outros Ministérios...

A importância do PAA teve peso substancial na escolha pela carreira na vida do diplomata Fábio, ele considerou que a bolsa foi o suporte financeiro que precisava para ter se encorajado a fazer o CACD. “O recado da bolsa era de que o candidato negro não deixaria de passar no concurso por causa de informação e então eu pensei que eu precisava ganhar a bolsa, e ganhei”, comenta Fábio ao recordar quando percebeu que ser diplomata era uma possibilidade real.

O programa demonstrou seu êxito pelos resultados. Desde seu início, pelo menos um bolsista foi aprovado em todos, ou quase todos, os concursos. A forma como foi concebido - oferecer condições para que os candidatos se preparem para as provas, sem reserva de vagas - foi extremamente sábia, em um ambiente que prima pela excelência, como o Itamaraty. Outro efeito positivo foi estimular jovens afrodescendentes a entrar para a carreira diplomática. Isso representa conquistar um espaço simbólico, que parecia reservado uma elite masculina, branca e burguesa. (DIPLOMATA FLÁVIA)

A diplomata Flávia reitera a avaliação do diplomata Samuel e fala sobre como o PAA é feliz em seus resultados, pois, este programa tem dado as condições para que os candidatos e candidatas negras se preparem para as provas do concurso “sem a reserva de vagas”, fato que aparece nos depoimentos de alguns diplomatas com certo incômodo, pois não se mostram adeptos a sistemas de cotas, talvez os resultados da inclusão das cotas na segunda etapa do CACD, neste ano de 2011, faça-os repensar essa questão. A diplomata continua dizendo que é muito válido que o programa venha estimulando “jovens afrodescendentes a ingressarem na carreira”.

O diplomata João caracteriza o programa também de maneira positiva e emite também algumas críticas em uma avaliação do programa que considerei como a mais completa:

A minha avaliação do Programa é muito positiva porque ele é muito importante para se mudar a cara, a imagem do Ministério das Relações Exteriores, porque antes do Programa, talvez tivesse entre 1000 diplomatas, se tivesse dois ou três negros, visivelmente negros. Desde a criação da bolsa você me falou que foram quinze negros. Então teve um ganho aí muito grande. Cada um faz uma idéia de qual é o objetivo da bolsa: você tem que ajudar o negro que não é de classe média e sim os negros da classe C e D, que não vai ter oportunidade mesmo de seguir a carreira diplomática. A idéia que e tenho que está até sendo compartilhada entre os demais da mesa, é que não se está atrás do negro que não teve uma base, que não teve uma boa educação. Você está atrás do negro que tem base, que tem chances de passar no concurso. Provavelmente ele será de classe média ou até classe alta e ele, que já tem a possibilidade real de passar, vai ter o reforço da bolsa por um ou dois anos, para se preparar e com esse reforço ele vai poder se dedicar, exclusivamente, a preparação, e se igualar então aos demais concorrentes, que são pessoas de fato que podem se dar ao luxo de depois que concluir a graduação, muitas que já moraram no exterior e etc e tal, podem se dar ao luxo de estar só estudando até passar em um concurso como o Rio Branco.

João fala sobre o público a que a bolsa-prêmio está direcionada. Em sua opinião, a bolsa atende o público correto – os candidatos negros mais bem preparados – que teve uma boa educação e que, portanto, merecem o investimento feito pelo governo através da bolsa, mesmo que estes sejam de classe média alta. Esse depoimento é consoante com uma das apreciações feita sobre o programa pelo conselheiro Geraldo Tupynambá. De acordo com o conselheiro, o que importa é que o candidato esteja ao máximo preparado para conseguir a bolsa, por isso a criação de uma prova que simula um “concurso em proporções bem menores” para que o candidato possa se adaptar ao processo do CACD.

Para o diplomata João também:

Essa é a visão que eu tenho. É claro que se você conseguir encontrar um grupo de negros de classe D e E que tenham chances, se ajuda, mas não pode confundir o foco do Programa. Eu acho que o Programa busca botar o negro dentro do Itamaraty, e quem que vai ser o privilegiado? Vai ser aquele negro que tem chances reais de passar no concurso. É por isso que têm aquelas provas anteriores, a entrevista é mais para decidir que, quem é negro e quem não é, se é que você pode tomar essa decisão.

Nota-se nesta fala a confirmação da opção que o Itamaraty fazia com o seu programa de ação afirmativa. Será melhor a opção de investir apenas nos candidatos que já estão mais preparados e considerar que esta medida já era suficiente? Dado o contexto das precárias condições socioeconômicas e

educacionais da população negra no Brasil (VALENTE, 1987; MUNANGA, 2004, FERNANDES, 2007) tinha as minhas dúvidas e ao que parece o Itamaraty também tinha porque acabou adotando as cotas como mais uma medida dentro do seu programa. Para a inclusão de negros a carreira de diplomata consideraria como possibilidade, além das cotas, o investimento ou parceria com organizações que desenvolvem trabalhos relacionados à questão racial negra no país, como os cursinhos pré-vestibulares e cursos de línguas para afrodescendentes, uma maneira integrada de visualizar os avanços do PAA. Mas o diplomata João mostra-se satisfeito com a versão apresentada pelo programa até 2010 e conclui sua avaliação:

É por isso que está tendo esse resultado também. O Programa está realmente selecionando os negros que tem chances reais de serem aprovados no concurso. E a avaliação que eu faço é que fundamental. Tem que ter negro na carreira diplomática. Agora mesmo eu tive, eu acho que foi você quem me mandou um email, eu estava na Botsuana. Eu tive a oportunidade de conversar com uma funcionária local, sobre vários aspectos e eu falei que temos um problema racial no Brasil, apesar do Brasil ter 40 a 50% da população de origem negra. Ela falou: é verdade? Ela não conseguia entender. Claro! Ela estava na África onde todo mundo é negro! Eu falei: é verdade sim! E fiz a seguinte pergunta a ela: Nesses... (ela trabalha há três anos na embaixada em Gaborã) em três anos, quantas vezes você viu um negro aqui na embaixada trabalhar ou servir durante dois ou três anos? Ela disse: "Nenhum, você é o primeiro!" Eu disse: isso é um indício de que a bolsa tem contribuído para aumentar esse índice de maneira muito mais rápida.

Em três anos que a funcionária trabalhava na embaixada de Botsuana jamais havia visto um diplomata negro trabalhando por ali. João aponta um indício de como o PAA tem sido importante no aumento do número de negros na diplomacia de maneira rápida. É rápido se for analisado na perspectiva de que se não fosse o PAA o Itamaraty não saberia quando teria uma quantidade maior de negros em seu corpo diplomático, mas ainda morosa do ponto de vista da quantidade de negros que ingressam ano a ano de acordo com a frequência que demonstro na Tabela 14, logo abaixo.

Entre os anos de 2002 à 2010, conforme a tabela, temos uma média de dois bolsistas/ano aprovados para a carreira. Como se vê, há anos em que nenhum bolsista consegue passar pelo CACD e outros que um número significativo passa para a segunda fase, mas apenas um consegue ser aprovado. Para justificar tal acontecimento entendo que uma das motivações é

o pouco acompanhamento dos bolsistas, feito pelo IRBr ou instituições do termo de cooperação, na perspectiva de orientar os seus estudos e gastos com a bolsa, mesmo sabendo que para que os candidatos à bolsa sejam selecionados precisam elaborar um plano de estudo e desembolso.

**Tabela 14**  
Aprovação de candidatos (as) bolsistas por ano no CACD

CACD 2002	Teste de Pré-Seleção (TPS)	01
	Provas da 2ª FASE	00
	Aprovados (as) no CACD	00
CACD 2003/1	Teste de Pré-Seleção (TPS)	02
	Provas da 2ª FASE	01
	Aprovados (as) no CACD	01
CACD 2003/2	Teste de Pré-Seleção (TPS)	05
	Provas da 2ª FASE	01
	Aprovados (as) no CACD	01
CACD 2004	Teste de Pré-Seleção (TPS)	10
	Provas da 2ª FASE	04
	Aprovados (as) no CACD	02
CACD 2005	Teste de Pré-Seleção (TPS)	06
	Provas da 2ª FASE	01
	Aprovados (as) no CACD	00
CACD 2006	Teste de Pré-Seleção (TPS)	08
	Provas da 2ª FASE	05
	Aprovados (as) no CACD	03
CACD 2007	Teste de Pré-Seleção (TPS)	09
	Provas da 2ª FASE	03
	Aprovados (as) no CACD	01
CACD 2008	Teste de Pré-Seleção (TPS)	11
	Provas da 2ª FASE	04
	Aprovados (as) no CACD	03
CACD 2009	Teste de Pré-Seleção (TPS)	10
	Provas da 2ª FASE	08
	Aprovados (as) no CACD	04
CACD 2010	Teste de Pré-Seleção (TPS)	07
	Provas da 2ª FASE	06
	Aprovados (as) no CACD	01

Fonte: Arquivos do Instituto Rio Branco (2010).

O que proponho é que o acompanhamento dos bolsistas possa se tornar mais sistemático e rotineiro por parte do IRBr. Por ser ainda um programa recente, acredito que é precoce tirar conclusões sobre a eficiência do alcance desta ação afirmativa, mas já é possível vislumbrar que, pela quantidade de



bolsas que têm sido oferecidas anualmente, um número maior de bolsistas possa ingressar à carreira a cada ano.

O mais importante, a meu ver, é que este programa ao admitir na diplomacia pessoas comprometidas com aspectos da vida social e conscientes da sua identidade racial poderão imprimir na diplomacia outra forma de enxergar os debates internacionais. O assessor especial da SEDH Ivair Augusto foi imperativo quando o questionei se em sua opinião, acredita que o ingresso de negros a carreira está mudando a cara da diplomacia brasileira:

Aí já é exagero nosso. Aí não vai mudar nada. Aí já é delírio! Que as pessoas vão mudar... A política de Estado é feita por muita gente e esses 15 aí não fazem nem parte, nem passam perto. Isso já é delírio. Achar que a gente vai mudar a política a partir disso. Estamos em outro nível de discussão ainda.

Delírio ou não, prefiro seguir acreditando que da mesma maneira que este programa transformou a vida de dezesseis negros de classe média no Brasil está passível de reverberar positivamente nas relações internacionais de uma maneira proativa. Será necessário desenvolver outros estudos mais a frente para que possamos chegar a alguma conclusão mais sensata para saber se diplomatas negros atuantes na representação internacional do Brasil provocam ou não alguma alteração nas relações do país, enquanto isso ficarei com a expectativa contida no depoimento de Vanessa que, fala emocionada sobre como foi difícil chegar aonde chegou e espera servir de exemplo para outros candidatos negros que estiverem galgando pela carreira:

Me emociona um pouco porque foi muito perrengue até passar. Sempre que eu falo sobre isso eu choro. Eu digo para o meu noivo: "Eu estou aqui, mas não foi só eu quem passou." É uma comunidade grande e assim, não é que eu esteja aqui representando o povo negro, mas é isso, a mim mesma, meus pais, meu noivo, minha irmã, a rua, enfim, tanta gente que sei lá, tem sonhos, tem vontade de fazer as coisas e não consegue fazer porque não tem meios de chegar aonde quer chegar." Sabe? Como eu tive meios, eu consegui chegar. Então assim, eu acho que quando a gente tá assim e a gente consegue chegar a um lugar desse a gente tem que se esforçar para ser sempre o exemplo positivo. Eu acredito muito nessa coisa do exemplo positivo.

## (IN) CONCLUSÃO

*O Programa de Ação Afirmativa foi um dos primeiros projetos que tive em mente quando assumi a direção do Instituto Rio Branco em 2001. Consegui criá-lo no ano seguinte, buscando parcerias importantes na Secretaria de Direitos Humanos, o CNPq e a Fundação Palmares, aos quais se somaram outros órgãos, já no governo Lula, como a Seppir. Foi o primeiro programa de ação afirmativa do Governo brasileiro. Os resultados são evidentes: basta solicitar ao Instituto Rio Branco o número de (ex) bolsistas que já são diplomatas. Mas eu dizia no discurso de lançamento do programa, que, mesmo quando dá errado, trata-se de um programa que sempre dá certo, pois quem poderia sair perdendo em investir com afinco durante um ano em seu próprio aprimoramento educacional?*

**João Almino, Embaixador e idealizador do PAA**

**A**o decorrer deste trabalho preocupei-me em saber em que medida o Instituto Rio Branco vem contribuindo para o acesso de candidatos negros e negras a carreira de diplomata através de seu Programa de Ação Afirmativa Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia. A ausência de pesquisas que pudessem embasar a análise que pretendi fazer nesta dissertação de certo deixou lacunas a serem preenchidas, por outro lado trouxe novos campos possíveis de estudo para responder questões como estas: quem são os negros em altos cargos do Itamaraty? como a classe média negra vem sendo refletida nos altos cargos da sociedade? o que os diplomatas não negros pensam deste programa?

Com o avançar dos estudos compreendi que a divisão que impedia o acesso de negros a carreira de diplomatas relegou aos negros a posições de pouco prestígio no Itamaraty. No IRBr não havia um diretor negro e na política exterior do Brasil nenhum negro ministro das relações internacionais.

Um trecho do discurso proferido pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, após debates acerca da adoção de Ação Afirmativa no Instituto Rio Branco explica o cenário instaurado na política externa. O presidente afirmara que “precisamos ter um conjunto de diplomatas – temos poucos – que seja o reflexo da nossa sociedade, que é multicolorida e não tem cabimento que ela

seja representada pelo mundo a fora como se fosse uma sociedade branca, porque não é”. (Lima, 2005, p.27)

Semelhante a este discurso do Presidente Fernando Henrique, lideranças já haviam se posicionado com relação ao acesso e presença de diplomatas negros representando o Brasil tanto em países africanos, quanto na política interna do país. Em entrevista concedida no ano de 1949, Melo (2003) já destacava a necessidade de ampliação do quadro de ministros, senadores e diplomatas negros no Brasil. Isso se daria através, principalmente, da participação dos intelectuais negros a “União dos Homens de Cor”<sup>19</sup> do Distrito Federal.

Tanto Melo (2003) quanto o ex-presidente Fernando Henrique (2001) alimentaram expectativas em acompanhar um corpo diplomático mais diverso racial e culturalmente que representasse o país através da sua pluralidade. Mas será que o quadro apontado por estas lideranças mudaram ou tendem a mudar com a ação afirmativa do Instituto?

Para realizar tal reflexão apoiiei-me em entrevistas realizadas com principais dirigentes do programa a fim de obter informações detalhadas a respeito da execução e de como este vem sendo pensando e avaliado no interior do IRBr. Realizei entrevistas com doze dos dezesseis diplomatas (ex) bolsistas e apoiiei-me em suas trajetórias e avaliações sobre o programa no intento de responder a questão principal desta pesquisa e assim poder apresentar os resultados desta ação afirmativa no contexto de polêmicas, convergências e divergências que vem sendo submetida tal política desde a sua implementação no início deste século nas universidades brasileiras em alguns setores do poder público.

Por isso, mesmo depois de mais de dez anos de ação afirmativa no Brasil e em momentos de acirradas discussões entre os que são a favor e os que são opositores a programas desta natureza, organizei no primeiro capítulo da dissertação uma revisão de literatura sobre ação afirmativa no Brasil.

As ações afirmativas teriam como objetivo não apenas coibir a discriminação do presente, mas eliminar os efeitos persistentes da discriminação do passado. De acordo com estudiosos trazidos na revisão do capítulo I, o objetivo principal das ações afirmativas é o de promover e

---

<sup>19</sup> Organização fundada em março de 1949 para lutar pela participação de pessoas negras em espaços de decisão.

concretizar o princípio da igualdade de direitos humanos. O reconhecimento da existência e permanência de ideologias discriminatórias por parte da sociedade civil e do Estado é uma condição para a implementação das ações afirmativas.

Figura também como meta das ações afirmativas a implantação da diversidade como um direito proposto a cidadania e de uma maior representatividade dos grupos minoritários nos mais diversos domínios de atividade pública e privada. O efeito mais visível dessas políticas é o estabelecimento da diversidade e da representatividade propriamente ditas, auxiliando na eliminação das barreiras artificiais e invisíveis que viria impedir o avanço de grupos subalternizados.

A presente pesquisa fez-me perceber que, mesmo que recente, no Brasil há certos campos em que as ações afirmativas precisam ser aplicadas com mais força e celeridade, trato da inócua participação de mulheres na diplomacia, por exemplo. Para um panorama geral dos recortes de gênero referentes as ações afirmativas, as leis 9.100/95 e 9.504/97 estabeleceram cotas mínimas de candidatas mulheres para as eleições. Instituíram o percentual mínimo de 20% de mulheres candidatas às eleições municipais do ano de 1996, com o objetivo de aumentar a representação das mulheres nas instâncias de poder. Posteriormente, a Lei 9.504/97 aumentou o percentual para 30% (ficando definido o mínimo de 25%, transitoriamente, em 1998), estendendo a medida às outras entidades componentes da Federação e, também, ampliando em 50% o número de vagas em disputa.

Este trabalho coloca também a necessidade de se lançar um olhar mais amplo às políticas de ação afirmativa entendendo que ainda há muitos espaços que precisam aderir a esta dinâmica porque as desigualdades de cunho racial, de gênero e física, ainda assolam o país. Deste modo, pode não haver no Brasil uma política de ação afirmativa neutra do ponto de vista distributivo porque “visa compensar grupos que foram historicamente poucos contemplados por bens públicos” (COSTA, 2006, p.210), mas, como o mesmo autor endossa, há no país uma política que visa acabar com os privilégios “estabelecendo a igualdade real de oportunidades”.

Apartir de programas já implementados pode-se observar o desempenho das políticas afirmativas em alguns setores da sociedade como as universidades e o judiciário. E na diplomacia? A diplomacia brasileira ganhou

ainda mais visibilidade a partir da adoção de medida propositiva da ação afirmativa para afrodescendentes (negros), pois com a adoção de tal política a diplomacia “representa um campo de reafirmação dos interesses nacionais e de um verdadeiro protagonismo nas relações internacionais, com a intenção real de desenvolver uma “diplomacia ativa afirmativa”, encerrando uma fase de estagnação e esvaziamento”. (VIZENTINI, 2008, p.106)

O programa de ação afirmativa do Instituto Rio Branco em 2010 completou oito anos de existência, mas permanecia pouco conhecido entre os programas de cunho racial e social que já vinham sendo executados paralelamente no sistema de políticas públicas brasileira. Foi possível acompanhar esta afirmativa no segundo capítulo da dissertação e inclusive os relatos dos diplomatas (ex) bolsistas mostram que na maior parte dos casos ficaram sabendo sobre o programa do Rio Branco por casualidade.

Como foi crível notar, de 1946 a 1996, a carreira de diplomata era (e ainda é) considerada uma carreira de difícil acesso e de grande prestígio para quem consegue alcançá-la, para incluir um público que não está incorporado à ideia de elite brasileira foi necessário que algumas mudanças fossem aplicadas para que na atualidade possamos vislumbrar a possibilidade de se ter negros na carreira.

A bolsa-prêmio de ação afirmativa do Instituto possibilitou a inclusão de dezesseis negros a carreira de diplomatas em oito anos de execução (2002 à 2010), dois bolsistas por ano é a média, resultado que pode parecer pouco expressivo a olhares externos mas que considero significativo quando comparado a um grupo de 0,07% de diplomatas não brancos constatados pelo próprio Instituto. Fato que até a Conferência em Durban não se configurava como um problema para a estrutura diplomática do país até que o Itamaraty tenha incentivado a repensar a dinâmica de inserção de diplomatas ao seu quadro de profissionais e assim tornar-se mais equânime.

A opinião do assessor especial Ivair Augusto vem para reforçar a minha apreciação sobre o programa:

Uma leitura que é a leitura mais explícita, quanto nós gastamos e quantos nós conseguimos entrar, é colocar. Você tenta imaginar que nós apoiamos trezentas pessoas mais ou menos no total e nesses

oito anos a gente conseguiu colocar quinze<sup>20</sup>, isso pode ser muito pouco, mas se você imaginar que esses quinze foi uma quantidade que a gente nunca tinha tido anteriormente, por outro lado você tem um olhar diferenciado. Realmente valeu a pena então. Eu acho que agora dando um salto do início para o final eu acho que deveria ter apoiado mais e mais esse Programa financeiramente porque, para aquelas pessoas que não conseguiram entrar eles conseguiram fazer outros concursos e serem bem-sucedidos. Então vocês têm vários ganhos com isso, mas o mais importante mesmo que me chamou atenção é que você pode, foi uma lição que eu aprendi logo quando eu comecei a mexer com Ação Afirmativa, você não faz as Políticas de Ações Afirmativas se você não tiver dinheiro, você precisa ter dinheiro e acompanhamento para aquela pessoa.

Um programa como o do Instituto seria ideal em diversos setores da sociedade que optaram por promover a equidade com ações afirmativas, considero muito positivamente a disposição em se reservar recurso financeiro para apoiar quem se encontra preparado e dedicado aos estudos para a carreira diplomática. Haja vista que a maior parte dos diplomatas indicou em entrevista que se não fosse o recurso da bolsa os seus estudos para a carreira estariam inviabilizados, pois, o concurso exige uma bagagem cultural muito densa que em muitos casos teve que ser construída durante os estudos e isso implicava a compra de muitos livros e inscrição em cursos caros, fora as despesas pessoais e com materiais didáticos. “Impossível” afirmaram os diplomatas (ex) bolsistas.

Considero que fica a desejar na execução da ação afirmativa do Rio Branco o acompanhamento sistemático pelos órgãos do Convênio e pelo próprio Instituto de como os recursos estão sendo utilizados pelos bolsistas. Entendo que esta responsabilidade já está expressa nas obrigações CAPES que peca no acompanhamento do desempenho do candidato bolsista durante os estudos para a bolsa.

Tratando pedagogicamente a falta de acompanhamento da fase de desenvolvimento nos estudos, ou até mesmo a falta de orientação sobre de que maneira eficaz que se pode usar os recursos, em minha avaliação, leva ao baixo número de aprovação no CACD em oito anos de programa. Não basta dar bolsas ou instituir cotas, há que acompanhar avanços e retrocessos, e os órgãos federais que deveriam estar mais interessados no programa (Seppir e Fundação Palmares) deveriam dar maior atenção e quiçá pensar em meios de

---

<sup>20</sup> Quando o assessor Ivair fala sobre 15 aprovados no concurso com o apoio da bolsa ele ainda não sabia que mais um candidato havia sido aprovado em 2010.

instituir programas dessa dimensão em outros órgãos, como já vem sendo feito no âmbito do Ministério da Justiça.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, MARIA DA CONSOLAÇÃO. **O ser negro** – a construção de subjetividades em afro-brasileiros. Brasília: LGE Editora, 2008.

ARAÚJO, José Carlos **Evangelista de. Ações Afirmativas e o Estado Democrático e Social de Direito.** São Paulo: LTR, 2009.

ARRUDA, Roldão. **Intelectuais se unem para levar negros ao Itamaraty.** O Estado de São Paulo, São Paulo, 06 fev. 2003.

AZEVEDO, Thales de. **As elites de cor numa cidade brasileira:** um estudo de ascensão social & Classes Sociais e grupos de prestígio. Salvador: Edufba, 1996.

BALBINO, Viviane Rios. **A presença da mulher na diplomacia brasileira no século XXI.** In: MATHIAS, Suzeley Kalil (org.). Sob o signo de Atena – Gênero na diplomacia e nas forças armadas. São Paulo-SP: Editora UNESP, 2009. p. 243-262.

BARRETO, Fernando de Mello. **Os sucessores do Barão** – 1964-1985. São Paulo: paz e Terra, 2006.

BARRETO, Paula Cristina da Silva. **Múltiplas vozes** – Racismo e Anti-Racismo na Perspectiva de Universitários de São Paulo. Salvador: EDUFBA, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas.** Campinas, SP: Papiрус, 1996.

CARDOSO, Fernando Henrique. Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na cerimônia de entrega do Prêmio Nacional de Direitos Humanos em 20 de dezembro de 2001– Palácio do Planalto. Disponível em: <[http://www.radiobras.gov.br/abrn/integras/01/integra\\_1912\\_1.htm](http://www.radiobras.gov.br/abrn/integras/01/integra_1912_1.htm)> Acesso em: 26 de mai. 2010.

COSTA, Sérgio. **Paradoxos do Anti-Racismo** – os estudos raciais e seus críticos. In: \_\_\_\_\_. Dois Atlânticos – Teoria-social, anti-racismo, cosmopolitismo. Belo Horizonte: UFMG, 2006. Cap. 7, p. 195-223.

DOMINGUES, Petrônio. **A nova abolição.** São Paulo: Selo Negro, 2008.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos.** São Paulo: Global, 2007.

FIGUEIREDO, Angela. **Fora do Jogo** – a experiência dos negros na classe média brasileira. Cadernos Pagu, n.23, julho-dezembro de 2004, p.199-228.



\_\_\_\_\_. **Novas elites de cor** – estudos sobre os profissionais liberais negros de Salvador. São Paulo: Annablume, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

GOMES, Joaquim Barbosa. **O debate constitucional sobre as ações afirmativas**. In: SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (orgs.). *Ações Afirmativas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GONÇALVES, Luís Alberto Oliveira. **Ações Afirmativas no Brasil**. In: GOMES, Nilma Lino; MARTINS, Aracy Alves (orgs.). *Afirmando direitos – acesso e permanência de jovens negros na universidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.99-104.

INSTITUTO RIO BRANCO – IRBr. Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco. Apresenta informações sobre o programa e a Bolsa-Prêmio de Vocação para Diplomacia. Disponível em: <[http://www.institutoriobranco.mre.gov.br/pt-br/programa\\_de\\_acao\\_afirmativa.xml](http://www.institutoriobranco.mre.gov.br/pt-br/programa_de_acao_afirmativa.xml)>. Acesso em: 29 de Jan. 2011.

JÚNIOR, Ronaldo Jorge Araújo Vieira. **Responsabilização Objetiva do Estado**. Curitiba: Juruá, 2006.

KAUFMANN, Roberta Fragoso Menezes. **Ações afirmativas à brasileira – necessidade ou mito?** Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007.

LEFCOVICH, Sandra. **Itamaraty tentará impedir fraudes em concurso**. Correio Braziliense, Brasília-DF, 24 de jun. 2003.

LIMA, Vera Lúcia Alves Rodrigues. **A inserção do negro na Carreira de Diplomata** – Ação Afirmativa para o Instituto Rio Branco. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. 155 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

LOPES, N. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.

MACEDO, Ana Paula; JUNGBLUT, Cristiane. **FH abre vagas para negros no curso preparatório para a prova do Itamaraty**. O Globo, Rio de Janeiro-RJ, 20 de Dez. 2001.

MEDEIROS, Carlos Alberto. **Ação Afirmativa no Brasil** – um debate em curso. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org). *Ações Afirmativas e Combate ao Racismo*. Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2005. p. 121-140.

MELO, Joviano Severino de (entrevista com). **“Ministros, senadores e diplomatas negros”**, n.3, p.8. In: QUILOMBO-VIDA, PROBLEMAS E

ASPIRAÇÕES DO NEGRO. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2003.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Cotas raciais** – decisão do Itamaraty gera polêmica. Seleção diária de notícias do Itamaraty. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midias-nacionais/brasil/o-globo/2010/12/30/cotas-raciais-decisao-do-itamaraty-gera-polemica>>. Acesso em: 30 de Jan. 2011.

\_\_\_\_\_. **Itamaraty cria cotas para afrodescendentes**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midias-nacionais/brasil/o-globo/2010/12/29/itamaraty-cria-cota-para-afrodescendentes>>. Acesso em: 30 de Jan. 2011.

\_\_\_\_\_. **Luiza Bairros defende cota em concurso público**. Seleção diária de notícias do Itamaraty. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midias-nacionais/brasil/o-estado-de-sao-paulo/2011/01/04/luiza-bairros-defende-cota-em-concurso-publico>>. Acesso em: 30 de Jan. 2011.

\_\_\_\_\_. **Todas as cores do Itamaraty Entrevista**. Seleção diária de notícias do Itamaraty. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midias-nacionais/brasil/jornal-de-brasil/2011/01/16/todas-as-cores-do-itamaraty-entrevista>>. Acesso em: 30 de Jan. 2011.

MISSÃO DO BRASIL JUNTO À UNIÃO EUROPÉIA. Informação sobre o Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco, lançado em cerimônia presidida pelo Chanceler Celso Lafer, em 14 de maio de 2002. Disponível em: <<http://www.braseduropa.be//bolsas2.htm>>. Acesso em: 30 de Jan. 2011.

MOEHLECKE, Sabrina. **Ação Afirmativa** – histórias e debates no Brasil. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Cadernos de Pesquisa, n. 117, novembro/ 2002.

MOURA, Cristina Patriota de. **Considerações sobre a Diplomacia num encontro etnográfico**. Cad. De campo. São Paulo -SP, n.11 , p.11-19, 2003.

\_\_\_\_\_, Cristina Patriota de. **O Instituto Rio Branco e a Diplomacia brasileira** – um estudo de carreira e socialização. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

MOURA, Maria Aparecida. **As políticas de Afirmativa no contexto da sociedade da informação**. In: GOMES, Nilma Lino; MARTINS, Aracy Alves (orgs.). Afirmando direitos – acesso e permanência de jovens negros na universidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.175-188.

MUNANGA, Kabengele. **Políticas de Ação Afirmativa em benefício da população negra no Brasil** – um ponto de vista em defesa das cotas. In: GOMES, Nilma Lino; MARTINS, Aracy Alves (orgs.). Afirmando direitos –

acesso e permanência de jovens negros na universidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.47-60.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**. Campinas, SP: Pontes, 2007.  
PAIXÃO, Marcelo; CARVANO, Luiz M. (Orgs). **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2007-2008**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2008.

PAIXÃO, Marcelo J. P. **Desenvolvimento Humano e Relações Raciais**. São Paulo: DP&A, 2003.

PINHEIRO, Letícia. **Política externa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004

PIOVESAN, Flávia. **Ações Afirmativas sob a Perspectiva dos Direitos Humanos**. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org). **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo**. Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2005. p.35-46.

POSSAS, Lídia Maria Viana; REIS, Sarah de Freitas. **Reflexões feministas a cerca das relações internacionais**. In: MATHIAS, Suzeley Kalil (org.). **Sob o signo de Atena – Gênero na diplomacia e nas forças armadas**. São Paulo-SP: Editora UNESP, 2009. p. 229-241.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **Desigualdades raciais no ensino superior no Brasil**. In: QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **O negro na universidade**. Salvador: Novos Toques, 2002.

SANTOS, João Paulo de Farias. **Ações afirmativas e igualdade racial: A contribuição do direito na construção de um Brasil diverso**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

SANTOS, Jocélio Teles dos. **O poder da cultura e a cultura no poder**. Salvador: EDUFBA, 2005.

\_\_\_\_\_. **Dilemas nada atuais das políticas para afro-brasileiros – Ação afirmativa no Brasil dos anos 60**. In: BACELAR, Jeferson; CAROSO, Carlos (Orgs.). **Brasil - Um país de negros?** Rio de Janeiro: Pallas; Salvador: CEAO, 1999.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Ação afirmativa e mérito individual**. In: SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (Orgs.). **Ações Afirmativas – políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SILVA JR., Hédio. **Direito de igualdade racial: aspectos constitucionais, civis e penais**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002.

SILVA, Jaime. **Itamaraty pretende ter mais diplomatas negros**. Zero Hora, Rio Grande do Sul, 19 mai. 2003.

SILVA, Luiz Fernando Martins da. **Ação afirmativa e cotas para afro-descendentes**: algumas considerações sociojurídicas. In: SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (Orgs.). *Ações Afirmativas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

VIEIRA, Vinícius Rodrigues. **Democracia racial, do discurso à realidade: caminhos para a superação das desigualdades sociorraciais brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2008.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Internacionais do Brasil – De Vargas a Lula**. 3.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

WEDDERBURM, Carlos Moore. **Do Marco Histórico das Políticas Públicas de Ação Afirmativa**. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org). *Ações Afirmativas e Combate ao Racismo*. Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2005. p.307-334.

## **ANEXOS**

### **ANEXO I**

#### **QUESTIONÁRIO – ENTREVISTA COM DIPLOMATAS (EX) BOLSISTAS**

##### **QUESTIONÁRIO – DIPLOMATAS (EX) BOLSISTAS**

Passado o exame de qualificação de Mestrado e de acordo com as devidas orientações propostas pela banca examinadora, venho realizar pesquisa de campo em Brasília (DF) nos âmbitos do Instituto Rio Branco (IRBr) e do Ministério das Relações Exteriores (MRE). O interesse pela investigação no Instituto Rio Branco parte do campo empírico do conhecimento acerca do concurso público que garante o ingresso de estudantes das diversas áreas do conhecimento ao quadro de diplomatas do Brasil e de seu respectivo Programa de Ação Afirmativa.

Está expresso no site do Instituto Rio Branco que o Programa de Ação Afirmativa na diplomacia nasceu da constatação de que o MRE não refletia em seus quadros diplomáticos a diversidade étnico-racial do Brasil, salientando que a participação de negros entre diplomatas era nula. Com o intuito de dar passos em direção ao objeto dessa pesquisa é que tenho como questão orientadora: Em que medida o Instituto Rio Branco têm contribuído para a inserção de negros à carreira de diplomata através do seu Programa de Ação Afirmativa?

Em vista da escassez de publicações sobre o assunto trago como foco entrevistar os diplomatas (ex) bolsistas do Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco e os principais envolvidos na gerência desta iniciativa para apartir da trajetória destes e das informações que me serão cedidas, elaborar um constructo teórico que validará a pesquisa.

Este roteiro de entrevista contém questões abertas para que sejam respondidas livremente pelo (a) entrevistado (a). São questões geradoras que poderão abrigar mais de uma pergunta com base em cada resposta dada já que a intenção é de que essas entrevistas sejam registradas, sempre que possível, via gravação de voz e que se possa recolher o máximo de informação sobre o Programa.

Desde já agradeço por sua colaboração e me coloco a disposição para quaisquer esclarecimentos.

## DADOS DO (A) ENTREVISTADO (A)

<b>Nome Completo:</b>	
<b>Ano de nascimento:</b>	
<b>Com quantos anos entrou para a Carreira?</b>	
<b>Cor/Raça</b>	
<b>Local de Origem:</b>	
<b>Titulações:</b>	
<b>Onde adquiriu esta titulação:</b>	
<b>Local de residência:</b>	
<b>Cargo que ocupa no Itamaraty:</b>	

- 1- Fale-me um pouco sobre você. (Sua infância, adolescência, local onde viveu com sua família, locais onde estudou, momentos importantes, pessoas relevantes, viagens, o que quiser falar).
- 2- Fale-me um pouco sobre sua família. (Mãe, pai, avós, irmão, nível acadêmico ou escolar deles, nível econômico).
- 3- Fale-me um pouco sobre a sua vida profissional ou acadêmica? (Desde o início das suas experiências profissionais até se tornar diplomata).
- 4- Como ficou sabendo do Programa de Ação Afirmativa do IRBr?
- 5- Por que concorrer a Bolsa-Prêmio? A Bolsa interferiu nos resultados que conquistou? Como você fez para estudar para a Bolsa?
- 6- Você já havia tentando a prova do Concurso alguma vez? Quantas?
- 7- Qual a avaliação que você faz sobre o Programa de ação Afirmativa do IRBr?
- 8- Como está a Carreira de Diplomata? (Andamento, pretensões, desafios, conquistas).
- 9- Há alguma diferença entre ser diplomata e ser diplomata negro (a)?
- 10- Algo mais que queira falar?

Paula Azeviche – Mestranda PosAfro

E-mail: [paulazevixe@gmail.com](mailto:paulazevixe@gmail.com) e telefone: 71 9170-4494

Muito grata.

## **ANEXO II**

### **QUESTIONÁRIO – ENTREVISTA COM DIRIGENTES E RESPONSÁVEIS PELO PROGRAMA**

#### **QUESTIONÁRIO – DIRIGENTES**

Passado o exame de qualificação de Mestrado e de acordo com as devidas orientações propostas pela banca examinadora, venho realizar pesquisa de campo em Brasília (DF) nos âmbitos do Instituto Rio Branco (IRBr) e do Ministério das Relações Exteriores (MRE). O interesse pela investigação no Instituto Rio Branco parte do campo empírico do conhecimento acerca do concurso público que garante o ingresso de estudantes das diversas áreas do conhecimento ao quadro de diplomatas do Brasil e de seu respectivo Programa de Ação Afirmativa.

Está expresso no site do Instituto Rio Branco que o Programa de Ação Afirmativa na diplomacia nasceu da constatação de que o MRE não refletia em seus quadros diplomáticos a diversidade étnico-racial do Brasil, salientando que a participação de negros entre diplomatas era nula. Com o intuito de dar passos em direção ao objeto dessa pesquisa é que tenho como questão orientadora: Em que medida o Instituto Rio Branco têm contribuído para a inserção de negros à carreira de diplomata através do seu Programa de Ação Afirmativa?

Em vista da escassez de publicações sobre o assunto trago como foco entrevistar os diplomatas (ex) bolsistas do Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco e os principais envolvidos na gerência desta iniciativa para apartir da trajetória destes e das informações que me serão cedidas elaborar um constructo teórico que validará a pesquisa.

Este roteiro de entrevista contém questões abertas para que sejam respondidas livremente pelo (a) entrevistado (a). São questões geradoras que poderão abrigar mais de uma pergunta com base em cada resposta dada já que a intenção é de que essas entrevistas sejam registradas, sempre que possível, via gravação de voz e que se possa recolher o máximo de informação sobre o Programa.

Desde já agradeço por sua colaboração e me coloco a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Paula Azeviche – Mestranda PosAfro

e-mail: [paulazevixe@gmail.com](mailto:paulazevixe@gmail.com) e telefone: 71 9170-4494

## DADOS DOS ENTREVISTADOS

<b>Nome Completo:</b>	
<b>Cor/ Raça</b>	
<b>Cargo que ocupa no Itamaraty:</b>	

- 1- No percurso da investigação sobre o Programa de Ação Afirmativa (PAA) do Instituto Rio Branco (IRBr) foi possível entrevistar alguns diplomatas (ex) bolsistas e dirigentes como o Sr. Conselheiro Geraldo Tupynambá, Sr. secretário Márcio Rebouças e Sr. embaixador João Almino. O que eles possuem em comum é a convicção de que o senhor foi um dos principais idealizadores do Programa. Gostaria de saber do vosso ponto de vista como se iniciou o PAA? Por favor, relate com detalhes.
- 2- Como considera a aceitação do público interno do IRBr e do MRE com relação ao Programa?
- 3- Quais eram as expectativas do Programa quando da sua fundação e como considera os resultados com o Programa até agora?
- 4- Em quase oito anos de programa foram admitidos à Careira o número de 16(dezesseis) diplomatas “afrodescendentes (negros)”. Qual o significado que este resultado traz para o IRBr e/ou MRE?
- 5- Algo mais que poderia relatar?

Muito grata.



## MATÉRIAS DE JORNAIS DA ÉPOCA EM QUE O PAA FOI IMPLEMENTADO

O Globo, 20 de Dezembro de 2001 – “FHC abre 20 bolsas para negros no curso de diplomacia do Itamaraty”.

Quarta-feira, 20 de dezembro de 2001

O GLOBO

## FHC abre 20 bolsas para negros no curso de diplomacia do Itamaraty

Presidente diz que o Brasil ainda não tem uma democracia racial perfeita

Ana Paula Macedo e  
Cristiane Jungblut

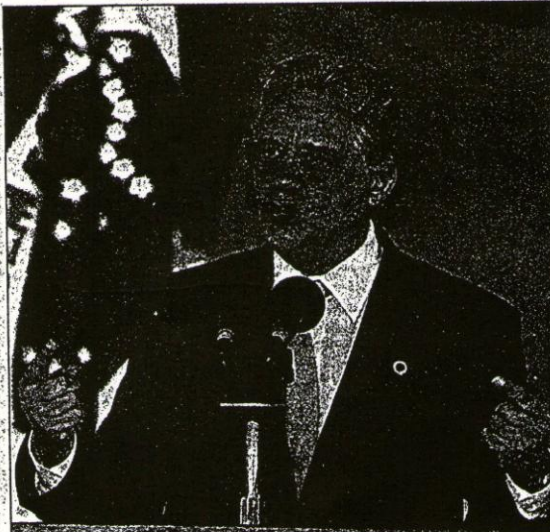
BRASÍLIA. O presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem que o Brasil ainda não tem uma democracia racial perfeita. Durante a entrega do Prêmio Direitos Humanos, no Palácio do Planalto, destacou a necessidade de políticas públicas, como a universalização do acesso à escola e investimentos em favor de afrodescendentes, para enfrentar a discriminação.

No ano que vem, o Instituto Branco, do Itamaraty, vai oferecer a afrodescendentes 20 bolsas no curso preparatório para o concurso para a carreira diplomata. O presidente exclamou que há poucos diplomatas negros no Brasil.

— Precisamos ter um conjunto de diplomatas que seja reflexo de nossa sociedade, que é multicolorida. Não tem jeito de ela se apresentar ao mundo agora como se fosse uma sociedade branca, porque não é — afirmou.

### Ministério da Justiça terá cotas para negros

Na cerimônia, foi anunciado que o Ministério da Justiça, como Desenvolvimento Agrário e Ciência e Tecnologia, vai criar cotas para negros em cargos de confiança. A meta é que, até o fim de 2002, 20% desses cargos sejam ocupados por negros, 20% por mulheres e 5% por deficientes físicos. A decisão é um passo a mais em direção à instituição de cotas na administração federal. Uma comissão vai acompanhar a implementação do programa e decidir sobre a viabilidade de sua expansão.



FERNANDO HENRIQUE: “Nossa sociedade não é branca, é multicolorida”

— Devemos lutar para eliminar todos os resquícios de discriminação. É necessário que o Brasil dê passos firmes para assegurar a todos um tratamento de igualdade — disse.

Por determinação do presidente, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação vai estudar a adoção de políticas em favor dos afrodescendentes, com investimentos em educação, saúde, habitação e saneamento. Será estudada a concessão de bolsas de estudo para negros, talvez com criação de um fundo especial, além de projetos de desenvolvimento nos quilombos.

O presidente manifestou contra a proposta de redução da idade mínima de responsabilidade penal de 18 anos para 16. Fernando Henrique disse que fazer isso seria culpar a

criança pela violência, percorrendo um caminho mais fácil e insensato. Para o presidente, há outros mecanismos para combater a violência.

— Não sou favorável a essas idéias de primeiro impulso. Não podemos, por causa da violência, coisa que nos apavora e que efetivamente requer um combate eficaz e permanente, nos envolver numa atitude de insensatez e de irracionalidade de buscarmos bodes expiatórios para que as nossas tranqüilidades sejam mantidas — disse.

Fernando Henrique afirmou que a violência é uma questão difícil de ser enfrentada, mas assinalou que não se pode simplesmente passar a falsa impressão de solução.

Certamente não será pelo caminho mais fácil, dando

simplesmente uma sensação à sociedade que se está sendo duro, quando, na verdade, se está sendo apenas escapista, não se está enfrentando os problemas pela raiz. Não vamos concordar com isso mais, não — garantiu.

Fernando Henrique ressaltou seu envolvimento na luta contra a discriminação racial, lembrando que fez um estudo sobre os negros e o racismo. Ele assinalou que até hoje não há uma situação perfeita, mas que há situações que podem ser trabalhadas para avançar no esforço de igualdade.

— Na época, a realidade brasileira não era percebida ainda pelas nossas elites como se fosse uma realidade aflitiva. Pelo contrário, se vivia embalado na ilusão de que isso aqui já era uma democracia racial perfeita, quando não era, quando até hoje não é.

### Presidente vai convidar relatores da ONU

A um mês da chegada a São Paulo da Alta Comissária de Direitos Humanos, Mary Robinson, o presidente anunciou que vai convidar todos os relatores das Nações Unidas para que visitem o Brasil, confirmem de perto a situação e opinem. Tanto em relação a avanços quanto a retrocessos.

— É o sinal de que o país está de portas abertas. Aqui não queremos esconder nada.

Com o ministro da Saúde, José Serra, na platéia, Fernando Henrique lembrou a vitória na Organização Mundial de Saúde, na briga pela quebra das patentes de medicamentos usados no tratamento dos portadores do HIV. ■

Givaldo Barbosa/04-12-01

## ■ NACIONAL

# Rio Branco vai incenti

Bolsa de estudo visa ampliar diversidade étnica e a inscriç

Maria Helena Tachinardi  
de São Paulo

O Instituto Rio Branco, a segunda academia diplomática mais antiga do mundo, depois da de Viena, na Áustria, começa o ano com duas novidades: pela primeira vez, as inscrições para as provas que selecionarão os candidatos ao curso de dois anos poderão ser feitas via internet, e pela primeira vez, também, haverá uma bolsa para preparar 20 candidatos negros ao exame de seleção.

As inscrições para as provas do próximo curso do Instituto Rio Branco estão abertas desde segunda-feira e terminam em 22 de fevereiro. O início do exame está previsto para 16 de março. O Rio Branco, que funciona em Brasília e é vinculado ao Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty), até julho selecionará os candidatos negros à bolsa preparatória, que terá duração de dez meses, a partir de agosto ou setembro. Em janeiro de 2002, os candidatos negros se inscreverão ao concurso do Rio Branco como os demais interessados.

Os cursos preparatórios, em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, credenciados pelo Rio Branco, são incentivados a oferecer bolsas de estudo aos candidatos negros. Em troca, a instituição divulgará os cursos em sua página na internet.

Uma biblioteca mínima, de vinte livros básicos para a preparação dos alunos será fornecida, além de orientação de diplomatas ou de alunos do instituto, que, ao serem ad-

mitidos, começam a carreira como terceiros secretários. No segundo ano do curso, o aluno do Rio Branco já pode estagiar nos vários departamentos do Itamaraty como parte do treinamento.

“O interesse nosso é que haja maior diversidade étnica e de gênero no Instituto Rio Branco”, diz o seu diretor, o diplomata João Almino. Para ele, o problema da pequena representatividade dos negros na diplomacia não é do Itamaraty, mas da sociedade brasileira, que desde a libertação dos escravos não tem conseguido com que a demografia se reflita na formação das pessoas. “Quem chega ao final nas universidades não são os negros. E o Instituto Rio Branco é uma instituição de pós-graduação que recruta pessoas com nível universitário”, explica Almino.

Ele ressalva que o grau de excelência do instituto, reconhecido dentro e fora do Brasil, será mantido e aperfeiçoado. A inclusão de negros qualificados na academia diplomática aumentará a concorrência entre os candidatos. A preferência, de fato, será por mulheres negras, já que se trata de aumentar a diversidade étnica e de gênero.

“Estamos tentando consolidar três objetivos importantes: a democratização (inscrições via internet, que podem ser feitas de qualquer ponto do território nacional), a excelência e a ação afirmativa (oportunidade de acesso à carreira por parte de candidatos negros)”, diz.

O Instituto Rio Branco contratou um levantamento, feito pelo Data Folha, para avaliar o perfil étnico dos alunos. Os formulários foram respondidos por alunos do primeiro e segundo anos do curso de formação de diplomatas, em 27 de setembro de 2001. Coube a eles se autodefinirem racialmente. Do primeiro ano, participaram 30 alunos, e do segundo, 24. Na turma do primeiro ano, 90% eram brancos, 10% pardos e não havia nenhum negro. No segundo ano, 71% se definiram brancos, 8% negros e 17% pardos.

Levantamento semelhante é feito em relação aos cursos mais disputados no vestibular da Fuvest, como Medicina da Universidade de São Paulo (USP), Jornalismo e Computação. Entre os formandos de Medicina da USP, 81,6% são brancos, 1% é de cor negra, 2,3% são pardos, 4,1%, amarelos e 0,7% tem origem indígena.

“Por esse quadro comparativo (tanto o Rio Branco como a Medicina da USP são cursos de elite), não estamos fora da média”, diz João Almino. Já nos EUA, sociedade em que a base racial é fortemente constituída por negros, os programas de ação afirmativa são mais agressivos e de longa data.

Embora o instituto exista há pouco mais de 50 anos, as exigências para o ingresso na diplomacia brasileira vêm desde 1852, informa o diretor do Instituto Rio Branco. “Em termos mundiais, é uma das carreiras diplomáticas mais exigentes do

(continuação) Gazeta Mercantil, 9 de Janeiro de 2002 – “Rio Branco vai incentivar candidatos negros”.

Página A-7

# Selecionar candidatos negros

Seleção pela internet amplia acesso às várias regiões do Brasil

ponto de vista do recrutamento de seus quadros”.

As duas primeiras fases da prova de seleção para o curso do Rio Branco serão descentralizadas em onze capitais brasileiras. A segunda fase testa a habilidade do candidato a línguas — português e inglês escritos. A terceira fase é realizada em Bra-

sília e consiste de inglês oral e questões internacionais contemporâneas. Os candidatos são avaliados sobre noções de História e Geografia, Direito e Economia.

A seleção de candidatos negros para a bolsa preparatória será feita por uma comissão integrada por representantes da Secretaria Nacional

de Direitos Humanos, do Ministério da Justiça, e do Itamaraty.

A comissão vai avaliar dados como renda familiar do candidato e seu desempenho acadêmico nos últimos anos. E pedirá ao candidato que ele faça uma breve exposição sobre o seu interesse pela carreira diplomática.

*ITAMARATY Incentivo financeiro oferecido pelo Ministério da Justiça não foi destinado ao público mais carente*

# Candidatos negros recebem bolsa para tentar diplomacia

043.1741.01945124

Vinte candidatos negros ao Instituto Rio Branco — escola de diplomacia — do Ministério das Relações Exteriores receberão bolsas de R\$ 1.000 mensais de agosto deste ano a maio de 2003.

A medida de incentivo de inclusão de negros foi anunciada ontem pelo Ministério da Justiça, em parceria com o Itamaraty e com as pastas da Cultura e da Ciência e Tecnologia.

Um grupo de 400 candidatos participou da seleção. De acordo com as regras do programa “bol-

sas-prêmio de vocação para a diplomacia a candidatos afro-descendentes”, eles deverão prestar o próximo concurso para o Instituto Rio Branco, que deve acontecer em maio de 2003.

Na última edição, no início do ano, foram oferecidas 30 vagas para um total de 3.300 candidatos. Os 20 negros selecionados passaram por uma entrevista, redação, avaliação do domínio da língua inglesa e análise de currículo.

O prêmio não foi destinado para os mais carentes. A ideia da bolsa é dar mais chances para negros que já tenham possibilidade

de entrar no instituto por já terem uma boa formação escolar.

## Critério

Foi utilizado o mesmo critério do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Cada candidato devia se auto-classificar como preto, pardo, amarelo, branco ou indígena.

A maior parte (65%) dos bolsistas é da região Sudeste e outros 15% do Nordeste. As regiões Centro-Oeste (10%) e Sul (5%) contribuem com menor número de participantes. Há, ainda, um bolsista que reside no exterior.

## **ANEXO IV**

### **PRIMEIRO EDITAL DO CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA COM A IMPLEMENTAÇÃO DAS COTAS PARA AFRODESCENDENTES NA SEGUNDA FASE DO CONCURSO – ANO 2011**

EDITAL DE 17 DE JANEIRO DE 2011  
CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO RIO BRANCO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna público que estarão abertas, de 24 de janeiro a 22 de fevereiro de 2011, as inscrições para o Concurso Público de Admissão à Carreira de Diplomata, nos termos dos artigos 35 e 36 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, e da Portaria nº 762, de 28 de dezembro de 2010.

O Concurso obedecerá às seguintes normas:

#### **1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 O Concurso será realizado pelo Instituto Rio Branco (IRBr), com a colaboração do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (CESPE/UnB). O texto deste Edital estará também disponível no endereço eletrônico do CESPE/UnB <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011>, bem como eventuais informações adicionais sobre o Concurso.

1.2 O Concurso terá quatro fases, especificadas a seguir:

- a) Primeira Fase: Prova Objetiva, constituída de questões objetivas de Português, de História do Brasil, de História Mundial, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público, de caráter eliminatório.
- b) Segunda Fase: prova escrita de Português, de caráter eliminatório e classificatório.
- c) Terceira Fase: provas escritas de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público, de caráter eliminatório e classificatório.
- d) Quarta Fase: provas escritas de Espanhol e de Francês, de caráter classificatório.

1.3 Cada uma das fases será realizada simultaneamente nas cidades de Aracaju/SE, Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Boa Vista/RR, Brasília/DF, Campo Grande/MS, Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Goiânia/GO, João Pessoa/PB, Macapá/AP, Maceió/AL, Manaus/AM, Natal/RN, Palmas/TO, Porto Alegre/RS, Porto Velho/RO, Recife/PE, Rio Branco/AC, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, São Luís/MA, São Paulo/SP, Teresina/PI e Vitória/ES.

1.4 VAGAS: 26, sendo 2 vagas reservadas aos candidatos portadores de deficiência.

#### **2 DO CARGO**

2.1 A aprovação no Concurso habilitará o candidato a: 1º) ingressar em cargo da classe inicial da Carreira de Diplomata (Terceiro Secretário), de acordo com a ordem

de classificação obtida; e 2º) matricular-se no Curso de Formação do Instituto Rio Branco, regulamentado pela Portaria nº 336 do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 30 de maio de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 12 de junho de 2003.

2.2 REMUNERAÇÃO INICIAL NO BRASIL: R\$ 12.962,12 (doze mil novecentos e sessenta e dois reais e doze centavos).

2.3 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO: aos servidores da Carreira de Diplomata incumbem atividades de natureza diplomática e consular, em seus aspectos específicos de representação, negociação, informação e proteção de interesses brasileiros no campo internacional (Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006).

### 3 DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

3.1 Ter sido aprovado no Concurso.

3.2 Ser brasileiro nato, conforme o artigo 12, § 3º, inciso V, da Constituição Federal e artigo 36 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3.3 Estar no gozo dos direitos políticos.

3.4 Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino.

3.5 Estar em dia com as obrigações eleitorais.

3.6 Apresentar diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior, emitido por instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação. No caso de candidatos cuja graduação tenha sido realizada em instituição estrangeira, caberá exclusivamente ao candidato a responsabilidade de apresentar, até a data da posse, a revalidação do diploma exigida pelo Ministério da Educação, nos termos do artigo 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

3.7 Haver completado a idade mínima de dezoito anos.

3.8 Apresentar aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, verificada por meio de exames pré-admissionais, nos termos do artigo 14, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

3.9 O atendimento a cada um dos requisitos acima é de responsabilidade exclusiva do candidato.

3.10 Será excluído do Concurso o candidato que não atender a qualquer dos requisitos acima enumerados ou que, quando for o caso, não obtiver a autorização de que trata o subitem 5.4.1.1 deste Edital.

### 4 DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

4.1 Do total de vagas destinadas ao cargo, 5% serão providas na forma do artigo 37, VIII, da Constituição Federal, do artigo 5º, § 2º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

4.1.1 O candidato que se declarar portador de deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos.

4.2 Para concorrer a uma dessas vagas, o candidato deverá:

a) no ato da inscrição, declarar-se portador de deficiência e estar ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e de que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de habilitação no estágio probatório; e b) encaminhar cópia simples do CPF e laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório), emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como à provável causa da deficiência, na forma do subitem 4.2.1.

4.2.1 O candidato portador de deficiência deverá entregar, até o dia 11 de março de 2011, das 8 horas às 19 horas (exceto sábado, domingo e feriado), pessoalmente ou por terceiro, o laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e a cópia simples do CPF a que se refere a alínea “b” do

subitem 4.2, na Central de Atendimento do CESPE/UnB, Universidade de Brasília (UnB) – Campus Universitário Darcy Ribeiro, Sede do CESPE/UnB – Asa Norte, Brasília/DF.

4.2.1.1 O candidato poderá, ainda, encaminhar o laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e a cópia simples do CPF, via SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento, postado impreterivelmente até o dia 11 de março de 2011, para a Central de Atendimento do CESPE/UnB – Concurso IRBr Diplomata 2011 (laudo médico), Caixa Postal 4488, CEP 70904-970, Brasília/DF.

4.2.2 O fornecimento do laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e da cópia simples do CPF, por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. O CESPE/UnB não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada dessa documentação a seu destino.

4.3 O candidato portador de deficiência poderá requerer, na forma do subitem 5.4.9 deste Edital, atendimento especial, no ato da inscrição, para o dia de realização das provas, indicando as condições de que necessita para a realização destas, conforme previsto no artigo 40, parágrafos 1º e 2º, do Decreto nº 3.298/99 e suas alterações.

4.4 O laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e a cópia simples do CPF terão validade somente para este Concurso Público e não serão devolvidos, assim como não serão fornecidas cópias dessa documentação.

4.4.1 A relação dos candidatos que tiveram a inscrição deferida para concorrer na condição de portadores de deficiência será divulgada na Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011>, na ocasião da divulgação do Edital de locais e horário de realização da Prova Objetiva.

4.4.1.1 O candidato disporá de um dia a partir da data de divulgação da relação citada no subitem anterior para contestar o indeferimento na Central de Atendimento do CESPE/UnB, Universidade de Brasília (UnB), Campus Universitário Darcy Ribeiro, Sede do CESPE/UnB, Asa Norte, Brasília/DF,

pessoalmente ou por terceiro, ou pelo e-mail [atendimentoespecial@cespe.unb.br](mailto:atendimentoespecial@cespe.unb.br). Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

4.5 A inobservância do disposto no subitem 4.2 acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tal condição e o não atendimento às condições especiais requeridas.

4.6 Os candidatos que, no ato da inscrição, declararem-se portadores de deficiência, se aprovados e classificados no Concurso, terão seus nomes publicados em lista à parte e figurarão também na lista de classificação geral.

4.7 Os candidatos que se declararem portadores de deficiência, se não eliminados no concurso, serão convocados para se submeter à perícia médica promovida pela Junta Médica designada pelo Diretor-Geral do Instituto Rio Branco, que verificará sobre a sua qualificação como deficiente ou não, bem

como, no estágio probatório, sobre a incompatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência apresentada, nos termos do artigo 43 do Decreto nº 3.298/99 e suas alterações.

4.8 Os candidatos deverão comparecer à perícia médica munidos de documento de identidade e de laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), conforme especificado no Decreto nº 3.298/99 e suas alterações, bem como à provável causa da deficiência, conforme modelo constante do endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011>.

4.8.1 Perderão o direito às vagas reservadas os candidatos que, por ocasião da perícia médica de que trata o subitem 4.7, não apresentarem laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) ou que apresentarem laudo que não tenha sido emitido nos últimos doze meses.

4.8.2 O laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) será retido pelo Instituto Rio Branco por ocasião da realização da perícia médica.

4.8.3 Os candidatos convocados para a perícia médica deverão comparecer com uma hora de antecedência do horário marcado para o seu início, conforme edital de convocação.

4.9 A não observância do disposto no subitem 4.8, a reprovação na perícia médica ou o não comparecimento à perícia acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

4.10 O candidato que, tendo-se declarado portador de deficiência, for reprovado na perícia médica por não ter sido considerado deficiente, caso seja aprovado no Concurso, figurará na lista de classificação geral.

4.11 O candidato portador de deficiência reprovado na perícia médica no decorrer do estágio probatório em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo será exonerado.

4.12 As vagas definidas no subitem 4.1 que não forem providas por falta de candidatos portadores de deficiência aprovados serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

## 5 DAS INSCRIÇÕES NO CONCURSO

5.1 As inscrições poderão ser efetuadas somente via Internet, conforme procedimentos especificados a seguir.

5.1.1 TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 150,00.

5.1.2 Será admitida a inscrição exclusivamente via Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011>, solicitada no período entre 10 horas do dia 24 de janeiro de 2011 e 23 horas e 59 minutos do dia 22 de fevereiro de 2011, horário oficial de Brasília/DF.

5.1.3 O CESPE/UnB não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação,



congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

5.2 O candidato deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição por meio da Guia de Recolhimento da União (GRU Cobrança).

5.2.1 A GRU Cobrança estará disponível no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011> e deverá ser impressa para o pagamento da taxa de inscrição após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição online.

5.2.1.1 O candidato poderá reimprimir a GRU Cobrança pela página de acompanhamento do concurso.

5.2.2 A GRU Cobrança pode ser paga em qualquer banco, bem como nas lotéricas e Correios, obedecendo aos critérios estabelecidos nesses correspondentes bancários.

5.2.3 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até o dia 10 de março de 2011.

5.2.4 As inscrições somente serão acatadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição.

5.2.5 O comprovante de inscrição do candidato estará disponível no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011>, após o acatamento da inscrição, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento.

5.2.6 Informações complementares acerca da inscrição estarão disponíveis no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011>.

5.3 Para os candidatos que não dispuserem de acesso à Internet, o CESPE/UnB disponibilizará locais com acesso à Internet, localizados nos endereços listados a seguir, no período entre 10 horas do dia 24 de janeiro de 2011 e 23 horas e 59 minutos do dia 22 de fevereiro de 2011 (horário oficial de

Brasília/DF), observados os horários de funcionamento de cada estabelecimento. UF/CIDADE LOCAL ENDEREÇO AC/Rio Branco Cyber Acrebell Avenida das Nações Unidas, nº 339 – Bosque AL/Maceió Battosoft Lan House Travessa Panair, nº 127 – Vergel AM/Manaus Atlantis I Lan House e Cyber Café Rua Senador Cunha Melo, nº 771 – São Jorge AM/Manaus

Atlantis II Lan House e Cyber Café Rua Pará, nº 136 -Vieiralves – N. Sra. das Graças AM/Manaus Atlantis III Lan House e Cyber Café Avenida André Araújo, nº 79 – Aleixo AM/Manaus Atlantis IV Lan House e Cyber Café Rua Marciano Armond, nº 929 – Cachurinha AP/Macapá Cyberplay Informática e Serviços Rua General Rondon, nº 1.467, Loja 17 – Central BA/Salvador AS Escritório Virtual Avenida Ademar de Barros, nº 408, Sala 3 – Ondina CE/Fortaleza Microlins Rua Floriano Peixoto, nº 1.040 – Centro DF/Brasília ICC -Norte -UNB Campus Universitário Darcy Ribeiro – ICC – Ala Norte ES/Vitória Data Control Rua Neves Armond, nº 535 – Sala 301 – Bento Ferreira (entre a Avenida Cezar Hillal e Avenida Vitória antigo Largo das Compras) GO/Goiânia Suport Informática e Lan House Avenida Juscelino Kubitschek, quadra 06 Lote 1/26 nº 507 sala 1 – Jardim Presidente (próximo ao posto de gasolina) MA/São Luís Microlins Rua Osvaldo Cruz, nº 1.238 – Centro MG/Belo Horizonte Microlins Avenida Augusto de Lima, nº 1.912 – Barro Preto MS/Campo Grande Tano Cyber Lan House Avenida Capibaribe, nº 495 – Silvia Regina MT/Cuiabá Original Papelaria e Serviços Ltda. Avenida Mato Grosso, nº 280 – Araés PA/Belém Microlins Avenida Alcindo Cacela, nº 829 – Umarizal PA/Belém Microlins Avenida Governador José Malcher, nº 1.274 – Nazaré PA/Belém Microlins Travessa São Pedro, nº 406 – Batista Campos PA/Belém

Microlins Avenida Pedro Miranda, nº 1.593 – Pedreira PB/João Pessoa Microlins Avenida Pedro II, nº 601 – Centro PB/João Pessoa Microlins Praia Avenida Eptácio Pessoa, 3.161 – Miramar PE/Recife Cyber Tigre Lan House Rua da Conceição, nº 189 – Boa Vista PI/Teresina Microlins Avenida Frei Serafim, nº 2.138 – Centro PR/Curitiba Back Bone Lan House Rua Camões, nº 601, Poloshop Alto da XV, Loja 280 RJ/Rio de Janeiro Microlins Avenida das Américas, nº 16.691, Cobertura 303, Recreio dos Bandeirantes – Barra da Tijuca RN/Natal Microlins Zona Sul Avenida Ayrton Senna, nº 1.970 – Neópolis RO/Porto Velho Space Net Rua Governador Valadares, nº 3.540 (próximo a Escola Bela Vista) – Conceição RR/Boa Vista Technet Avenida Benjamin Constant, nº 586 – São Pedro RS/Porto Alegre Insite Informática Rua Otávio Rocha, nº 151, 2º andar – Porto Alegre SC/Florianópolis Khalil Informática Travessa Doutor Zulmar de Lins Neves, nº 253 Centro, Florianópolis SE/Aracaju Micro Aid Informática Rua Senador Rollemberg, nº 561 – São José SP/São Paulo ACESSA São Paulo Metrô Sé Praça da Sé, s/nº -Centro – Saída Anita Garibaldi SP/São Paulo ACESSA São Paulo Poupatempo Sé Praça do Carmo, s/nº – Centro SP/São Paulo ACESSA São Paulo Poupatempo Sé II -Secretaria da Fazenda Av. Rangel Pestana, nº 300, 1º andar – Centro SP/São Paulo ACESSA São Paulo SEADE Av. Casper Líbero, nº 478 Térreo – Luz SP/São Paulo ACESSA São Paulo SEADS Rua Bela Cintra, nº 1.032 – Cerqueira César TO/Palmas Arena Lan House Avenida JK, Quadra 106 sul, nº 19, Sala 02 – Setor Sul

5.3.1 Nos locais listados no subitem anterior, não serão fornecidas informações nem serão prestados esclarecimentos a respeito do concurso público. Para tanto, o candidato deverá observar o disposto no subitem 14.5 deste Edital.

#### 5.4 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO

5.4.1 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. No momento da inscrição, o candidato deverá optar pela cidade de provas. Uma vez efetivada a inscrição não será permitida, em hipótese alguma, a sua alteração.

5.4.1.1 No ato de inscrição, os candidatos afrodescendentes deverão declarar, em campo apropriado, essa condição, com vistas à aplicação das disposições previstas no subitem 7.6 deste Edital.

5.4.1.2 O candidato que tiver cônjuge de nacionalidade estrangeira será inscrito condicionalmente no Concurso e sua eventual aprovação só será válida se obtiver a autorização do Ministro de Estado das Relações Exteriores ou do Presidente da República, conforme o caso, a que se referem, respectivamente, o artigo 33, § 3º, e o artigo 34, § 3º, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a ser requerida na forma da legislação em vigor. Esta exigência aplica-se também ao candidato casado com estrangeira, cuja separação judicial ainda não tenha transitado em julgado.

5.4.2 É vedada a inscrição condicional (salvo o disposto no subitem 5.4.1.1), a extemporânea, a via postal, a via fax ou a via correio eletrônico.

5.4.3 É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros ou para outros concursos.

5.4.4 Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.

5.4.5 As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o CESPE/UnB e o IRBr do direito de excluir do Concurso Público aquele que não preenchê-la de forma completa e correta.

5.4.6 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública.

5.4.7 Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição, exceto para os candidatos que tenham recebido a Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia do Instituto Rio Branco no ano de 2010, que deverão realizar a sua inscrição conforme procedimentos descritos neste Edital e no aplicativo de inscrição, e para os candidatos amparados pelo Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008, publicado no Diário Oficial da União de 3 de outubro de 2008, que deverão proceder conforme descrito a seguir.

5.4.7.1 Estará isento do pagamento da taxa de inscrição o candidato que:

a) estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007; e b) for membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135, de 2007.

5.4.7.2 A isenção deverá ser solicitada mediante requerimento do candidato, disponível por meio do aplicativo para a solicitação de inscrição, no período entre 10 horas do dia 24 de janeiro de 2011 e 23 horas e 59 minutos do dia 22 de fevereiro de 2011 (horário oficial de Brasília/DF), no endereço eletrônico [www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011](http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011), contendo:

a) indicação do Número de Identificação Social (NIS), atribuído pelo CadÚnico; e b) declaração de que atende à condição estabelecida na letra “b” do subitem 5.4.7.1.

5.4.7.2.1 Os candidatos que não dispuserem de acesso à Internet poderão utilizar-se dos locais constantes do subitem 5.3 deste Edital para efetuar a solicitação de inscrição com isenção de taxa.

5.4.7.3 O CESPE/UnB consultará o órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.

5.4.7.4 As informações prestadas no requerimento de isenção serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo responder este, a qualquer momento, por crime contra a fé pública, o que acarretará sua eliminação do concurso, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979.

5.4.7.5 Não será concedida isenção de pagamento de taxa de inscrição ao candidato que: a) omitir informações e/ou torná-las inverídicas; b) fraudar e/ou falsificar documentação; c) não observar a forma, o prazo e os horários estabelecidos no subitem 5.4.7.2 deste edital.

5.4.7.6 Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de valor de inscrição via postal, via fax ou via correio eletrônico.

5.4.7.7 Cada pedido de isenção será analisado e julgado pelo órgão gestor do CadÚnico.

5.4.7.8 A relação dos pedidos de isenção deferidos será divulgada até o dia 1º de março de 2011, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011>.

5.4.7.9 O candidato disporá de um dia a partir da data de divulgação da relação citada no subitem anterior para contestar o indeferimento, no endereço eletrônico

<http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011>. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

5.4.7.9.1 Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção indeferidos deverão acessar o endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011> e imprimir a GRU Cobrança, por meio da página de acompanhamento, para pagamento até o dia 10 de março de 2011, conforme procedimentos descritos neste edital.

5.4.7.10 O interessado que não tiver seu pedido de isenção deferido e que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição na forma e no prazo estabelecido no subitem anterior estará automaticamente excluído do concurso público.

5.4.8 O comprovante de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado nos locais de realização das provas.

5.4.9 O candidato, portador de deficiência ou não, que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá indicar, na solicitação de inscrição, os recursos especiais necessários e, ainda, enviar, até o dia 11 de março de 2011, impreterivelmente, via SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento, para a Central de Atendimento do CESPE/UnB – Concurso IRBr Diplomata 2011 (laudo médico), Caixa Postal 4488, CEP 70904-970, Brasília/DF, cópia simples do CPF e laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) que justifique o atendimento especial solicitado. Após esse período, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior e nos que forem de interesse da Administração Pública. A solicitação de condições especiais será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

5.4.9.1 O laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e a cópia simples do CPF referidos no subitem 5.4.9 poderão, ainda, ser entregues, até o dia 11 de março de 2011, das 8 horas às 19 horas (exceto sábado, domingo e feriado), pessoalmente ou por terceiro, na Central de Atendimento do CESPE/UnB, na Universidade de Brasília (UnB) – Campus Universitário Darcy Ribeiro, Sede do CESPE/UnB – Asa Norte, Brasília/DF.

5.4.9.2 O fornecimento do laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e da cópia simples do CPF, por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. O CESPE/UnB não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada dessa documentação a seu destino.

5.4.9.3 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial para tal fim, deverá encaminhar, para a Central de Atendimento do CESPE/UnB, cópia autenticada em cartório da certidão de nascimento da criança, até o dia 11 de março de 2011, e levar um acompanhante, que ficará em sala reservada e será o responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não poderá permanecer com a criança no local de realização das provas.

5.4.9.3.1 O CESPE/UnB não disponibilizará acompanhante para guarda de criança.

5.4.9.4 A cópia simples do CPF e o laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) valerão somente para este Concurso, não serão devolvidos e não serão fornecidas cópias dessa documentação.

5.4.9.5 A relação dos candidatos que tiveram o seu atendimento especial deferido será divulgada no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011>, na ocasião da divulgação

do Edital de locais e horário de realização da Prova Objetiva.

5.4.9.5.1 O candidato disporá de um dia a partir da data de divulgação da relação citada no subitem anterior para contestar o indeferimento, na Central de Atendimento do CESPE/UnB – Universidade de Brasília (UnB), Campus Universitário Darcy Ribeiro, Sede do CESPE/UnB, Asa Norte, Brasília/DF;

pessoalmente ou por terceiro, ou pelo e-mail [atendimentoespecial@cespe.unb.br](mailto:atendimentoespecial@cespe.unb.br). Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

5.4.10 O candidato deverá declarar, na solicitação de inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo por ocasião da posse.

## 6 DA PRIMEIRA FASE: PROVA OBJETIVA

6.1 A Prova Objetiva, de caráter eliminatório, abrangerá as seguintes disciplinas: Português, História do Brasil, História Mundial, Geografia, Política Internacional, Inglês, Noções de Economia e Noções de Direito e Direito Internacional Público.

6.2 Data e horário: a Prova Objetiva será aplicada na data provável de 10 de abril de 2011, em duas etapas: a primeira às 10 horas horário oficial de Brasília/DF), com duração de 2 horas e 30 minutos; e a segunda às 15 horas (horário oficial de Brasília/DF), com duração de 3 horas e 30 minutos.

6.2.1 Na data provável de 30 de março de 2011, os locais de realização da Prova Objetiva serão publicados no Diário Oficial da União, e divulgados na Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011>. São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização da prova e o comparecimento no horário determinado.

6.2.2 O CESPE/UnB poderá enviar, como complemento às informações citadas no subitem anterior, comunicação pessoal dirigida ao candidato, por e-mail ou pelos Correios, sendo de sua exclusiva responsabilidade a manutenção/atualização de seu correio eletrônico e a informação de seu endereço completo e correto na solicitação de inscrição, o que não o desobriga do dever de observar o Edital a ser publicado, consoante o que dispõe o subitem 6.2.1 deste Edital.

6.3 Características: a Prova Objetiva, cuja elaboração caberá ao CESPE/UnB, será constituída de 65 questões objetivas, sendo 13 questões de Português, 12 questões de Inglês, 11 questões de Política Internacional, 10 questões de História Mundial, 5 questões de Noções de Direito e Direito Internacional Público, 5 questões de Noções de Economia, 5 questões de História do Brasil e 4 questões de Geografia.

6.3.1 As questões serão do tipo múltipla escolha e do tipo CERTO ou ERRADO.

6.3.2 Cada questão do tipo múltipla escolha terá cinco opções (A, B, C, D e E) e uma única resposta correta, de acordo com o comando da questão. Haverá, na folha de respostas, para cada questão deste tipo, cinco campos de marcação correspondentes às cinco opções: A, B, C, D e E, devendo o candidato preencher apenas aquele correspondente à resposta julgada correta, de acordo com o comando.

6.3.2.1 Para obter pontuação em cada questão de múltipla escolha, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos cinco campos da folha de respostas correspondentes às opções da questão.

6.3.3 Cada questão do tipo CERTO ou ERRADO será constituída de quatro itens. O julgamento de cada item será CERTO ou ERRADO, de acordo com o comando da questão. Haverá, na folha de respostas, para cada item, dois campos de marcação: o campo designado com o código C, que deve ser preenchido pelo candidato caso

julgue o item CERTO, e o campo designado com o código E, que deve ser preenchido pelo candidato caso julgue o item ERRADO.

6.3.3.1 Para obter pontuação em cada item de cada questão do tipo CERTO ou ERRADO, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos dois campos da folha de respostas correspondentes a esse item.

6.3.4 O candidato deverá transcrever as respostas das questões da Prova Objetiva para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento será de inteira responsabilidade do candidato, que deve proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e na folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro de preenchimento do candidato.

6.3.5 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da folha de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em acordo com este Edital e/ou com as instruções contidas na folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada e/ou campo de marcação não preenchido integralmente.

6.3.6 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de ter a correção de sua prova prejudicada pela impossibilidade de realização da leitura óptica.

6.3.7 O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial seu nome, seu número de inscrição e o número de seu documento de identidade.

6.3.8 Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas. Nesse caso, o candidato será acompanhado por fiscal do CESPE/UnB devidamente treinado.

6.3.9 O CESPE/UnB divulgará a imagem da folha de respostas dos candidatos que realizaram a Prova Objetiva, exceto dos candidatos eliminados na forma do subitem 14.16.1, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011>, após a data de divulgação do resultado final da Prova Objetiva. A referida imagem ficará disponível até quinze dias corridos da data de publicação do resultado final do Concurso Público. 6.3.9.1 Após o prazo determinado no subitem anterior, não serão aceitos pedidos de disponibilização da imagem da folha de respostas.

## 7 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

7.1 A folha de respostas será corrigida por meio de processamento eletrônico.

7.2 A nota em cada questão do tipo múltipla escolha, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 1,00 ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,20 ponto negativo, caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,00, caso não haja marcação ou caso haja mais de uma marcação.

7.3 A nota em cada item de cada questão do tipo CERTO ou ERRADO, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 0,25 ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,25 ponto negativo, caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,00, caso não haja marcação ou caso haja marcação dupla.

7.4 Será calculada, para cada candidato, a nota final na Prova Objetiva (NFPO) como sendo igual à soma algébrica das notas obtidas em todas as questões e itens que a compõem.

7.5 Será eliminado do Concurso o candidato que obtiver NFPO inferior a 26.

7.6 Os candidatos não eliminados na forma do subitem 7.5 serão ordenados de acordo com a nota final na Prova Objetiva (NFPO), e os classificados até a 300ª posição na listagem geral, até a 20ª posição na listagem dos que se declararam portadores de deficiência, de acordo com o disposto no subitem 4.2 deste Edital, e até a 30ª posição na listagem dos que se declararam afrodescendentes, de acordo com o disposto no subitem 5.4.1.1 deste Edital, respeitados os empates na última colocação, serão considerados aprovados na Primeira Fase e serão convocados para a prova da Segunda Fase, em Edital a ser publicado no Diário Oficial da União, na data provável de 3 de maio de 2011, do qual constarão igualmente os locais de realização da prova.

7.7 Os candidatos não convocados para a Segunda Fase na forma do subitem 7.6 deste Edital serão eliminados e não terão classificação alguma no concurso.

7.8 Todos os cálculos citados neste Edital serão considerados até a segunda casa decimal, arredondando-se para cima, se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a cinco.

## 8 DOS RECURSOS REFERENTES À PROVA OBJETIVA

8.1 Os gabaritos oficiais preliminares das questões da Prova Objetiva serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011>, até as 18 horas da data provável de 12 de abril de 2011.

8.2 O candidato que desejar interpor recurso contra os gabaritos oficiais preliminares das questões objetivas disporá de dois dias úteis, a contar do dia subsequente ao da divulgação desses gabaritos, no horário das 9 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF), ininterruptamente, conforme datas determinadas nesses gabaritos.

8.3 Para recorrer contra os gabaritos oficiais preliminares das questões objetivas, o candidato deverá utilizar os modelos de formulários disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso (<http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011>) e seguir as instruções ali contidas.

8.4 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo na elaboração de seu recurso. Serão preliminarmente indeferidos recursos extemporâneos, inconsistentes e/ou fora de qualquer uma das especificações estabelecidas neste Edital.

8.5 O recurso não poderá conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que o identifique, sob pena de ser preliminarmente indeferido.

8.6 Se do exame de recursos resultar anulação de questão ou de item de questão integrante da prova, a pontuação correspondente a essa questão ou ao item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido. Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de questão ou de item de questão integrante da prova, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

8.7 Todos os recursos serão analisados e as justificativas das alterações de gabarito serão divulgadas no endereço eletrônico

<http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011> no momento da divulgação do gabarito definitivo. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

8.8 Não será aceito recurso via postal, via fax e/ou via correio eletrônico ou entregue fora do prazo. 8.9 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recurso ou de recurso de gabarito oficial definitivo, bem como recurso contra o resultado final. 8.10 Recursos cujo teor desrespeite a banca serão preliminarmente indeferidos.

## 9 DA SEGUNDA FASE: PROVA ESCRITA DE PORTUGUÊS

9.1 Data e horário: a prova escrita de Português será aplicada na data provável de 8 de maio de 2011, às 14 horas (horário oficial de Brasília/DF), nos locais determinados pelo Edital de convocação a que se refere o item 7.6. Esta prova terá a duração de 5 horas.

9.2 Características: a prova de Português, de caráter eliminatório e classificatório, consistirá de redação sobre tema geral, com a extensão mínima de 80 linhas e máxima de 120 linhas (valor: 60 pontos), e de dois exercícios de interpretação, de análise ou de comentário de textos, com a extensão mínima de 15 linhas e máximo de 25 linhas cada um (valor de cada exercício: 20 pontos).

9.3 Será apenas a redação que desobedecer à extensão mínima de linhas, deduzindo-se 1,00 ponto para cada linha que faltar para atingir o mínimo exigido. Será atribuída nota 0 (zero) à redação que não se atenha ao tema proposto ou que obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical e da propriedade da linguagem.

9.4 A avaliação da prova escrita de Português será feita da seguinte forma. 9.4.1 A redação da prova de Português escrita valerá 60,00 pontos e será avaliada segundo os critérios a seguir:

9.4.1.1 A organização do texto e o desenvolvimento do tema valerão 30,00 pontos, sendo: a) 10 pontos para apresentação/impressão geral do texto, legibilidade, estilo e coerência; b) 10 pontos para capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, pertinência das informações); c) 10 pontos para capacidade de análise e reflexão.

9.4.1.2 A correção gramatical e a propriedade da linguagem valerão 30,00 pontos.

9.4.2 Cada um dos dois exercícios valerá 20 pontos, e sua avaliação será feita da seguinte forma: a) 10 pontos para apresentação e desenvolvimento do tema; b) 10 pontos para correção gramatical e a propriedade da linguagem.

9.5 O candidato que entregar a redação ou algum dos exercícios em branco ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida será eliminado e não terá sua prova corrigida.

9.6 A nota do candidato na Prova Escrita de Português (NPEP) será igual à soma das notas obtidas na redação e nos exercícios.

9.7 Aprovação: serão considerados aprovados na Segunda Fase do Concurso os candidatos que obtiverem NPEP igual ou superior a 60 (sessenta).

9.8 Resultado provisório: o resultado provisório da Segunda Fase será divulgado via Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011>, até as 18 horas da data provável de 6 de junho de 2011.



9.9 Recursos: a forma e o prazo para a vista de provas e a interposição de recurso contra o resultado provisório na Segunda Fase serão divulgados quando da publicação deste resultado.

9.10 Resultado definitivo: O resultado dos recursos, portanto, o resultado final da Segunda Fase, será anunciado até as 18 horas da data provável de 20 de junho de 2011 e enviado para publicação no Diário Oficial da União, em Edital que convocará os candidatos aprovados para as provas da Terceira e Quarta Fases do Concurso.

## 10 DA TERCEIRA FASE: PROVAS ESCRITAS DE HISTÓRIA DO BRASIL, DE GEOGRAFIA, DE POLÍTICA INTERNACIONAL, DE INGLÊS, DE NOÇÕES DE ECONOMIA E DE NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

10.1 A Terceira Fase constará de seis provas escritas, a serem realizadas de acordo com o seguinte calendário:

- data provável de 25 de junho de 2011: História do Brasil;
- data provável de 26 de junho de 2011: Inglês;
- data provável de 2 de julho de 2011: Geografia;
- data provável de 3 de julho de 2011: Política Internacional;
- data provável de 9 de julho de 2011: Noções de Direito e Direito Internacional Público;
- data provável de 10 de julho de 2011: Noções de Economia.

10.2 As provas da Terceira Fase terão a duração de 4 horas cada uma, com início às 9 horas (horário oficial de Brasília/DF).

10.3 Características: as provas da Terceira Fase, de caráter eliminatório e classificatório, terão as seguintes características:

10.3.1 As provas de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público consistirão, cada uma, de quatro questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma, totalizando, assim, 100 (cem) pontos para cada prova.

10.3.1.1 Nas provas de História do Brasil, de Geografia e de Política Internacional, as respostas às duas questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas, e as respostas às duas questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

10.3.1.2 Nas provas de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público, as respostas às duas questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas, e as respostas às duas questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 40 linhas.

10.3.2 A prova de Inglês, com o valor máximo de 100 (cem) pontos, constará de tradução de um texto do inglês para o português (valor 20 pontos); tradução de um texto do português para o inglês (valor 15 pontos); redação de um resumo, em inglês, a partir de um texto escrito em língua inglesa (valor 15 pontos); e redação, em inglês, a respeito de tema geral, com extensão mínima de 45 linhas e máximo de 60 linhas (valor 50 pontos).

10.3.2.1 Será apenas a redação que desobedecer à extensão mínima de linhas, deduzindo-se 1,00 ponto para cada linha que faltar para atingir o mínimo exigido. Será atribuída nota 0 (zero) à redação a respeito de tema geral que não se atenha ao tema

proposto ou que obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical e da propriedade da linguagem.

10.4 O candidato que não comparecer a uma das seis provas, ou entregar uma prova em branco ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida, será eliminado e não terá qualquer das provas corrigidas.

10.5 Aprovação: serão considerados aprovados na Terceira Fase do Concurso os candidatos que tenham alcançado a nota mínima de 360 (trezentos e sessenta) pontos na soma das pontuações obtidas nas seis provas desta fase.

10.6 Resultado provisório: o resultado provisório das provas da Terceira Fase será divulgado via Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011>, até as 18 horas da data provável de 29 de julho de 2011.

10.7 Recursos: a forma e o prazo para a vista de provas e a interposição de recurso contra o resultado provisório na Terceira Fase serão divulgados quando da publicação desse resultado.

10.8 Resultado definitivo: o resultado dos recursos, portanto, o resultado final da Terceira Fase, será divulgado via Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011>, até as 18 horas da data provável de 11 de agosto de 2011 e enviado para publicação no Diário Oficial da União.

## 11 DA QUARTA FASE: PROVAS ESCRITAS DE ESPANHOL E DE FRANCÊS

11.1 A Quarta Fase constará de provas escritas de Espanhol e de Francês, de caráter classificatório, com o valor de 50 (cinquenta pontos) cada prova.

11.2 As provas escritas de Espanhol e Francês serão realizadas, simultaneamente, na data provável 10 de julho de 2011, às 14 horas (horário oficial de Brasília/DF), e terão a duração de 4 horas.

11.3 Todos os candidatos aprovados na Segunda Fase deverão fazer as provas da Quarta Fase.

11.3.1 Apenas os candidatos aprovados na Terceira Fase terão corrigidas suas provas da Quarta Fase.

11.4 O candidato que não comparecer às provas da Quarta Fase, ou que as entregar em branco ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida, será eliminado do Concurso.

11.5 Características da prova de Espanhol: a prova de Espanhol constará de dez questões relativas a textos em língua espanhola, com o valor de 5 pontos por questão. As respostas às questões deverão conter frases completas em espanhol e observar a extensão exigida no comando de cada questão. A avaliação das respostas, que deverão ser em língua espanhola, se pautará pelos seguintes critérios: a) correção gramatical; b) compreensão textual; c) organização e desenvolvimento de ideias; d) qualidade da linguagem.

11.6 Características da prova de Francês: a prova de Francês constará de dez questões relativas a texto em língua francesa, com o valor de 5 pontos por questão. As respostas às questões deverão conter frases completas em francês e observar a extensão exigida no comando de cada questão. A avaliação das respostas, que deverão ser em língua francesa, se pautará pelos seguintes critérios: a) correção

gramatical; b) compreensão textual; c) organização e desenvolvimento de ideias; d) qualidade da linguagem.

11.7 Resultado provisório: o resultado provisório das provas da Quarta Fase será divulgado via Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011>, até as 18 horas da data provável de 12 de agosto de 2011.

11.8 Recursos: a forma e o prazo para a vista de provas e a interposição de recurso contra o resultado provisório da Quarta Fase serão divulgados quando da publicação desse resultado.

11.9 Resultado definitivo: o resultado dos recursos, portanto, o resultado final da Quarta Fase, será divulgado via Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011>, até as 18 horas da data provável de 22 de agosto de 2011 e enviado para publicação no Diário Oficial da União.

## 12 DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO FINAL NO CONCURSO

12.1 A nota final no Concurso será a igual à soma das notas obtidas nas provas da Segunda, da Terceira e da Quarta fases.

12.2 A classificação final no Concurso, que determinará a ordem de ingresso dos aprovados na classe inicial da Carreira de Diplomata, corresponderá à ordem decrescente das notas finais no concurso.

12.3 O edital de Resultado Final do Concurso contemplará a relação dos candidatos aprovados,

ordenados de acordo com os valores decrescentes da nota final no Concurso, observados os critérios de desempate na última posição, dentro dos quantitativos previstos no quadro abaixo, de acordo com o Anexo II do Decreto nº 6.944/2009.

12.3.1 Caso não haja candidato portador de deficiência aprovado até a classificação estipulada no quadro a seguir, serão contemplados os candidatos da listagem geral em número correspondente, observada rigorosamente a ordem de classificação, os critérios de desempate e o limite de candidatos definido pelo Decreto nº 6.944/2009.  
Geral Portadores de deficiência Total 57 3 60

12.4 Os candidatos não classificados no número máximo de aprovados de que tratam os subitens 12.3 e 12.3.1 deste edital, ainda que tenham atingido nota mínima, estarão automaticamente reprovados no Concurso.

12.3 O resultado final do Concurso será divulgado na Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011> e publicado no Diário Oficial da União na data provável de 23 de agosto de 2011.

## 13 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

13.1 Em caso de empate na nota final no Concurso, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

a) tiver idade superior a sessenta anos, até o último dia de inscrição nesta seleção, conforme artigo

27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso;

b) obtiver a maior nota na prova escrita de Português da Segunda Fase;

c) obtiver a maior soma de notas nas seis provas da Terceira Fase;

d) obtiver a maior nota na Prova Objetiva (Primeira Fase).

13.1.1 Persistindo o empate, terá preferência o candidato mais idoso.

## 14 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Aceitação das normas deste Edital: A inscrição implica o conhecimento e a aceitação, pelo candidato, de todos os prazos e normas estabelecidos pelo presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata, ou que não satisfizer às condições exigidas, poderá ter sua inscrição cancelada a qualquer momento, por decisão do Diretor-Geral do IRBr, publicada no Diário Oficial da União. Cancelada a inscrição, serão anulados todos os atos dela decorrentes.

14.2 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, editais e comunicados referentes a este concurso público que sejam publicados no Diário Oficial da União e/ou divulgados na Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011>.

14.3 Os programas das provas do Concurso estão detalhados no Anexo deste Edital.

14.4 Não serão fornecidas, por telefone, informações a respeito de locais e de horários de aplicação das provas, informações quanto à posição do candidato no Concurso, bem como não será expedido qualquer documento comprobatório de sua classificação, valendo, para esse fim, a publicação da homologação do Concurso.

14.4.1 O candidato deverá observar rigorosamente os comunicados e os editais a serem publicados no Diário Oficial da União e divulgados na Internet no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011>.

14.5 O candidato poderá obter informações referentes à Prova Objetiva junto à Central de Atendimento do CESPE/UnB, localizada na Universidade de Brasília (UnB) – Campus Universitário Darcy Ribeiro, Sede do CESPE/UnB – Asa Norte, Brasília/DF, por meio do telefone (61) 3448-0100 ou via Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011>, ressalvado o disposto no subitem 14.4 deste Edital.

14.5.1 O candidato que desejar relatar ao CESPE/UnB fatos ocorridos durante a realização do Concurso deverá fazê-lo junto à Central de Atendimento do CESPE/UnB, postando correspondência para a Caixa Postal 4488, CEP 70904-970, encaminhando mensagem pelo fax de número (61) 34480110 ou enviando e-mail para [sac@cespe.unb.br](mailto:sac@cespe.unb.br).

14.6 Não serão identificadas, para efeito de correção, as provas da Segunda, da Terceira e da Quarta Fases.

14.7 Os candidatos terão direito à vista das provas e, se desejarem interpor recurso contra os resultados provisórios da Segunda, da Terceira e da Quarta Fases, disporão de dois dias úteis, conforme datas determinadas nos editais de divulgação desses resultados, no horário das 9 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF), ininterruptamente.

14.7.1 O candidato deverá utilizar o Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso (<http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011>), e seguir as instruções ali contidas.

14.7.2 Não será aceito recurso via postal, via fax ou via correio eletrônico ou entregue fora do prazo.

14.7.3 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo na elaboração de seu recurso; serão preliminarmente indeferidos recursos extemporâneos, inconsistentes e/ou fora de qualquer uma das especificações estabelecidas neste Edital ou em outros editais que vierem a ser publicados.

14.7.4 O recurso não poderá conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que o identifique, sob pena de ser preliminarmente indeferido.

14.7.5 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recurso ou recursos contra o resultado final da Primeira, da Segunda, da Terceira e da Quarta Fases.

14.7.6 Recursos cujo teor desrespeite a banca serão preliminarmente indeferidos.

14.8 A legibilidade é condição indispensável para a correção de todas as provas.

14.9 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de uma hora do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente, de comprovante de inscrição, do comprovante de pagamento da taxa de inscrição e de documento de identidade original.

14.10 Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

14.11 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente modelo com foto).

14.11.1 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidão de nascimento, CPF, título de eleitor, carteira de motorista (modelo sem foto), carteira de estudante, carteira funcional sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

14.12 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, noventa dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

14.12.1 A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

14.13 Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no subitem 14.11 deste Edital, será automaticamente excluído do Concurso.

14.14 Será eliminado do Concurso o candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro, protetor auricular etc. e, ainda, lápis, lapiseira e/ou borracha.

14.14.1 O CESPE/UnB recomenda que o candidato não leve nenhum dos objetos citados no subitem anterior no dia de realização das provas.

14.14.2 O IRBr e o CESPE/UnB não se responsabilizarão por perda ou extravio de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas.

14.14.3 No dia de realização das provas, o CESPE/UnB poderá submeter os candidatos ao sistema de detecção de metal.

14.15 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização das provas por, no mínimo, uma hora após o início das provas.

14.15.1 A inobservância do subitem anterior acarretará a não correção das provas e, conseqüentemente, a eliminação do candidato no Concurso Público.

14.16 O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas levando o caderno de provas no decurso dos últimos quinze minutos anteriores ao horário determinado para o término das provas.

14.16.1 Terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do Concurso o candidato que, durante a sua realização: a) for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução das provas; b) utilizar-se de livros, máquinas de calcular ou equipamento similar, dicionário, notas ou impressos

que não forem expressamente permitidos ou que se comunicar com outro candidato; c) for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, walkman, agenda

eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro, protetor auricular etc. e, ainda, lápis, lapiseira e/ou borracha; d) faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos; e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não os permitidos;

f) não entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização; g) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;

h) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas e/ou o caderno de respostas das questões discursivas;

i) descumprir as instruções contidas no caderno de provas, na folha de respostas ou no caderno de respostas das questões discursivas; j) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido; k) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Concurso Público; l) impedir a coleta de sua assinatura; m) for surpreendido portando caneta fabricada em material não transparente; n) for surpreendido portando anotações em papéis, que não os permitidos; o) for surpreendido portando qualquer tipo de arma e/ou se negar a entregar a arma à Coordenação; p) recusar-se a ser submetido ao detector de metal; q) for surpreendido por falsa identificação pessoal; e r) recusar-se a transcrever o texto apresentado durante a aplicação das provas, para posterior exame grafológico.

14.17 Exige-se traje apropriado nos dias de realização das provas.

14.18 Não será admitido o ingresso de candidatos nos locais de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

14.19 Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, fora das datas e dos locais predeterminados em Edital e/ou em comunicado.

14.20 Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não comparecimento a qualquer das provas implicará a eliminação automática do candidato.

14.21 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento de candidato da sala de provas.

14.22 Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processos ilícitos, sua prova será anulada e ele será eliminado do Concurso.

14.23 No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da prova e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.

14.24 O prazo de validade do Concurso será de noventa (90) dias, a contar da data de publicação do resultado final, sem possibilidade de prorrogação.

14.25 O candidato deverá manter atualizado seu endereço perante o CESPE/UnB, até data de divulgação dos resultados finais das provas, por meio de requerimento a ser enviado à Central de Atendimento do CESPE/UnB, e, após essa data, perante o IRBr, se aprovado. Serão de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização de seu endereço.

14.26 Os candidatos aprovados e classificados dentro do número de vagas oferecidas serão convocados para se submeterem a exame pré-admissional, conforme subitem 3.8.

14.27 Os casos omissos serão resolvidos pelo IRBr, com a colaboração do CESPE/UnB quando necessário.

GEORGES LAMAZIÈRE

Diretor-Geral